

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA

**A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO COMETIMENTO  
DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA CRIMINAL**

**Orientador:** João Batista Pereira

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

LISBOA  
2013

**DANIEL DINIZ DE ALMEIDA**

**A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO COMETIMENTO  
DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA CRIMINAL**

Dissertação apresentada para obtenção do grau de  
Mestre em Ciências da Educação, no curso de  
Mestrado em Ciências da Educação, conferido  
pela Universidade Lusófona de Humanidades e  
Tecnologias.

**Orientador:** Prof. Doutor João Batista Pereira  
**Co-Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Neves Leal Gonçalves

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

**LISBOA**  
**2013**

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO COMETIMENTO DE  
CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA CRIMINAL

Dedico a minha Família, parentes e amigos, a todos aqueles que almejam conhecimento mas que os infortúnios do destino os privaram desse imensurável tesouro, bem como a todos aqueles que destinam-se a compartilhar esse tesouro particular que detêm com aqueles que necessitam.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO COMETIMENTO DE  
CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA CRIMINAL

**AGRADECIMENTOS**

A Deus, Grande Arquiteto do Universo, que sempre está ao meu lado e ilumina todos os meus passos;

À minha esposa, Cibelle Virgínio, com quem posso contar em todas as situações;

Aos meus pais Daniel Coelho de Almeida (*in memorian*) e Maria Aparecida Torres Diniz de Almeida, pelo amor e educação de toda a vida, sempre me ensinando a ser uma pessoa de caráter;

A toda minha família, e a minha Tia Maria Lúcia de Almeida, sem quem este momento não se realizaria;

Ao meu grande orientador Dr. João Batista Pereira, a minha gratidão e reconhecimento pelo incentivo, disponibilidade, carinho, e enorme conhecimento que me guiou para a realização desse trabalho;

A todos do CINTEP, que sempre se demonstraram prestativos nos auxílios necessários.

Ao Diretor Carlos Ovídio Netto, por sua atenção particular e ajuda, sempre tempestivas.

Aos amigos alunos componentes da Classe Econômica, Nilzinha, Rosany, Lidiane, Wellington, Hiury, Lenilde e Ronaldo, pois encontrei nestes mais do que simples colegas de turma, mas pessoas sempre determinadas a ajudar o próximo.

À Universidade Lusófona e ao CINTEP, pela organização do curso de Mestrado, dando todas as condições acadêmicas e incentivando os alunos a desenvolver um bom trabalho.

A todos os professores da Lusófona, por estarem constantemente contribuindo com o crescimento do Brasil, através da transmissão de seus conhecimentos a alunos egressos deste país.



DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO COMETIMENTO DE  
CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA CRIMINAL

*“A distância entre o possível e o impossível reside  
na determinação de cada um”.*

**Johann Wolfgang von Goethe**

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO COMETIMENTO DE  
CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA CRIMINAL

**RESUMO**

Esta dissertação teve como diretriz principal perceber até que ponto a educação se torna eficaz como política pública capaz de ajudar a enfrentar a criminalidade. Tal enfrentamento ocorre por dois vieses distintos; O primeiro tem caráter mais preventivo, de modo que a educação tem sua atuação voltada à prevenção da criminalidade; enquanto o segundo viés consiste em prevenir a reincidência criminal com a aplicação de políticas educativas a apenados.

Neste trabalho de investigação realizou-se uma breve revisão bibliográfica, abrangendo alguns autores teóricos que enfatizaram como se dá o processo de aquisição e desenvolvimento do conhecimento no indivíduo, dentre os quais constam: Descartes, Rousseau, Kant, além de Piaget e Vygotsky. A pesquisa consistiu em levantamento nos processos julgados pela comarca de João Pessoa do Tribunal do Júri no ano de 2011, a fim de verificar o grau de escolaridade dos réus, bem como no Estabelecimento Prisional, com vistas a levantamentos sobre a reincidência criminal. Os resultados da pesquisa demonstraram que é latente a eficácia da educação como política pública de combate a criminalidade. Foi apurada também, a enorme economia financeira que produziria uma maior concentração de investimentos educativos em detrimento de investimentos em segurança pública.

**Palavras-chave:** Educação, Criminalidade, Políticas Públicas, Ressocialização, Sistema Penitenciário.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO COMETIMENTO DE  
CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA CRIMINAL

**ABSTRACT**

This dissertation had as main guideline to perceive the extent to which education becomes effective as public policy, being capable of helping tackle crime. Such a confrontation occurs by two distinct biases; The first one has a more preventative feature, so that education has focused its activities on crime prevention, while the second bias is to prevent recidivism by applying educational policies to convicted people

In this research work it was conducted a brief literature review, covering some theoretical authors who emphasized how the acquisition and development of knowledge happens in the subject, among which included: Descartes, Rousseau, Kant, besides Piaget and Vygotsky. The survey consisted of surveying in the cases decided by the district of Joao Pessoa grand jury in 2011 in order to check the level of education of the defendants, as well as at the Prison with a view to surveys on criminal recidivism. The survey results showed that it is latent effectiveness of education as a public policy to combat crime. It was also found that it would have a huge financial saving if we had a higher concentration of educational investments rather than investments in public safety

**Key Words:** Education; Crime; Public Policy, Resocialization, Prisons.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO COMETIMENTO DE  
CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA CRIMINAL

**LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS**

<b>Gráfico 1</b> - Panorama do Sistema Carcerário no Brasil.....	46
<b>Gráfico 2</b> - Formação escolar da população carcerária .....	47
<b>Gráfico 3</b> - Número de presos em programas educativos.....	49
<b>Gráfico 4</b> - Representação percentual dos tipos de educação ministrada aos presos .....	50
<b>Gráfico 5</b> – Quantidade de réus julgados em 2011 por nível de formação.....	68
<b>Gráfico 6</b> - Quantidade de réus julgados em 2011 por nível de formação já concluída.....	71
<b>Gráfico 7</b> - Investimentos estatais em Educação e Sistema Prisional .....	73
<b>Gráfico 8</b> - Relação entre a quantidade total de detentas e estudantes .....	77
<b>Gráfico 9</b> - Relação percentual entre o número total de detentas e estudantes.....	79
<b>Gráfico 10</b> - Relação entre a quantidade total de presas estudantes e o tipo de delito cometido .....	80
<b>Gráfico 11</b> - Relação entre a tipificação criminal entre as presas estudantes .....	81
<b>Gráfico 12</b> - Relação entre a quantidade de presas primárias e reincidentes dentre aquelas que estudam.....	82
<b>Gráfico 13</b> - Relação entre presas estudantes Primárias e Reincidentes .....	83
<b>Tabela 1</b> - Nível de escolaridade x número de presos .....	47
<b>Tabela 2</b> – Número de presos em programas educacionais.....	49
<b>Tabela 3</b> - Perfil educacional dos réus julgados em 2011 .....	70
<b>Tabela 4</b> - Resultados coletados no Estabelecimento Prisional.....	77

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO COMETIMENTO DE  
CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA CRIMINAL

**ÍNDICE**

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
1. Problemática .....	13
2. Objetivos.....	<b>14</b>
2.1 Geral .....	14
2.2 Específicos.....	14
<b>3. REVISÃO DA LITERATURA .....</b>	<b>15</b>
3. 1. Breve História Da Educação .....	15
3.2 A Dimensão Afetiva no Ensino - Aprendizagem .....	22
3.3 Impacto da Educação na Criminalidade .....	40
<b>4. INVESTIGAÇÃO METODOLÓGICA .....</b>	<b>63</b>
4. 1. Estratégia Metodológica .....	63
4.2 Delineamento Metodológico .....	63
4.3 Fonte e Recolha de Dados .....	64
4.4 Contextualização do Estudo .....	64
4.5 População e Amostra do Estudo.....	65
<b>3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>67</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>85</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>LXXXVII</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>XCIII</b>
<b>APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DO 1º E 2º TRIBUNAIS DO JÚRI.....</b>	<b>XCIV</b>
<b>APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DA PENITENCIÁRIA FEMININA .....</b>	<b>XCVI</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>XCVII</b>
<b>ANEXO A - REQUERIMENTO PARA O TJ - RELAÇÃO DE PROCESSOS .....</b>	<b>XCVIII</b>
<b>ANEXO B - RELAÇÃO DE PROCESSOS 1º TRIBUNAL DO JÚRI.....</b>	<b>C</b>
<b>ANEXO C - RELAÇÃO DE PROCESSOS 2º TRIBUNAL DO JÚRI.....</b>	<b>CII</b>
<b>ANEXO D - REQUERIMENTO PARA O JUIZ DO 2º TRIBUNAL - REALIZAR PESQUISA .....</b>	<b>CIV</b>
<b>ANEXO E - DENÚNCIA MINISTÉRIO PÚBLICO .....</b>	<b>CVI</b>
<b>ANEXO F - REQUERIMENTO AO GOVERNO DA PB - INGRESSO NO PRESÍDIO.....</b>	<b>CX</b>
<b>ANEXO G – PARECER DO GOVERNO DA PB - INGRESSO NO PRESÍDIO .....</b>	<b>CXII</b>
<b>ANEXO H - TERMO INSTITUCIONAL PARA INGRESSO NO PRESÍDIO .....</b>	<b>CXIV</b>

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

10

## INTRODUÇÃO

O fenômeno da violência revela-se como um dos principais males que incorrem no cotidiano da nossa sociedade, tendo como origem diferentes problemas sociais há tempos existentes e que gradativamente moldam o comportamento e a forma de agir do cidadão em relação ao meio em que vive. Essa temática é bem percebida nas sociedades atuais, nas quais os “abismos culturais” materializam-se com muito mais clareza, e onde as desigualdades fazem parte da cadeia de sustentação social. Hoje, o homem é refém desse problema e cada vez mais se sente a necessidade da intervenção estatal como forma de salvaguardar nossa integridade e garantir aos cidadãos condições razoáveis de bem estar. Assim, percebe-se que é dever estatal capilarizar os investimentos públicos de sorte que o Estado garanta ao cidadão acesso a garantias preconizadas nos artigos 5º e 6º da Constituição Federal, como educação e segurança, além dos direitos fundamentais já assegurados aos presos. Diante desse fato, resta-nos buscar mecanismos para, se não restabelecer a ordem, ao menos minimizar a gravidade desses problemas sociais, de sorte que consigamos conviver segura e harmonicamente.

É nesse contexto, que se encontra a educação como principal fomentadora do desenvolvimento pessoal, social e intelectual do indivíduo, e, por conseguinte, como política pública de minoração da criminalidade, uma vez que, partimos da hipótese de que o nível de formação educacional e o índice de cometimento de crimes apresentar-se-iam inversamente proporcionais. Segundo o Senado Federal, dados acerca do orçamento de 2011, demonstram que os investimentos foram menores na área de educação quando comparados a área de segurança pública, diferença que importa em quase R\$ 1,5 bilhões (Brasil, 2011).

Na seara penal, os ilícitos que recebem maior enfoque são os crimes dolosos contra a vida. Embora se apresente nesse rol, os crimes capitulados entre os artigos 121 e 124 do código penal – a saber: homicídio; Instigação, induzimento, auxílio ao suicídio; Infanticídio e Aborto, respectivamente, mais visibilidade recebe o homicídio, haja vista a maior cobertura dada a esse crime pela mídia, principalmente caso sejam públicas as pessoas envolvidas. Tais crimes perfazem-se como mais danosos a sociedade, à medida que em sua maioria, conduzem a vítima ao óbito, trazendo além

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

11

dos danos emergentes, os de cunho emocional imputados aos familiares dos vitimados, muitas vezes não são mensurados nas estatísticas.

Não obstante o aspecto supracitado, será abordada a temática educacional correlacionada com os crimes dolosos contra a vida, de modo a verificar, se o índice de cometimento desse tipo de crime é proporcionalmente menor em populações onde o nível de formação educacional é mais elevado, o que justificaria a importância dos investimentos públicos em programas de educação.

Mister se faz mencionar que, abstraídos da discussão sobre o verdadeiro “animus” do administrador público em bem gerir os recursos estatais, de suma relevância apresenta-se este estudo, pois poderá nortear a boa aplicação desses recursos por parte dos administradores, bem como por todos aqueles que de alguma forma interagem com esse tema, quer seja idealizando as políticas públicas, quer seja executando-as ou fiscalizando-as.

Ainda, é necessário relatar que o estudo é bastante relevante no que concerne ao contexto sócio-populacional do nosso país, uma vez que a problemática da violência ultrapassa os limiares de problema social, atingindo parâmetros de problema humanístico, parâmetro esse obtido através do entendimento de que o homem é produto do meio em que vive, ou seja, pelas conjunturas sociais de falta de educação, habitação, lazer e condições mínimas de sobrevivência, o indivíduo torna-se criminoso.

Desta feita, o presente estudo tratará da temática da educação como uma das políticas públicas de minoração de crimes dolosos contra a vida, contextualizando-a no momento atual do nosso país, abordando aspectos como o tratamento dado pela nossa legislação a esses crimes, penas, ritos e procedimentos, supondo demonstrar ao final, que investimentos do Estado, na educação são mais eficazes quando comparados com investimentos no tempo futuro em áreas como segurança pública e previdência social.

Será estudada ainda, a educação prisional fornecida ao apenado, de modo a analisar sua eficácia como ferramenta inibidora da reincidência criminal, apurando os índices dessa reincidência em presos que se submetem a essa modalidade de ensino, e comprando os resultados com o índice de reincidência dos apenados que não se submetem a programas do tipo.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

12

Isto posto, pode-se traduzir que este estudo tratará dessa temática humanística, apontando que investimentos em educação, além de economicamente mais viáveis, são humanisticamente mais relevantes.

Para tais procedimentos, será utilizada uma abordagem metodológica quantitativa, pois através desse procedimento pode-se verificar e descrever a ocorrência os fenômenos estudados tendo como suporte a quantidade / frequência em que aparecem esses fenômenos dentro da população estudada.

Nesse aspecto, menciona-se aqui que no fenômeno relacionado ao cometimento de crimes dolosos contra a vida, a população estudada é composta da totalidade de processos julgados na comarca de João Pessoa no ano de 2011, totalidade essa que exprime a quantidade de 98 réus. Já no concernente à reincidência criminal, a população retrata a quantidade de 450 apenadas, número de detentas recolhidas no estabelecimento prisional.

O processo de investigação consta de coleta de dados como o nível de escolaridade, o sexo e a tipificação penal dos delitos cometidos por cada um dos réus levados a julgamento no ano de 2011, tal coleta será realizada nas secretarias das varas, mediante consulta aos processos e registro dos dados. De igual forma, será realizada coleta de dados junto as apenadas, a fim de verificar fenômenos como a quantidade de presas estudantes, dentre estas, a quantidade de primárias e reincidentes, e dentre estas últimas, a quantidade daquelas que havia participado de educação prisional em suas passagens anteriores pela detenção. Serão coletados ainda dados com a tipificação penas que ensejou a condenação e o tipo de educação ministrada a estas apenadas. Após esta etapa, os dados serão demonstrados através de gráficos e tabelas.



DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

13

## 1. PROBLEMÁTICA

Sabe-se da importância da educação como mola propulsora da formação do cidadão, e quando procedida uma observação proporcional dos índices de cometimento de crimes dolosos contra a vida nos diversos níveis de formação intelectual, supõe-se encontrar resultados que demonstrem que quanto maior o nível de formação educacional do indivíduo, menor seria a incidência de cometimento de delitos desse tipo, ou seja, seriam inversamente proporcionais os fenômenos Nível de formação intelectual versus cometimento de crimes dolosos contra a vida. Assim, um investimento estatal na formação educacional de um determinado cidadão, seria de menor monta que um investimento para a sua manutenção futuramente, caso necessário, em um estabelecimento prisional. É importante não esquecer de mencionar outros investimentos que apesar de secundários, podem perfazer-se necessários, pois decorrem dos atos praticados por esse indivíduo e estão intrinsecamente ligados ao fenômeno estudado, como saúde pública ou previdência social, por exemplo. Um investimento ainda que tardio em educação, quer seja a inclusão do apenado em programas de educação prisional, poderia reduzir significativamente o índice de reincidência delituosa.

No contexto desse estudo resta questionada a seguinte indagação que norteia todo o trabalho: De que forma pode a educação moldar e modificar o comportamento e o caráter do cidadão, quando utilizada como política pública voltada para ações preventivas / corretivas no que tange a prática delituosa e reincidência criminal?

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

14

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Geral**

Demonstrar a importância da educação como uma das políticas públicas de diminuição do cometimento de crimes dolosos contra a vida, apurando para tanto os índices proporcionais desses cometimentos nos diversos segmentos educacionais da sociedade, separando-os por níveis de formação educacional e supondo mostrar ao fim, que quanto maior esse nível de formação, menor a prática delituosa.

### **2.2 Específicos**

- ♦ Identificar o nível de formação educacional dos réus acusados pela prática de crimes dolosos contra a vida, na cidade de João Pessoa em 2011;
- ♦ Analisar a incidência da prática desses crimes nos diversos níveis de formação educacional;
- ♦ Quantificar qual é o valor do investimento realizado pelo Estado para formar um cidadão e qual o valor investido para mantê-lo em um estabelecimento prisional;
- ♦ Apurar a quantidade percentual de presas que se submetem a programas de educação prisional no Presídio Feminino Estadual;

### 3. REVISÃO DA LITERATURA

#### 3.1 BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Parte-se do pressuposto de que para entender e conhecer a história da educação, sua origem, princípios e particularidades – *A educação espécie* - é indissociável entendê-la de forma mais ampla – *A educação gênero* – sua evolução e contextualização atual, sendo esse conhecimento “*introdutório*”, a chave para o conhecimento da educação como ferramenta instituidora e fomentadora do desenvolvimento das mais diferentes sociedades ao longo do tempo, desde as mais primitivas até as contemporâneas. Assim preleciona Vygotsky sobre essa temática:

Estudar alguma coisa historicamente significa estudá-la no processo de mudança: esse é o requisito básico do método dialético. Numa pesquisa, abranger o processo de desenvolvimento de uma determinada coisa, em todas as suas faces e mudanças – do nascimento à morte – significa, fundamentalmente, descobrir sua natureza, sua essência [...] (VYGOTSKY, 1991, p.46).

Ainda, na esteira desse mesmo pensamento, encontra-se outro posicionamento sob essa mesma temática:

Pensar o passado não deve ser compreendido como exercício de saudosismo, mera curiosidade ou preocupação erudita. O passado não é algo morto: nele estão as raízes do presente. É compreendendo o passado que podemos dar sentido ao presente e elaborar o futuro (ARANHA, 1993, p. 12).

A mesma autora correlaciona esse estudo com a nossa vida cotidiana, uma vez que, segundo ela, nossas decisões, atitudes e projetos são embasados nas experiências que detemos da nossa vivência passada, de modo que o presente não pode ser compreendido apenas como o tempo em que determinada ação se desenvolve, ele

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

16

adquire sentido pelo que ocorreu no passado e pelo que virá no futuro (ARANHA, 1993).

Etimologicamente, o termo educação deriva do latim *educatì,ónis* “ação de criar, de nutrir; cultura, cultivo.”(HOUAISS, 2009). E, surgiu da idéia de que educando uma pessoa, estava-se cultivando sua alma, nutrindo seu espírito. É na Grécia Antiga que se identificou a presença da educação com o viés de desenvolvimento coletivo, sendo tal viés entendido por Saviani (2008, p. 149), como oposição a educação dos escravos, anteriormente ministrada no próprio processo laboral, e recebeu o nome de Paidéia. O desenvolvimento idealizado pelo modelo educativo grego era detentor de um sentido mais amplo, com vistas a alcançar o ser como um todo, além da totalidade da sua comunidade. Antes de tudo, a educação não é uma propriedade individual, mas pertence por essência à comunidade [...]. A educação participa na vida e no crescimento da sociedade, tanto no seu destino exterior como na sua estruturação interna [...] (JAEGER, 1967, p. 3).

A educação grega era desenvolvida sob vários pilares alicerçantes, como social, político e cultural; Social, ao passo que o indivíduo era preparado para ser um cidadão da pólis e sem ela não seria nada; Político, pelo entendimento de que o indivíduo era educado de forma a ser totalmente fiel ao Estado, e cultural pelo fato de que o cidadão grego adquiria conhecimentos de modo a obter domínio total e harmônio de si mesmo, além de interagir com outros cidadãos através da escrita, da escultura, da música e da pintura, entre outras manifestações artísticas.

A Grécia representa, em face dos grandes povos do Oriente, um “progresso” fundamental, um novo “estádio” em tudo o que se refere à vida dos homens na comunidade. Esta fundamenta-se em princípios completamente novos. Por mais elevadas que julguemos as realizações artísticas, religiosas e políticas dos povos anteriores, a história daquilo a que podemos com plena consciência chamar cultura só começa com os gregos (JAEGER, 1967, p. 4).

Pode-se dividir a educação grega notadamente em dois períodos, chamados de antigo e novo. O primeiro é marcado pelo precursor da educação grega; Homero, que através da sua literatura – os poemas homéricos - marcou o início da educação do homem grego.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

17

Homero foi o primeiro educador dos gregos. É verdade que, antes dos poemas homéricos, os gregos possuíam um corpo de doutrinas sagradas e tradicionais, provenientes, quer do Oriente, quer dos próprios antepassados, e conservadas, cuidadosamente, por sacerdotes dos antigos templos de Apolo e das musas. Mas essa tradição doutrinária dos primitivos helenos não teve o apoio de um livro sagrado e, por isso, não pôde servir de fonte da cultura grega, cujos verdadeiros fundamentos vamos encontrar nos poemas nacionais de Homero (SANTOS, 1948, p. 74).

Estes poemas – *Ilíada* e *Odisséia* retratam a bravura do homem grego e foram indubitavelmente importantes ferramentas na formação cultural, não só daquela sociedade, mas das sociedades ocidentais de uma forma geral. Tal entendimento também é coadunado por Monroe (1972, p. 30), ao afirmar que “A educação do período homérico continhas os germes de todo o desenvolvimento subsequente.” O primeiro poema retrata acontecimentos que teriam ocorrido nos últimos 50 dias do último ano da guerra de Tróia. O enredo da obra concentra-se em *Aquiles*, príncipe grego que duela com os povos espartanos almejando vingar a morte do seu amigo *Pátroclo*, protagonizada por *Heitor*, que por seu turno sucumbe a *Aquiles*, em uma batalha que põe fim a guerra. O título desse poema deriva do termo *ílion*, outra palavra grega para Tróia. Já *Odisséia*, pode ser caracterizada como continuação de *ilíada*, retratando a peregrinação de *Odisseu* (*Ulisses*) à sua terra natal, *Ítaca*, vindo da Guerra de *Tróia*. Tal jornada dura dez anos, mesmo período que durou a guerra.

Nessas obras, além de atributos como honra, fidelidade, amizade, longevidade, bravura, valores morais e materiais e a típica bravura do homem grego, nota-se também a presença de outros predicativos, como por exemplo, as astúcias e artimanhas demonstradas pelo herói do segundo poema, no momento final da narrativa, onde regressa ao seu lar disfarçado de mendigo e duela com os pretendentes da sua esposa *Penélope*, usando seu próprio arco e flecha.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

18

A *Ilíada* representa a epopéia da pátria helênica, onde são contados os feitos heróicos dos gregos contra os povos do Oriente. Desse poema épico de majestosa beleza tiraram os gregos a história grandiosa do seu povo, os princípios da sua teologia e os fundamentos de suas ciências sagradas. Os bardos, os pintores e os escultores aí foram buscar os motivos e a inspiração para as suas mais belas criações artísticas. [...] A *Odisseia* representa o poema das tradições familiares e dos costumes domésticos. Na fonte maravilhosa e fecunda dos seus ensinamentos, os helenos foram colher sua filosofia moral, sua eloquência, sua genealogia, e seus conhecimentos geográficos. Mais tarde, esse poema serviu ainda de fundamento à filologia e à gramática grega (SANTOS, 1948, p. 74).

Em prosseguimento a esse pensamento, o mesmo autor, resume a importância dessas duas obras e sobremaneira do seu autor, no tocante a diagramar e cristalinizar todo o modelo de educação da Grécia, marcado pelo ideal de desenvolvimento completo do homem:

Esses dois grandes e belos poemas forneceram ainda aos gregos, o seu ideal educativo que foi transformar cada criança num homem de ação e num homem de sabedoria, encarnados nas figuras heróicas de Ulisses e de Aquiles. Pela sua bravura, pelo seu respeito aos deuses, pelo domínio sobre si mesmo, Ulisses representava o tipo do homem de ação. Pela sua prudência, e pela sua reflexão, Aquiles concretizava o tipo do homem de sabedoria. No espírito dos poemas homéricos vamos encontrar, portanto, a explicação do sentido da educação grega antiga, e dos caracteres que a distinguiram da educação Oriental (SANTOS, 1948, p. 74-75).

A esse conjunto de atributos apresentados nas obras homéricas foi atribuído o nome de *Arete*, termo usado resumidamente com o sentido de virtude, a virtude idealizada e almejada pelos educadores gregos. “A virtude (*aretê*) não vem da riqueza, mas sim a riqueza da virtude, bem como tudo o que é bom para o homem, na vida particular ou pública” (PLATÃO *apud* CORDÓN; MARTINES, 1995, p. 110).

Cronologicamente, logo após esse modelo educativo, observa-se a presença histórica da educação espartana, que unicamente visava desenvolver o cidadão fisicamente, deixando o desenvolvimento intelectual em segundo plano. A educação intelectual e moral possuía valor secundário e reduzia-se ao conhecimento e respeito às leis, à obediência absoluta ao Estado e aos superiores hierárquicos, à sociedade, à

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

19

decisão e ao espírito guerreiro (SANTOS, 1948, p. 77). Nesse modelo, predominava preponderantemente a idéia de perfeição física do homem, sendo dada ênfase a detenção de atributos como coragem e força física, como formas de desenvolvimento das habilidades bélicas. Segundo Teixeira (1999, p. 15), os primeiros a incumbir um ideal de educação, baseado na idéia de excelência humana, foram os espartanos.

Assim, os novos cidadãos reputados como ‘fracos’, quase sempre por imperfeições ou inabilidades físicas eram tidos como inaptos para a guerra e conseqüentemente para o Estado espartano, e por isso sacrificados. Assim demonstra Rousseau a ocorrência desse sacrifício: “A natureza faz precisamente com eles o que a lei de Esparta fazia com os filhos dos cidadãos: torna-os forte e robustos os que são bem constituídos e faz morrer todos os outros[...]” (ROUSSEAU, 1999, p. 21). Contrariamente a esse sacrifício, os que sobreviviam a essa seleção e eram considerados aptos a essa preparação, recebiam desde criança doutrinações estritamente ligados à formação física. De acordo com Santos (1948, p. 77) a criança era acostumada, desde cedo, à sobriedade, à fadiga, e ao sofrimento físico, enquanto que, no seu espírito, se procurava cultivar a obediência às autoridades, o respeito aos mais velhos, a mística da pátria e a coragem diante do perigo.

Diante dessas perspectivas, surge um novo modelo de educação grego, caracterizando-se como o segundo lapso temporal educativo, o novo período; totalmente focado no desenvolvimento do ser na totalidade de seus aspectos, não só pessoal, mas intelectual, social e espiritual - O desenvolvimento completo do ser. Esse novo modelo ficou conhecido como Paidéia.

Não se pode evitar o emprego de expressões modernas como civilização, cultura, tradição, literatura ou educação: nenhuma delas, porém, coincide realmente com o que os gregos entendiam por Paidéia. Cada um daqueles termos se limita a exprimir um aspecto daquele conceito global e, para abranger o campo total do conceito grego, teríamos de empregá-los todos de uma só vez (JAEGER, 1967, p. 1).

Inicialmente, Paidéia significava apenas o ato de criação dos meninos, no entanto, com o desenvolvimento do ideal educativo grego, adquiriu maiores significações, sendo assim definida por Platão:

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

20

[...] a essência de toda a verdadeira educação ou Paidéia é a que dá ao homem o desejo e a ânsia de se tornar um cidadão perfeito e o ensina a mandar e a obedecer, tendo a justiça como fundamento (cit. *in* JAEGER, 1967 p. 147).

Esse modelo educativo teve origem inicialmente em Atenas, mas logo se difundiu por toda a Grécia, principalmente por conter ideais inovadores, e almejar o desenvolvimento do ser em todos os aspectos. Observa-se na Paidéia, os embriões formadores do entendimento que hoje possuímos da função primordial da educação – desenvolver a criança, ministrando-lhe os conteúdos pertinentes a cada época do seu desenvolvimento, formando seu caráter e personalidade, e com a sua chegada à adolescência, preparar-lhe para o ingresso na vida adulta, como um cidadão consciente em relação a sua singularidade e a pluralidade da coletividade que o permeia, de modo que os conhecimentos adquiridos na infância permaneçam durante toda a sua existência. “Segundo Aristóteles, a educação é concebida como o processo que auxilia a passagem da potência para o ato, pela qual atualizamos a forma humana” (ARANHA, 1993, p. 58).

Como se pode abstrair, o ideal da educação grega, com sua amplitude e segundo a qual os ensinamentos devem ultrapassar limites, quer sejam individuais, quer sejam coletivos, ou ainda temporais, foram, à priori, por aquele povo inicialmente desenvolvido, no entanto, nos servem como princípio norteador até os dias atuais, pelo fato de que nossos modelos educativos, assim como o modelo grego, visam formar, como gostamos de dizer, “cidadãos para a vida”.

É a educação digna do homem livre, que possibilita a tirar proveito de sua liberdade ou dela fazer uso. Mais do que com qualquer outro povo do passado, foi com os gregos que o problema da educação surgiu com as características mais semelhantes das que adquiriu, para nós, nos séculos XIX e XX (MONROE, 1985, p. 27).

Isto posto, e tendo como premissa esses apontamentos sobre os primórdios da educação, seus registros mais primitivos e sua evolução histórica, chegando aos modelos que formaram nossa concepção atual da educação, podemos deter-nos a



DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

21

estudar o modo através do qual a educação participa, nos formatos atuais, do processo de formação social e intelectual do indivíduo, desde os primeiros contatos deste com aquela, em suma, como esta corrobora para o processo de aquisição do conhecimento.

A verdadeira educação consiste em despertar os dotes que dormitam na alma. Põe em funcionamento o órgão por meio do qual se aprende e se compreende; e conservando a metáfora do olhar e da capacidade visual, poderíamos dizer que a cultura do Homem consiste em orientar acertadamente a alma para a fonte da luz, do conhecimento (JAEGER, 1967, p. 888).

### 3.2 A DIMENSÃO AFETIVA NO ENSINO - APRENDIZAGEM

O estudo do conhecimento recebe o nome de “Epistemologia”, que, [...] também chamada teoria do conhecimento [...], detém-se de temas como a “[...] investigação sobre a natureza, as origens e a validade do conhecimento [...]”(GRAYLING, 2002, p. 39). Entre outros títulos, a epistemologia é conhecida como:

Em Italiano o termo mais usado é gnoseologia. Em alemão, o termo Gnoseologie, cunhado pelo Wolffiano Baumgarten, e teve pouco sucesso, ao passo que o termo Erkenntnistheorie, empregado pelo kantiano Reinhold [...] foi comumente aceito. Em inglês o termo Epistemology foi introduzido por J.F. Ferrier( Institutes of Metaphysics, 1854) e é o único empregado comumente; Gnoseology é bem raro. Em francês, emprega-se comumente Gnoséologie e mais raramente, Épistémologie. (ABBAGNANO, 2003, p. 183).

Pensar o conhecimento, sua essência, sua definição e contextualização, além dos seus pressupostos teóricos, e que terminam por fim a formar sócio-culturalmente o indivíduo é um exercício contínuo desenvolvido pelas ciências epistemológicas. Para que se possa entender este processo de formação cultural através da educação, deve-se partir de uma premissa básica: o que é o conhecimento? Embasados pelo conhecimento do conceito epistemológico, torna-se possível e necessário o retorno a essa primeira premissa básica: ‘a definição do conhecimento’.

Ao tratar da questão do conhecimento deve-se ter presente [...] que ele é uma atividade intelectual na qual o homem procura compreender e explicar o mundo que o constitui e o cerca. Enquanto atividade intelectual, o conhecimento consiste num processo efetivo de radiação do homem no mundo. Por isso, sem conhecimento não pode haver mundo. [...] O conhecimento não pode ser entendido somente como um modo de captar a existência e a verdade de algo. Ele é, antes, uma ação que se vincula não somente ao individual, mas também ao coletivo (BOMBASSARO, 1992, p. 18).

Isto posto, é possível tomar outro conceito de conhecimento de determinada coisa, assim postulado:

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

23

O ‘conhecimento de X’ significa um procedimento capaz de fornecer algumas informações controláveis sobre x, isto é, que permita descrevê-lo, calculá-lo ou prevê-lo em certos limites. A disponibilidade ou a posse de uma técnica cognitiva designa a participação pessoal dessa técnica. “Conheço X” significa (salvo limitações) que sou capaz de pôr em prática procedimentos que possibilitem a descrição, o cálculo ou a previsão de X (ABBAGNANO, 1998, p. 174).

Essa definição apresenta-se mais próxima do entendimento de Platão sobre a temática, que segundo (BOMBASSARO, 1992), imaginava o conhecimento como sendo a ‘arte do saber’, uma opinião verdadeira sobre determinado tema, desde que tal opinião apresentasse-se sempre acompanhada de uma explicação lógica e de um pensamento fundamentado, ou seja, uma justificativa que revelasse as condições para a verdade da opinião.

Partindo dessas definições, deve-se voltar agora para o estudo de duas teorias que explicam a origem do conhecimento. Tais teorias divergem entre si, ao passo que a primeira, acredita que o conhecimento vem *à priori*, e a segunda *à posteriori*; são então chamadas de *apriorismo ou racionalismo* e de *empirismo*. Kant, assim bem nos define esses dois conhecimentos: “[...] conhecimento [...] independente da experiência e de todas as impressões dos sentidos. Denomina-se a priori [...] e distingue-se do empírico, cuja origem é a posteriori, ou seja, na experiência”(KANT, 1989, p. 37).

A primeira teoria, a apriorística, encontra no filósofo francês René Descartes, seu principal defensor. “A teoria do conhecimento subjetivo é muito antiga: mas torna-se explícita com Descartes: “Conhecer” é uma atividade e pressupõe a existência de um sujeito conhecedor. É o ser subjetivo quem conhece (POPPER, 1975, p. 77). Descartes é impulsionado na busca da verdade pela certeza de que por muitas vezes o homem se engana, além da sua crença particular de que os conhecimentos que tenham vindo dos sentidos podem, muitas vezes ser duvidosos. Em seus estudos, Descartes parte da dúvida em busca da verdade, tendo esta como objetivo, e aquela como caminho a trilhar.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

24

Converte a dúvida em método. Começa duvidando de tudo, das afirmações do senso comum, dos argumentos da autoridade, dos testemunhos dos sentidos, das informações da consciência, das verdades deduzidas pelo raciocínio, da realidade do mundo exterior e da realidade do seu próprio corpo (ARANHA and MARTINS, 1986, p. 166).

Assim, Descartes com sua frase mais célebre: “Penso, logo existo” resume todo o caminho que havia percorrido: O pensamento deve guiar todos nós em busca da construção do conhecimento, e este será válido se for assertivamente verdadeiro. Em sua obra intitulada *Discurso do método* (1637), Descartes elenca ainda quatro normas em busca da verdade inabalável, que de forma sucinta, resumem seu proposto método de raciocínio, e se seguidas, levariam ao seu encontro:

O primeiro era o de nunca aceitar alguma coisa como verdadeira que eu não conhecesse evidentemente como tal, ou seja, de evitar cuidadosamente a precipitação e a prevenção e de nada mais incluir em meus juízos que não se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito, que eu não tivesse motivo algum de duvidar dele. O segundo, o de dividir cada uma das dificuldades que eu analisasse em tantas parcelas quantas fossem possíveis e necessárias, a fim de melhor resolvê-las. O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, começando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para elevar-me, pouco a pouco, como que por degraus, até o conhecimento dos mais compostos e presumindo até mesmo uma ordem entre aqueles que não se precedem naturalmente uns aos outros. E o último, o de elaborar em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de nada omitir (DESCARTES, 2006, p. 21).

Embora esse método tenha sido criado originalmente para a resolução de problemas matemáticos, mais particularmente geométricos, uma vez que “[...] os geômetras costumam utilizar para chegar às suas mais difíceis demonstrações [...]” (DESCARTES, 2006, p.21), ele foi logo estendido a todas as áreas do conhecimento. Para Descartes (2006, p.21),

[...] todas as coisas com possibilidade de serem conhecidas pelos homens seguem-se umas às outras da mesma maneira [...] não pode haver qualquer uma delas tão afastada a que não se chegue, no final, nem tão oculta que não se descubra.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

25

As conclusões de Piletti (1988) demonstram essa possibilidade de extensão dos fundamentos das idéias de Descartes, bem como a fundamentação da origem do conhecimento e sua independência de experiências:

Como podemos perceber, Descartes fundamenta toda a sua reflexão no critério da evidência. A Evidência refere-se à clareza e distinção das idéias; é a evidência da razão. Por isso o método de Descartes é denominado racionalismo. Para os racionalistas, a única fonte de conhecimento autêntico é a razão. Eles consideram que a ciência é independente da experiência (PILETTI; PILETTI, 1988, p. 21).

Em sucintas palavras, a teoria apriorística (racionalista) propõe que o conhecimento advenha unicamente do próprio indivíduo em uma atividade predominantemente solipsista, é, portanto, a priori detido por ele, de modo que esses conhecimentos não poderiam jamais ser adquiridos, pelo fato de já serem inerentes ao próprio ser, e desta forma adquirindo uma concepção um quanto racional, por esse motivo também ser conhecida como teoria racionalista. Na esteira desse entendimento, MOLL (1996, p. 80) ensina que “nesta tendência, também denominada racionalismo ou inativismo, o primado é do sujeito, ou seja, as formas de conhecimento estão nele pré-determinadas”.

Já a teoria empirística, de forma inversa, exprime e acredita que o conhecimento venha das observações empíricas que o indivíduo realiza do meio que o cerca, e da integração dessas observações com as experiências por ele realizadas, ou seja, os conhecimentos seriam dessa forma adquiridos ao longo do tempo. É, nas palavras de Abbagnano (2003, p. 326) “corrente filosófica pela qual a experiência é critério ou norma da verdade [...]”. Da mesma forma, encontramos na figura de John Locke (1632-1704) seu principal expoente.

De início, Locke opõe-se ao racionalismo proposto por Descartes, pois em seu ponto de vista, tal ideal “impedia todo esforço para o progresso do conhecimento por observação e experimentação” (CUNHA, 1975, p. 35). Para Locke, o conhecimento

deriva das experiências e das interações que o ser humano tem com o meio em que vive, através da simples observação dos fenômenos ocorridos ao longo da vida, ou ainda da percepção sensorial (visão, olfato, tato) do mundo que o cerca. Nas palavras de Puster (2003, p. 123) esse conceito adotado por Locke pode “[...] ser subsumido sob o conceito do pensar. Pois como atos de pensamento valem não apenas as atividades racionais, mas também as percepções sensitivas e as ativações do poder da imaginação e da vontade”. Observa-se ainda, outra idéia que bem exprime os ideais dessa corrente filosófica: Para o empirismo, a razão não possui nenhum patrimônio apriorístico. “A consciência cognoscente não retira seus conteúdos da razão, mas exclusivamente da experiência” (HESSEN, 1999, p. 155).

Dessa forma, os autores adeptos dessa corrente, creditavam a formação do pensar e das idéias às experiências vividas pelo indivíduo.

Como com as letras de um alfabeto podemos formar um número infinito de palavras, assim com pequeno número de ideias simples, por combinação ou associação, formamos as ideias complexas, que se reduzem a modos, substâncias e relações. Desta forma, todas as ideias complexas surgem da experiência (FONTANA, 1969, p. 14).

Por fim, existem duas alegorias metafóricas que bem explicam e resumem os dois modelos teóricos: O modelo Apriorista ou racionalista, explicado pela metáfora do fantasma da máquina, e o modelo Empírico, pela metáfora da Tábula rasa. O primeiro modelo é figurativamente explicado pelo “fantasma da máquina”. Tal teoria é resumida por (PINKER, 2002) ao apresentar essa alegoria. Segundo o autor, esse texto é creditado a Descartes, que metaforicamente resume todo o sentido do pensamento racionalista, Descartes propunha a separação do humano em corpo (máquina) e mente (fantasma). Desse modo, o corpo agiria tendo como regente a mente (fantasma), isto é, o corpo sendo controlado por uma mente detentora de princípios a priori, referendando assim a teoria de que os conhecimentos surgem no modelo apriorista.

A segunda teoria é resumida pela ‘tábula rasa’. Segundo esta teoria criada por Locke, o ser humano vem ao mundo com sua mente em fórmula de ‘tábula rasa’, ou seja, semelhante a um papel em branco – embora vazio, encontra-se pronto para ser

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

27

preenchido – e o seria através da aquisição de conhecimentos segundo a teoria empirista.

Suponhamos, pois, que a mente é, como dissemos, um papel em branco, desprovida de todos os caracteres, sem quaisquer ideias; como ela será suprida? De onde lhe provém este vasto estoque, que a ativa e que a ilimitada fantasia do homem pintou nela com uma variedade quase infinita? De onde apreende todos os materiais da razão e do conhecimento? A isso respondo, numa palavra, da experiência. Todo nosso conhecimento está nela fundado, e dela deriva fundamentalmente o próprio conhecimento. Empregada tanto nos objetos sensíveis externos como nas operações internas de nossas mentes, que são por nós mesmos percebidas e refletidas, nossa observação supre nossos entendimento com todos os materiais do pensamento. Dessas duas fontes de conhecimento jorram todas as nossas ideias, ou as que possivelmente teremos (LOCKE, 1997, p. 57).

No centro dessas duas correntes, encontramos no filósofo e escritor Immanuel Kant, o principal crêdulo de que as duas teorias, atuando conjuntamente, produziam o conhecimento. Kant reputa-as igualmente importantes para a formação do verdadeiro e puro conhecimento:

Não resta dúvida de que todo o conhecimento começa pela experiência; efectivamente, que outra coisa poderia despertar e pôr em acção a nossa capacidade de conhecer senão os objectos que afectam os sentidos e que, por um lado, originam por si mesmos as representações e, por outro lado, põem em movimento a nossa faculdade intelectual e levam-na a compará-las, ligá-las ou separá-las, transformando assim a matéria bruta das impressões sensíveis num conhecimento que se denomina experiência? Assim, na ordem do tempo, nenhum conhecimento precede em nós a experiência e é com esta que todo o conhecimento tem o seu início. Se, Porém, todo o conhecimento se inicia com a experiência, isso não prova que todo ele derive da experiência. Pois bem poderia o nosso próprio conhecimento por experiência ser um composto do que recebemos através das impressões sensíveis e daquilo que a nossa própria capacidade de conhecer ( apenas posta em acção por impressões sensíveis ) produz por si mesma[...] (KANT, 1989, p. 36).

Essa experiência trazida por Kant seria a interação do indivíduo com o meio que o cerca, de modo que através da observação dos fenômenos repetitivamente ocorridos, esse indivíduo obteria o conhecimento acerca daqueles fenômenos. Assim sendo, a

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

28

repetitiva observação e a obtenção do conhecimento seriam capazes de formar o entendimento do indivíduo sobre determinado tema.

A possibilidade da experiência é , pois, o que confere realidade objectiva a todos os nossos conhecimentos [...] a experiência assenta sobre a unidade sintética dos fenômenos, isto é, sobre uma por conceitos do objeto dos fenômenos em geral, sem a qual nem sequer é conhecimento, apenas uma rapsódia de percepções que nunca caberiam todas num contexto [...](KANT, 1989, p. 194)

É possível elencar as teorias discorridas como bastante satisfatórias à época, no que concerne ao processo educativo, e mais especificamente a aquisição do conhecimento, entretanto, observa-se que ao longo do tempo, tais teorias foram modificando e adequando-se de acordo com a própria evolução da sociedade e principalmente com a obtenção de novos conhecimentos pelo homem, quer sejam nos âmbitos educativos, médicos, psíquicos e sociais.

Esses novos conhecimentos anteriormente ignorados, culminaram por modificar o entendimento do homem sobre o fenômeno de aquisição do conhecimento, uma vez que trouxeram ao consenso coletivo informações que devem ser relevadas quando da compreensão desse processo.

Observa-se bem esta evolução, ao debruçar-se sobre a figura de Jean Piaget, que partindo das idéias antecessoras, evidentemente transformadas, formula a teoria chamada *epistemologia genética*, que é entendida como o estudo do conhecimento, a [...] epistemologia que se relaciona e utiliza os resultados das ciências cognitivas, biológicas e evolutivas para colocar os problemas dos mecanismos, dos instrumentos e das estratégias da mudança dos conhecimentos[...] (CERUTI, 1995, p. 21). O conhecimento não seria detido a priori pelo próprio indivíduo, conforme emanado por Descartes e pela teoria do apriorismo, nem tampouco resultaria exclusivamente das experiências desse indivíduo com o meio, como imaginado por Locke e sua teoria do empirismo. *Contrário sensu*, o conhecimento adviria de uma resultante combinatória dessas duas correntes: seria decorrente das interações do indivíduo com o meio, a partir das próprias estruturas pré-existentes nesse indivíduo, dependendo dessa forma, direta e proporcionalmente tanto de estruturas cognitivas existentes a priori, quanto de experiências empíricas adquiridas a posteriori.



DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

29

Piaget inicia sua obra intitulada *Epistemologia Genética*, proporcionando-nos comungar da sua idéia inovadora sobre o conhecimento e mais particularmente sobre o método através do qual alcançaríamos esse conhecimento, idéia essa que seria amplamente defendida ao longo de toda a obra, ao nos deixar a mensagem inicial de que

o conhecimento não poderia ser concebido como algo predeterminado nas estruturas internas do indivíduo, pois que estas resultam de uma construção efetiva e contínua, nem nos caracteres preexistentes do objeto, pois que estes só são conhecidos graças à mediação necessária dessas estruturas; e estas estruturas os enriquecem e enquadram[...] (PIAGET, 2007, p. 1).

Piaget acredita que os conceitos e a formação do conhecimento ocorrem de forma gradual; o sujeito não nasce com conhecimentos *a priori* como também estes não são adquiridos unicamente das experiências – os conhecimentos seriam construídos a partir das idéias que o sujeito possui, agrupadas com os resultados das experiências por ele vividas. Essa teoria da construção gradual dos conhecimentos, Piaget intitula de “construtivismo”.

A teoria de Piaget parte de um *a priori* funcional (funcionamento into ) que faz o organismo interagir com o meio (assimilação – acomodação), produzindo a evolução isto é, o desenvolvimento e o crescimento (equilibração majorante. Se quisermos chamar esta interação de “ construtivismo “ (de fato, na interação, o organismo constrói novas estruturas), não há o que se censurar (FREITAG, 1997, p. 106-107).

O ‘construtivismo’ de Piaget preleciona a importância do indivíduo, ressaltada a centralização de todas as ações nesse sujeito, sendo este o ator principal do processo de conhecimento, em torno do qual se desenvolvem as ações que levam a obtenção desse conhecimento.

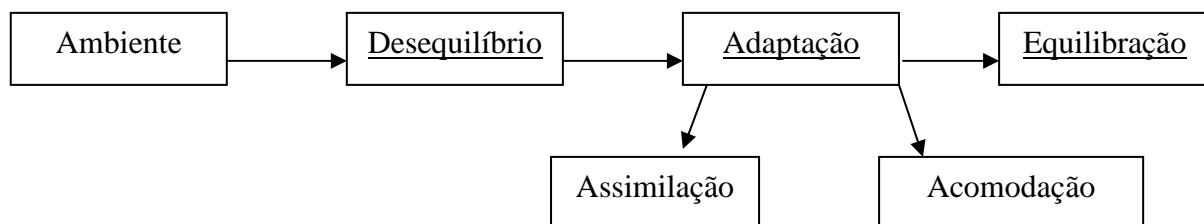
O Construtivismo, fiel ao princípio interacionista, procura demonstrar, ao contrário das demais tendências, o papel central do sujeito na produção do saber. O Construtivismo tem como pressuposto fundamental que o indivíduo é o centro do seu próprio percurso em direção ao conhecimento (ROSA, 1998, p. 47).

Tal conceito é abraçado por Carretero (1997) que, considera o sujeito como ator principal do processo de conhecimento, ao passo que este caminha em direção ao próprio saber, ou seja, o sujeito não seria resultado de suas idéias internas, nem tampouco um mero produto do meio, mas sim uma construção própria e mutável, produto da interação ocorrida entre esses dois fatores.

Assim sendo, pode-se abstrair que o método do construtivismo proposto por Piaget, não é uma simples imagem refletida da realidade, mas sim uma autoconstrução realizada pelo próprio indivíduo. Por isso, a teoria piagetiana também é conhecida como interacionista, pelo fato de que o indivíduo interage com o meio, e a complexidade dessa interação seria, segundo Piaget, diretamente proporcional ao nível de intelectualidade do indivíduo.

Esses conceitos ajudam-nos a compreender como se daria, na concepção piagetiana o processo de aquisição do conhecimento por parte do sujeito, o que nos conduz ao entendimento de que quaisquer características psicológicas futuras, dependem intrinsecamente das estruturas pré-existentes no sujeito.

Piaget descreve essa interação e, por conseguinte, a obtenção de novos conhecimentos, se dá através do método da equilibração, ocorrendo de acordo com as seguintes etapas:



- Desequilíbrio – A partir da interação com objetos e com o ambiente, o indivíduo passa a não compreender determinado fenômeno, havendo assim um desequilíbrio em suas estruturas cognitivas. Esse indivíduo esperava que um fenômeno ocorresse de determinado modo e não ocorreu, ou ainda, ele deparou-se com determinada situação, que pelo menos em parte, não era conhecida.

- Adaptação – Consiste na compreensão por parte do indivíduo da situação apresentada, a partir das idéias a priori existentes. Esse processo de compreensão culmina pela assimilação do novo conhecimento, ou seja, a modificação das estruturas pré-existentes por novas estruturas cognitivas e a acomodação dessas novas estruturas no indivíduo.
- Equilibração – É a passagem de uma situação em que havia desequilíbrio, e após completos os processos anteriores, as novas informações passam a fazer parte da estrutura cognitiva do indivíduo, havendo dessa forma, uma equilibração dessas novas estruturas no indivíduo. (PIAGET, 2007)

O próprio Piaget define esses conceitos, pois ao observar suas palavras tem-se como assimilação e equilibração, respectivamente:

[...] a integração a estruturas prévias, que podem permanecer invariáveis ou são mais ou menos modificadas por esta própria integração, mas sem descontinuidade com o estado precedente, isto é, sem serem destruídas, mas simplesmente acomodando-se à nova situação (PIAGET, 1973, p.13).

[...] toda modificação dos esquemas de assimilação sob a influência de situações exteriores (meio) ao quais se aplicam [...] Isto significa que o meio não provoca simplesmente o registro de impressões ou a formação de cópias, mas desencadeia ajustamentos ativos (PIAGET, 1973, p.18).

Conhecedores destes conceitos piagetianos, podem voltar-se para a observação prática da ocorrência desses processos modificatórios, bem exemplificados por Piaget (1973, p.18) “[...] apanhar os objetos com as duas mãos é, numa criança de 5 ou 6 meses, um esquema de assimilação, mas afastar ou aproximar mais ou menos as mãos, conforme o objeto for mais ou menos grosso, constitui uma acomodação desse esquema”. Piaget acreditava que o conhecimento e sua aquisição ocorriam de forma gradual, ao passo que ocorria também a maturação neurológica e intelectual do indivíduo, mas que o conhecimento e mais particularmente sua aquisição, teriam sua ocorrência condicionada inicialmente ao desenvolvimento dessa maturação. “[...] a

maturação consiste, essencialmente, em abrir possibilidades novas e constitui, portanto, condição necessária do aparecimento de certas condutas [...]” (PIAGET; INHELDER, 1986, p. 130).

Isto posto, e como já havia feito nas diferentes etapas da aquisição do conhecimento, Piaget procedeu a uma divisão cronológica das etapas de maturação da criança, no tocante aos momentos em que esta adquire determinados desenvolvimentos intelectuais. Essas divisões podem ser apresentadas em estágios como sendo: estágio sensório motor, estágio pré-operatório e estágio operatório, dividido em operatório concreto e operatório formal e ajudam-nos a compreender a aquisição do conhecimento em cada uma das etapas do desenvolvimento do indivíduo.

- Estágio Sensório Motor (0 a 2 anos) - Fase intitulada por Piaget como Recém Nascido e Lactente. Nesta fase o bebê inicia os processos para o desenvolvimento de esquemas mentais com a finalidade de compreender o que se passa a sua volta e construir as primeiras noções de tempo e de espaço. Essas noções são obtidas principalmente através das ações concretas, como por exemplo, ao pegar um objeto e levar a boca. Nas palavras de Piaget:

O período que vai do nascimento até a aquisição da linguagem é marcado por extraordinário desenvolvimento mental. [...] é decisivo para todo o curso da evolução psíquica: representa a conquista, através da percepção e dos movimentos, de todo o universo prático que cerca a criança (PIAGET, 2003, p. 17).

- Estágio Pré-Operatório (2 a 7 anos) – Fase que o autor chama de primeira infância. Essa fase marca principalmente a assimilação dos esquemas mentais criados na fase anterior. Nessa fase, a criança é tida como egocêntrica. Consegue realizar simulações, por exemplo, brincando como “se determinado objeto fosse um animal”. É a fase principalmente dos processos investigativos (fase dos por quês), e por esse motivo, ela não acredita no acaso, tudo teria uma razão. Não consegue distinguir detalhes e age pela aparência, como por exemplo, ao observar a mesma quantidade de certo líquido sendo transferida para um recipiente de maior forma, ela não consegue entender que embora aparentemente maior, a quantidade desse líquido permaneceria inalterada.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

33

[...] assiste-se durante a primeira infância a uma transformação da inteligência que, de apenas senso-motora ou prática que é no início, se prolonga doravante como pensamento propriamente dito, sob a dupla influência da linguagem e da socialização. A linguagem, permitindo ao sujeito contar suas ações, fornece de uma só vez, a capacidade de reconstruir o passado, [...] de antecipar as ações futuras, ainda não executadas, e até substituí-las[...] (PIAGET, 2003, p. 27).

- Estágio Operatório Concreto (7 aos 12 anos) – Fase chamada de infância. Período que marca a capacidade da criança de abstrair-se da realidade, embora dependendo desta para a abstração. Possui, além dessa característica, noções bem definidas de espaço, velocidade, tempo. Essa fase apresenta um aspecto evolutivo bastante definido em relação à fase anterior, pois caso ocorresse a situação acima descrita, a criança seria capaz de identificar a mesma quantidade de líquido, embora que mesmo em recipientes de diferentes formatos.

A idade média de sete anos, que coincide com o começo da escolaridade da criança, propriamente dita, marca uma modificação decisiva no desenvolvimento mental. Em cada um dos aspectos complexos da vida psíquica, quer se trate da inteligência ou da vida afetiva, das relações sociais ou da vida propriamente individual, observa-se o aparecimento de formas de organizações novas, que completam as construções esboçadas no decorrer do período precedente, assegurando-lhes um equilíbrio mais estável e que também inauguram uma série ininterrupta de novas construções (PIAGET, 2003, p. 40).

- Estágio Operatório Formal (a partir dos 12 anos) – Última fase, denominada adolescência; Nesse estágio, existe a capacidade da realização de abstrações, independentemente da realidade. O indivíduo adquire a capacidade de realizar raciocínios lógicos, de modo a conseguir resolver seus próprios problemas a partir de hipóteses por ele formuladas, e não somente pela observação da realidade, conforme ocorrido nas outras fases:

As reflexões precedentes poderiam levar a crer que o desenvolvimento mental termina por volta de onze anos ou doze anos, e que a adolescência é simplesmente uma crise passageira, à puberdade, que separa a infância da idade adulta. Evidentemente, a maturação [...] é marcada por desequilíbrios momentâneos. [...] se há um desequilíbrio provisório, não se deve que todas as passagens de um estágio a outro são suscetíveis de provocar tais oscilações temporárias. Na verdade, apesar das aparências, as conquistas próprias da adolescência, asseguram ao pensamento e à afetividade um equilíbrio superior ao que existia na segunda infância (PIAGET, 2003, p. 57-58).

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

34

Piaget resume todos esses estágios, sintetizando-os e demonstrando a sua importância no desenvolvimento cognitivo da criança:

Cada estágio é caracterizado pela aparição de estruturas originais, cuja construção o distingue dos estágios anteriores. O essencial dessas construções sucessivas permanece no decorrer dos estágios ulteriores, como subestruturas, sobre as quais se edificam as novas características. [...] Mas a cada estágio correspondem também características momentâneas e secundárias, que são modificadas pelo desenvolvimento ulterior, em função da necessidade de melhor organização. Cada estágio constitui então, pelas estruturas que o definem, uma forma particular de equilíbrio, efetuando-se a evolução mental no sentido de uma equilibração sempre mais completa (PIAGET, 2003, p. 15).

Assim, como visto supra, pode-se abstrair dos conceitos piagetianos, que o desenvolvimento antecede a aprendizagem, caracterizando-se como condição primordial para a ocorrência desta. Para o autor, o desenvolvimento intelectual depende condicionalmente da maturação biológica do indivíduo, e ocorreria a partir de experiências e interações com o meio, igualmente dependendo o sucesso dessas interações, de conceitos inatos do indivíduo. Todavia, acreditava Piaget que aquisição da acuidade intelectual não dependeria da existência ou da eficácia do processo educativo, poderia, embora que timidamente sofrer a influência deste, acelerando-a, mas de forma alguma possuiria relação intrínseca com esta.

O desenvolvimento da inteligência,[...] provém de processos naturais ou espontâneos, no sentido de que podem ser utilizados e acelerados pela educação familiar ou escolar mas que não derivam delas, constituindo, pelo contrário, a condição prévia e necessária da eficiência de todo o ensino (PIAGET, 1970, p. 44).

Destarte a passagem acima, observa-se que o autor refuta o caráter modificatório da educação em relação ao indivíduo. Ao dizer que o desenvolvimento da inteligência não deriva da educação, prova seu entendimento de que para educar-se, o indivíduo depende condicionalmente de fatores previamente existente. Assim sendo, não poderiam atos futuros de um indivíduo serem moldados ou pré-determinados pela

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

35

educação anteriormente a ele ministrada. Esse entendimento é bem percebido quando se observa o exemplo dado por Piaget para o caso dos deficientes intelectuais, segundo ele “para quem as melhores formas de educação não bastam para trazer à tona a inteligência que lhes falta” (PIAGET, 1970, p. 44). A educação constituir-se-ia como uma ferramenta auxiliar na construção da inteligência, mas não preponderante, uma vez que por depender de estruturas previamente existentes, não teria o condão de modificar o indivíduo, ocorrendo desta feita ‘de dentro para fora’.

Apoiado nesses preceitos conclui-se que, segundo a teoria piagetiana, problemas correlacionados com o desenvolvimento social do indivíduo, como por exemplo, a criminalidade e mais particularmente o cometimento de delitos, não poderiam ser combatidos minimizados através de políticas educativas, uma vez que a educação não seria capaz de alterar as estruturas comportamentais pré-existentes nesse indivíduo.

Por consequência, quaisquer resultados derivados de ações educativas nos indivíduos já criminosos, de igual forma seriam inexistentes, uma vez que, em sua concepção, o caráter e a personalidade advêm das estruturas pré-existentes, e estas seriam imutáveis.

Em complemento a essa teoria, observa-se os estudos de Lev Vygotsky, que credita ao ensino e a aprendizagem todos os louros de um desenvolvimento intelectual do cidadão alicerçado em conceitos morais e éticos, tendo a partir das suas teorias, um viés capaz de modificar o caráter do indivíduo. Para ele, de fato, “aprendizado e desenvolvimento estão inter-relacionados desde o primeiro dia de vida da criança” (VYGOTSKY, 1991, p. 57).

Em sua obra pensamento e linguagem, Vygotsky descreve o processo de formação de conceitos norteadores do indivíduo, partindo desde a infância e avançando ao longo da vida, sempre de forma mutatória, adequando-se a realidade do indivíduo e modificando-o constantemente:

[...] o desenvolvimento dos processos que finalmente resultam na formação de conceitos começa na fase mais precoce da infância, mas as funções intelectuais que, numa combinação específica, formam a base psicológica do processo da formação de conceitos amadurece, se configura e se desenvolve[...] (VYGOTSKY, 2000, p. 72).

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

36

Observa-se que a idéia de Vygotsky encontra respaldo e verossimilhança quando emparelhada com os ideais da educação grega, invocados neste estudo: o desejo pulsante de ministrar a educação nas crianças não apenas concernente aos conteúdos pura e simplesmente didáticos, mas atingindo um nível tal que alcançasse o status de formação do cidadão para a vida harmoniosa consigo e com a coletividade:

Tudo depende das primeiras sementes; se elas são bem semeadas, pode-se prometer que um dia produzirão os mais belos frutos, quer se trate de plantas, animais ferozes ou domesticados, quer se trate de homens. É verdade que o homem já é naturalmente doce; mas quando a um homem feliz por natureza se junta uma educação excelente, ele se torna o mais doce dos animais, o ser mais próximo da divindade; ao passo que, se ele recebe uma educação defeituosa ou maléfica, torna-se o mais feroz dos animais produzidos pela terra. Eis porque o legislador deve fazer da educação das crianças o primeiro e o mais sério dos seus cuidados (PLATÃO *apud* SANTOS, 1948, p. 97).

Vygotsky não refuta de pronto a importância da detenção de condições inatas para a realização de determinadas atividades, entretanto, acredita que essas atividades, quer sejam desenvolvimento intelectual, social, físico, ou quaisquer outras, somente realizar-se-iam de fato, caso o indivíduo interagisse com o meio e com outros indivíduos da sua espécie. Tal entendimento é mais uma vez ratificado, ao observar a fala que nos demonstra exemplificativamente:

Portanto, o desenvolvimento pleno do ser humano depende do aprendizado que realiza num determinado grupo cultural, a partir da interação com outros indivíduos da sua espécie. Isso quer dizer que, por exemplo, um indivíduo criado numa tribo indígena, que desconhece o sistema de escrita e não tem nenhum tipo de contato com um ambiente letrado, não se alfabetizará. O mesmo ocorre com a aquisição da fala. A criança só aprenderá a falar se pertencer a uma comunidade de falantes, ou seja, as condições orgânicas ( possuir o aparelho fonador ), embora necessárias, não são suficientes para que o indivíduo adquira a linguagem (REGO, 1994, p. 71).

Corroborando essa idéia, Vygotsky apresentou conceitos que podem explicar essa temática. Esses conceitos chamados de desenvolvimento real, potencial e zona de desenvolvimento proximal, expressam a crença Vygotskyana de que a educação molda



DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

37

e transforma o indivíduo, sendo capaz de modificar as estruturas cognitivas inerentes ao sujeito, de forma contrária a teoria apresentada pelos preceitos Piagetianos, sendo desta feita, capaz de alterar possíveis comportamentos do indivíduo, indesejáveis no futuro. Em síntese, esses conceitos nos exprimem as seguintes definições:

- a) Desenvolvimento real – Pode ser entendido como o conjunto de aptidões e funções que possibilitam a criança realizar determinadas tarefas sem qualquer auxílio, ou seja, é o desenvolvimento visto em um tempo pretérito, que formou aptidões que capacitaram a criança ao desenvolvimento de específica tarefa. Exemplificativamente, pode-se elencar a capacidade de determinada criança em reconhecer as cores. Uma vez que tenha aprendido e memorizado o preto e o vermelho, a partir desse momento é capaz de distingui-las.

O nível de desenvolvimento real pode ser entendido como referente àquelas conquistas que já são consolidadas na criança, aquelas funções ou capacidades que ela já aprendeu e domina, pois já consegue utilizar sozinha, sem assistência de alguém mais experiente da cultura ( pai, mãe, professor, criança mais velha etc. ). Este nível indica, assim, os processos mentais da criança que já se estabeleceram, ciclos de desenvolvimento que já se completaram. Desse modo, quando nos referimos àquelas atividades e tarefas que a criança já sabe fazer de forma independente, como por exemplo: andar de bicicleta, cortar com a tesoura ou resolver determinado problema matemático, estamos tratando de um nível de desenvolvimento já estabelecido, isto é, estamos olhando o desenvolvimento retrospectivamente (REGO, 1994, p. 72 - 73).

- b) Desenvolvimento potencial – Similarmente, pode ser entendido como o conjunto de funções que possibilitam a criança realizar determinadas tarefas com auxílio de adultos ou de outras crianças. É possível exemplificar esse desenvolvimento com a aparente brincadeira de empilhar caixas; por ainda não ter uma coordenação motora plenamente desenvolvida, a criança somente conseguiria realizar essa tarefa com ajuda de outra criança mais velha ou de um adulto.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

38

O nível de desenvolvimento potencial também se refere àquilo que a criança é capaz de fazer, só que mediante a ajuda de outra pessoa ( adultos ou crianças mais experientes ). Nesse caso, a criança realiza tarefas e soluciona problemas através do diálogo, da colaboração, da imitação, da experiência compartilhada e das pistas que lhe são fornecidas. Como por exemplo, uma criança de cinco anos não pode conseguir, numa primeira vez, montar sozinha um quebra-cabeças que tenha muitas peças, mas com a assistência de seu irmão mais velho ou mesmo de uma criança de sua idade mas que já tenha experiência nesse jogo, pode realizar a tarefa. Este nível é, para Vygotsky, bem mais indicativo de seu desenvolvimento mental do que aquilo que ela consegue fazer sozinha (REGO, 1994, p. 73).

- c) Zona de desenvolvimento proximal – É tida por Vygotsky como a distância entre os desenvolvimentos real e potencial, ou seja, e o percurso que separa a criança do que ela consegue fazer sozinha, e o que ela somente consegue se auxiliada por outrem.

A distância entre aquilo que ela é capaz de fazer de forma autônoma, ( nível de desenvolvimento real ) e aquilo que ela realiza em colaboração com outros elementos de seu grupo social ( nível de desenvolvimento potencial ) caracteriza aquilo que Vygotsky chamou de “ zona de desenvolvimento potencial ou proximal (REGO, 1994, p. 73).

Observa-se então a definição emanada pelo próprio Vygotsky para a zona de desenvolvimento proximal, que também alcança o desenvolvimento real e potencial:

Ela é a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes (VYGOTSKY, 1991, p. 58).

Tais exemplos reforçam firmemente as idéias do autor acerca da capacidade que tem a educação de desenvolver e modificar o sujeito, ao passo que esses desenvolvimentos potenciais, modificar-se-iam ao longo de tempo tornando-se desenvolvimento real, uma vez que seriam estruturas próprias e firmadas da criança, obtidas através da educação.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

39

Depara-se aqui com um contraponto entre as teorias formuladas por Piaget e Vygotsky: de um lado temos o entendimento abraçado por Jean Piaget de que o desenvolvimento do indivíduo depende tão somente das estruturas cognitivas inerentes a esse indivíduo, e que a educação somente teria a ação de fazer aflorar essas estruturas, sendo desta feita, indiferente para a o processo de formação do caráter e da personalidade deste indivíduo, uma vez que esses fatores já estariam a priori determinados por essas estruturas cognitivas. Contrárias a esse entendimento, apresentam-se as teorias de Lev Vygotsky, para quem a educação tem indiscutível poder formador e modificativo, sendo capaz de alterar a formação do caráter e da personalidade, pois estes dependeriam intrinsecamente dos processos de desenvolvimentos aos quais fosse submetido o sujeito, através da passagem e da transformação do desenvolvimento potencial em desenvolvimento real, e da conseqüente minoração da zona de desenvolvimento proximal. Nas suas próprias palavras, sua teoria “[...] estabelece a unidade [...] entre os processos de aprendizado e os processos de desenvolvimento interno. Ela pressupõe que um seja convertido no outro”(VYGOTSKY, 1991, p. 61).

Observa-se que ao contrapor as concepções de Piaget sobre a forma de aquisição do conhecimento, Vygotsky aproxima-se tanto das concepções clássicas de ideais educativos, quanto das concepções modernas, ao passo que critica os métodos usados até hoje para aferir o desenvolvimento mental de uma criança ao dizer que,

Ao avaliar-se o desenvolvimento mental, consideram-se somente aquelas soluções de problemas que as crianças conseguem realizar sem a assistência de outros, sem demonstração e sem o fornecimento de pistas (VYGOTSKY, 1991, p. 59).

### 3.3 IMPACTO DA EDUCAÇÃO NA CRIMINALIDADE

Tendo como ponto de apoio esse entendimento vygotsyano, de que o indivíduo poderia ter seu caráter moldado pela educação e contrapondo-o com o entendimento Piagetiano sobre a temática, pode-se de forma alternada, indicar que a ausência de um processo educativo qualitativo e eficaz, poderia tolher o desenvolvimento moral do cidadão, deixando-o suscetível ao desenvolvimento, ou ainda a externalização de características e condutas socialmente refutáveis, estas, aqui estudadas particularmente como criminosas, no concernente a delitos penais que ensejam julgamento pelo tribunal do júri. Ou seja, a introdução de bons hábitos e boa formação educacional nas idades mais pretéritas do cidadão, indo desde a alfabetização até os níveis mais avançados de estudo, elidirão futuramente, punições refletidas em penas, decorrentes de ilícitos cometidos. Penas essas entendidas como sendo “A punição imposta ao contraventor” ou delinqüente, em processo judicial de instrução contraditória, em decorrência de crime ou contravenção que tenha cometido com o fim de exemplá-lo e evitar a prática de novas infrações (FERREIRA, 1989, p. 1070).

Sobre esta mesma temática, temos um outro entendimento acerca da função da pena: “Não se pune portanto para apagar um crime, mas para transformar um culpado (atual ou virtual); o castigo deve levar em si uma certa técnica corretiva (FOUCAULT, 2002, p. 189).

Recente estudo publicado na revista de maior circulação nacional, e que foi matéria de capa, ilustra bem a externalização dessas condutas, ao analisar as razões pelas quais os indivíduos são levados a cometer crimes. Na reportagem, foram entrevistados 40 homicidas confessos, que revelaram os fatos motivadores dos seus crimes, dentre os quais:

Esfaqueei meu marido e matei minha melhor amiga porque descobri que os dois tinham um caso. Fiz isso para lavar minha honra. Cheguei em casa e peguei ela com ele na minha cama. Fui para o bar na hora, desolada. Quando voltei para casa, ele estava só, chorando aquele choro falso. Fiquei com muita raiva. Dei seis facadas nele, mas ele não morreu. Saí de lá e fui para uma festa, onde encontrei a menina. Dei duas facadas nela. Ela implorou, mas eu deixei o ódio falar mais alto. Assisti a ela agonizar. Senti prazer em ver ela se debatendo [...] (COURA, 2010, p. 103).

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

41

Outra justificativa que também chama a atenção pode ser vislumbrada abaixo:

Eu não fui com a cara do cidadão e ele não foi com a minha. A gente estava no boteco, os dois tinham bebido. Ele disse que eu não era homem. Mostrei para ele que era homem, sim. Fui para riba dele [...] Estava com meu ‘trinta e oito’ [...] Ando com ele desde os 11 anos, quando ganhei do meu pai. O velho disse: ‘Nunca trespasse o direito dos outros, mas também nunca traga desaforo para casa’. Na briga, o cara puxou a faca e me furou. Tomei a faca e enfiei no peito dele. Morreu na hora. Dou graças a Deus por ter matado [...] Não penso mais nisso. Passou, passou (COURA, 2010, p. 107).

Observa-se que, em todos os discursos, não obstante cada uma das “aparentes” justificativas que os homicidas sempre têm para amenizar suas culpas ou ao menos dividi-las com outros, a sempre constante presença de resquícios de culturas machistas e arcaicas, anteriormente arraigadas nas mentes dos indivíduos, como a exemplo do fato de ouvir a frase de que “eu não era homem”, ou ainda não “levar desaforo para casa” (COURA, 2010, p. 107), e que ainda permanecem presentes nesses mesmos indivíduos, e em seus conceitos, são sim, motivos justos para o cometimento de um homicídio.

Todavia, é notória outra justificativa apresentada que mais cristalinamente explicita essa falta de acesso à educação: em um dos trechos acima, observa-se uma das entrevistadas que justifica o homicídio tentado contra seu marido e consumado contra sua melhor amiga, ao dizer claramente que matou “para lavar minha honra”(COURA, 2010, p. 103).

Sobre a temática da criminalidade pautada em valores de menor importância como a honra, temos as palavras de (FOUCAULT, 2002, p. 169-170), que ecoam ao nos traduzir “que o castigo o irrite e o estimule mais do que o erro que encorajara. Se o orgulho fez cometer um crime, que seja ferido, que se revolte com a punição.”

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

42

Ademais, essa justificativa no passado seria aceita e elidiria a tipicidade do ato. Ocorre que no nosso antigo código penal, que vigorou entre os anos de 1890 e 1940, havia dispositivos que justificavam essas atitudes, senão vejamos:

Art. 27. Não são criminosos:

...

§ 4º Os que se acharem em estado de completa privação de sentidos e de intelligencia no acto de commetter o crime;

Art. 32. Não serão também criminosos:

...

§ 2º Os que o praticarem em defesa legitima, própria ou de outrem [...].

A legitima defesa não é limitada unicamente á protecção da vida; ella comprehende todos os direitos que podem ser lesados (BRASIL, 1890).

Diante destas possibilidades, os operadores do direito da época, criaram um instituto jurídico que até hoje perdura na cultura popular, a legítima defesa da honra, que nas palavras de (LINHARES, 1980, p. 196), significa dizer que “a fama é o bom conceito que o homem desfruta junto a seus semelhantes; a honra é essa mesma estima, segundo o ângulo da dignidade pessoal”. Criou-se esse entendimento, pelo fato de haver a previsão jurídica de que a legítima defesa não se limitava a vida, mas a outras partes a ela inerentes, e que a honra faz parte da pessoa assim como a vida ou o corpo, podendo então ser lesada e conseqüentemente defendida.

Tal defesa data de bastante tempo, já no código de Hamurabi, havia punição prevista para o atingimento da honra, quando em seu artigo 129, restava dito que caso a esposa de alguém fosse encontrada em contato sexual com outrem, deveriam os dois, serem amarrados juntos e jogados na água. Entretanto, a defesa facultada ao cônjuge desonrado, foi positivada no Direito Romano, ao escusar o estado da punição em cena pública, determinando que caberia ao cônjuge traído, punir o infrator e o co-autor.

Como depreendido das normas jurídicas acima apontadas, justifica-se a legítima defesa da honra até o ano de 1940, quando da promulgação do nosso atual código penal, uma vez que o artigo 28, em seu inciso I, preconiza que “Não excluem a imputabilidade penal: a emoção ou a paixão;” (BRASIL, 1940). Observa-se no novo texto legal, uma contraposição ao texto legal anterior, de forma a não mais permitir que fosse

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

43

considerado inimputável o cometedor de uma ação delituosa motivada por emoção, como ocorrido em casos de adultério, e mais particularmente no exemplo trazido acima. Isto posto, há de não mais admitir-se, a absolvição do homicídio alcançado pela legítima defesa da honra. Entretanto, perdura até hoje no imaginário popular este instituto anteriormente criado, ou seja, o acesso à educação por parte da população e a difusão da norma jurídica não ocorreu como imaginava-se, e ainda deparamo-nos com situações como essa, na qual invoca-se uma pseudo justificativa para o cometimento de um crime, por completo desconhecimento e falta de acesso à educação, situação essa que infelizmente ocorre com bastante regularidade. Neste ponto, nota-se uma intrínseca relação entre a educação e as normas de direito que regulam nosso ordenamento jurídico, relação na qual a educação deveria figurar norteando o cidadão na compreensão dessas normas. Havia que se educar a população de forma a afastar do imaginário popular a existência dessa legítima defesa, há muito retirada dos dispositivos legais vigentes. Há que se fazer o registro ainda, que não foi excluída a figura da defesa da honra, pois podemos observar no capítulo V, intitulado crimes contra a honra, entre os artigos 138 e 145 a clara presença e defesa desta honra contra crimes como calúnia, difamação e injúria; o que foi afastada pela nova legislação, com muita propriedade, foi a possibilidade de que a defesa desta honra, fosse invocada como cláusula permissiva para que se pudesse atacar um bem de maior valia, como a vida.

Em que pesem as justificativas acima apresentadas para o cometimento de delitos, o que mais chama atenção nesse estudo, é o fato de que entre os 40 casos estudados em todo o país, alguns deles aqui apresentados, em apenas um, verificamos a presença de um réu com o nível superior completo, um índice que representa 2,5% da população estudada. É o caso do Advogado João Bosco Guimarães, que respondia processo por homicídio tentando no ano de 1998 contra o então prefeito da cidade de Marapanin/PA, que ao reinaugurar uma praça pública na cidade renomeou-a, deixando de fazer constar assim o nome de Antônio Guimarães, ex-prefeito e pai do advogado. No ano de 2006, o Promotor que atuava no caso, Fabrício Ramos Couto fora assassinado pelo advogado pelo fato de ter solicitado a juíza do processo, Maria Mourão Santa Brígida, que o réu, que se auto-defendia, devolvesse os autos retidos por ele ao cartório. Essa solicitação foi acatada pela juíza, motivo que desagradou João Bosco, que

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

44

decidiu então matá-los. A juíza tinha saído para abastecer o carro e escapou, o promotor foi morto em sua sala com seis tiros. Assim o réu comentou o crime ao estudo:

Matei o promotor porque tínhamos uma rixa antiga, de mais de dez anos. Sou advogado e estava sendo acusado por uma tentativa de homicídio contra o ex-prefeito da cidade. Este promotor estava trabalhando no caso e dizia para todo mundo que iria me botar na cadeia. Resolvi matar quando fiquei sabendo que ele havia cobrado um escrivão para que meu caso andasse logo. Fui até o fórum pela manhã, entrei na sala dele e descarreguei o meu revólver. Dei seis tiros antes que ele conseguisse reagir [...] (COURA, 2010, p. 103).

Ao observar o estudo feito pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e publicado pelo Portal Indicador Brasil, podemos depreender que 12 % dos jovens brasileiros situados na faixa etária compreendida entre 25 e 34 anos, possuem Ensino Superior completo (INDICADOR BRASIL, 2011). Mesmo sendo um número muito baixo, se comparado a países como o nosso vizinho Chile, onde segundo a mesma fonte, 35% dessa população possui curso de graduação completo, podemos abstrair desse número que um em cada nove brasileiros possui curso superior. Quantidade bastante expressiva se comparada aos casos apresentados pelo estudo, onde foi preciso um universo populacional de 40 casos para que tivéssemos a ocorrência de um réu com curso superior, demonstrando mais uma vez, que o grau de instrução elevado do indivíduo, combate a possível ação criminosa.

Mais que apenas perplexidade pela barbárie e frieza com as quais os crimes aqui relatados foram executados, esse estudo e os casos ora apresentados nos revelam uma face ainda mais preocupante ao traçar o paralelo que relaciona educação e criminologia: A imensa maioria da população onde temos a incidência de cometimento de crimes ocorre onde a educação está menos presente, ou seja, são inversamente proporcionais os fenômenos acesso à educação e cometimento de crimes. Sobre essa temática, assim nos ensina Paulo Freire, ao afirmar que:



DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

45

Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-la sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, in-viabilizando o amor. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda (FREIRE, 2000, p. 67).

Isto significa dizer que qualquer solução almejada para o combate ao problema da violência em nosso país, deverá condicionalmente perpassar por políticas públicas de incentivo à educação. Essas políticas públicas são assim definidas: “As políticas públicas têm sido criadas como resposta do Estado às demandas que emergem da sociedade e do seu próprio interior, sendo a expressão do compromisso público de atuação numa determinada área a longo prazo.” (CUNHA; CUNHA, 2002, p. 12). A definição a seguir versa sobre as políticas públicas relacionadas com a temática educacional:

Políticas educacionais integram as políticas públicas que são as ações empreendidas pelo Estado para efetivar as prescrições constitucionais sobre as necessidades da sociedade em termos de distribuição e redistribuição das riquezas, dos bens e serviços sociais no âmbito federal, estadual e municipal (AHLERT, 2007).

Somente com a efetiva prática desse tipo de política pública será possível minimizar a violência em nosso país. Sobre a necessidade de implementar tais políticas assim levanta-se Alba Zaluar:

[...] Reduzir os problemas e dilemas dos processos sociais complexos que articulam o local, o nacional e o global à fragmentação do social, na qual os adolescentes pobres deixam de ter alternativas futuras que não as drogas, a delinquência ou a morte prematura, é [...] acenar [...] para a escolarização, a profissionalização e para oportunidades adequadas no mercado de trabalho [...] Em suma, sem uma política pública que modifique a atual criminalização [...] não conseguiremos modificar o atual cenário de violência e injustiça existente no país (ZALUAR, 1997).

Observou-se a concordância desses autores no que concerne à necessidade de implementação de políticas educativas em nosso país com vieses de prevenção à criminalidade.

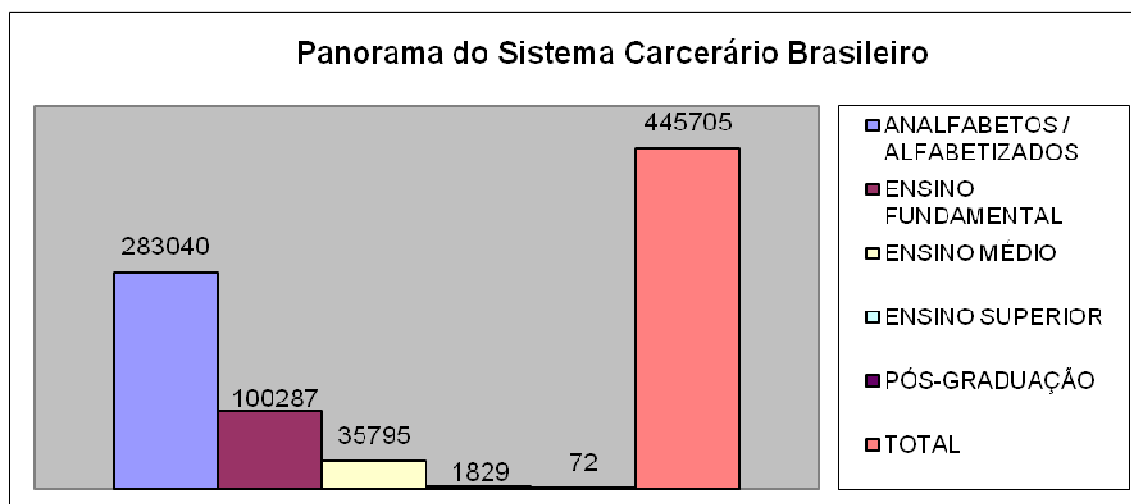
DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

46

Todavia, observa-se no contexto sócio-educativo do nosso país uma inversão de valores: Onde priorizam-se políticas de repressão à criminalidade (políticas voltadas contra a violência) em detrimento de políticas de prevenção à criminalidade (políticas educativas). Tal inversão pode ser verificada com mais clareza no estudo publicado pelo Jornal Estadão, que revela: “64% dos presos não completaram o Ensino Fundamental” (LUPION; CHAPOLA, 2011).

Destes números depreende-se que a maioria dos cidadãos que já foram presos por cometimento de crimes, sequer concluiu o Ensino Fundamental. Observa-se então que, ainda existe uma relação inversamente proporcional entre o nível de formação educacional e o percentual quantitativo de indivíduos presos, uma vez que, quanto maior o grau de formação educacional, menor o número percentual de indivíduos presos por delitos. O gráfico a seguir demonstra, alicerçado em dados fornecidos pelo Infopen do Ministério da Justiça, senso 2010, a atual estrutura do sistema carcerário brasileiro, no tocante à participação de cada um dos níveis de escolarização no universo total dessa população carcerária.

**Gráfico 1 – Panorama do Sistema Carcerário no Brasil**



Fonte: Infopen

Observa-se que, em uma população carcerária de 445.705 presos, encontra-se uma razão inversamente proporcional entre o nível de formação escolar e a quantidade

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

47

de presos, ou seja, quanto menor o nível de formação escolar, maior a quantidade de presos. Essas quantidades estão grafadas na tabela a seguir.

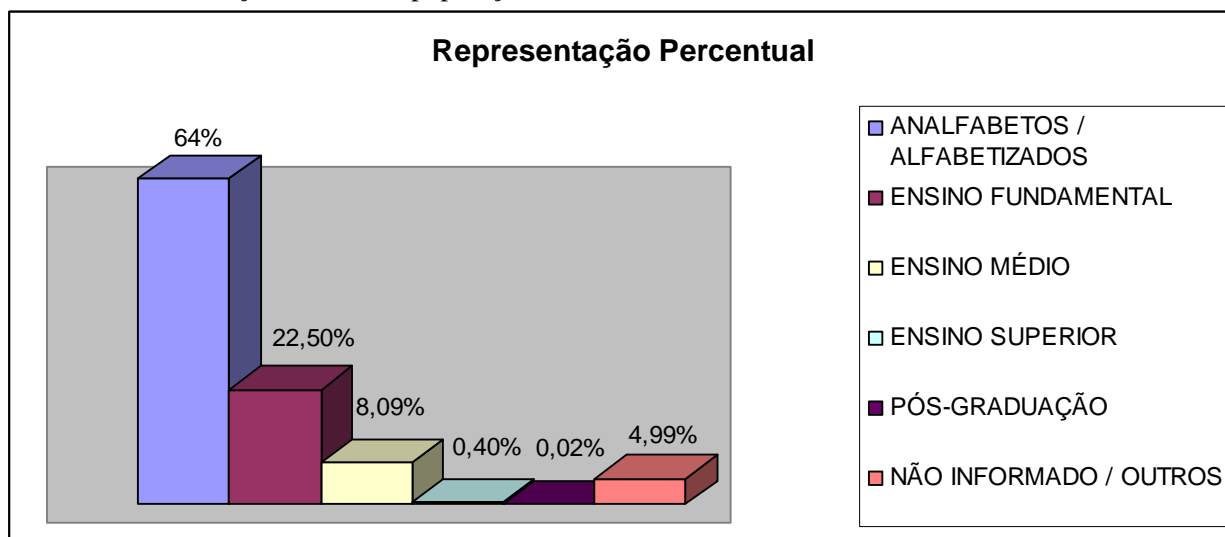
**Tabela 1** - Nível de escolaridade x número de presos

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	Nº DE PRESOS
ANALFABETOS / ALFABETIZADOS	283.040
ENSINO FUNDAMENTAL	100.287
ENSINO MÉDIO	35.795
ENSINO SUPERIOR	1.829
PÓS-GRADUAÇÃO	72
NÃO INFORMADO/OUTROS <sup>1</sup>	24.682
POPULAÇÃO TOTAL	445.705

Fonte: Infopen

O gráfico a seguir demonstra a participação percentual de cada um desses níveis de formação escolar na população carcerária total.

**Gráfico 2** - Formação escolar da população carcerária



Fonte: Infopen – Ministério da Justiça  
474747—

1 O item outros, refere-se a um fator corretivo para inconsistências apresentado pelo Infopen, e corresponde exatamente a quantidade de 4.557 presos.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

48

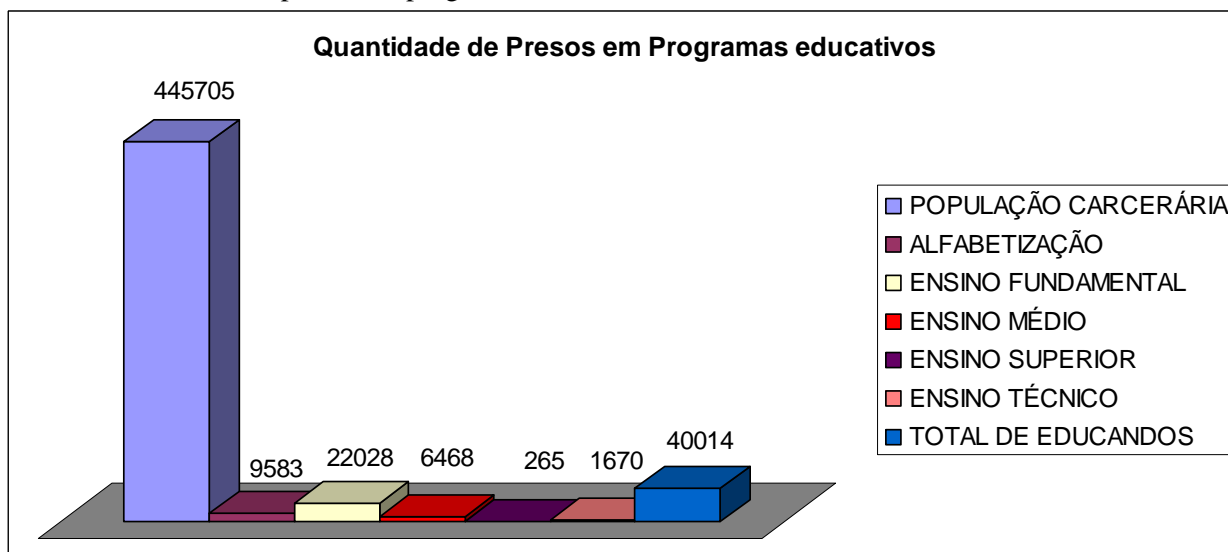
Conforme visto, 64% do total de presos em nosso país, não possuem sequer o Ensino Fundamental completo. Esse número corrobora para o entendimento de que porquanto o Estado esqueça de educar seus homens, estes estão fadados ao insucesso e tendentes ao cometimento de crime. Sobre essa temática, e mais particularmente sobre o analfabetismo, tem-se a seguinte afirmação de Paulo Freire (1981, p. 13), “para a concepção crítica, o analfabetismo nem é uma ‘chaga’, nem uma ‘erva daninha’ a ser erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta”. Evidentemente essa tendência pode não materializar-se, ficando apenas no campo especulatório e o indivíduo mesmo que não educado, afastar-se da criminalidade, contudo, o que se pretende demonstrar aqui é que a possibilidade de que esta feliz coincidência ocorra é significativamente menor, quando comparada a essa tendência de pior apresentação.

Em breve análise sobre os dados expostos, acerca do nível de escolarização da população do nosso país, e principalmente dos apenados, mister se faz mencionar um outro número que certamente possui intrínseca ligação com o fenômeno estudado: o número de apenados que se submetem a programas educativos durante o tempo em que lhe é imputada pena pelo delito e ele encontra-se sob a tutela jurisdicional do Estado. O Gráfico a seguir, mais uma vez fundamentado em dados oficiais do Ministério da Justiça, demonstra a ínfima quantidade de presos que atualmente se submetem a programas educativos. Esses dados encontram-se separados pelo tipo de educação que atualmente é ministrada ao preso, e confrontados com a população carcerária total.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

49

**Gráfico 3** - Número de presos em programas educativos



Fonte: Infopen – Ministério da Justiça

Quando comparada com a população carcerária (445.705 presos), a quantidade de indivíduos que estão inseridos em programas educativos de qualquer tipo (40.014) mostra-se irrelevante quando temos em mente a extrema importância de programas dessa natureza, com vieses de prevenção à reincidência criminal. É impensável que apenas 9% dos nossos presos recebam atendimento educacional do Estado. As quantidades absolutas estão expressas na tabela abaixo:

**Tabela 2** – Número de presos em programas educacionais

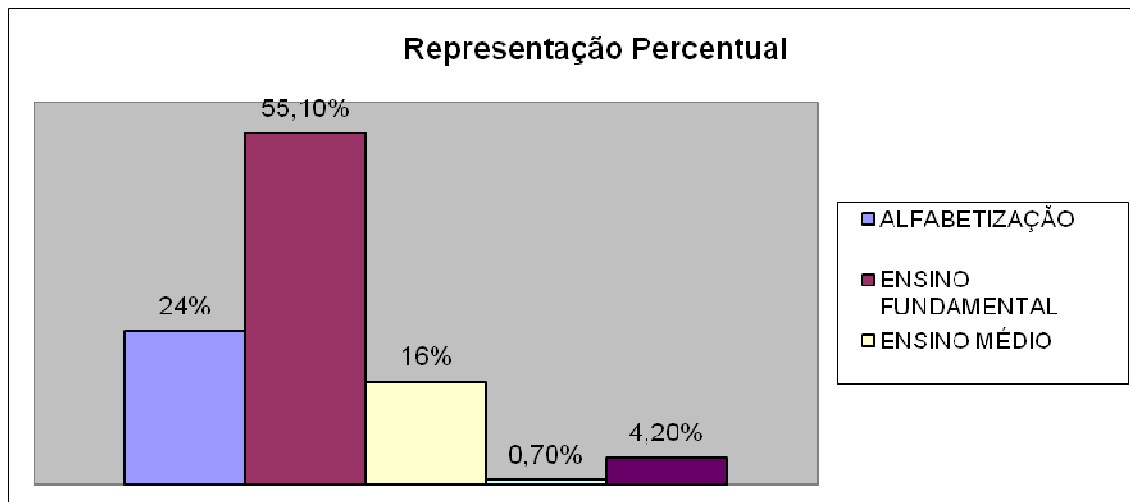
TIPO DE EDUCAÇÃO	Nº DE PRESOS
ALFABETIZAÇÃO	9.583
ENSINO FUNDAMENTAL	22.028
ENSINO MÉDIO	6.468
ENSINO SUPERIOR	265
ENSINO TÉCNICO	1.670
TOTAL DE EDUCANDOS	40.014

Fonte: Infopen – Ministério da Justiça

De igual forma, a participação percentual de cada um desses tipos de educação ministrada aos presos é demonstrada no gráfico a seguir:

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

**Gráfico 4** - Representação percentual dos tipos de educação ministrada aos presos



Fonte: Infopen – Ministério da Justiça

Como se pode observar, a educação prisional ocorre de forma similar aos cursos não prisionais, uma vez que a grade curricular se volta para ensinos supletivos, mas nas mesmas modalidades do ensino regular, como alfabetização, Ensino Médio, etc. No caso do ensino técnico, as modalidades variam entre cada instituição prisional. De forma a ratificar ainda mais a situação apresentada, observa-se que, quando somados, os programas educativos de alfabetização e Ensino Fundamental, contam com quase 80% da nossa população carcerária, demonstrando que grande parte da nossa população é ainda analfabeta. “O analfabeto é um “homem perdido”. É preciso, então, “salvá-lo” e sua “salvação” está em que consinta em ir sendo “enchido “por [...] palavras [...] que lhe são apresentadas [...] pelo alfabetizador”(FREIRE, 1981, p. 11).

Como citado anteriormente, quaisquer soluções que visem o problema da violência, têm seu sucesso condicionado a políticas públicas que visem introduzir a educação nas comunidades/indivíduos, pois, desta forma, o Estado estará de forma atuante, minimizando a probabilidade de que esse indivíduo cometa delitos. Sobre essa atuação do meio em relação ao processo educativo, ecoa a voz de Freire (1987, p. 39) ao ensinar-nos que, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

51

Isto posto, também deve ser preocupação Estatal igualmente relevante, programas que visem a educação prisional, para que possamos evitar a reincidência criminal, deve-se apresentar aos apenados programas educativos, de modo que o Estado possa prepará-los para a re-entrada no convívio social, e proporcionar sua re-inserção na sociedade em uma realidade diversa da anteriormente apresentada. Sobre esse tema, assim traduz (FOUCAULT, 2002, p. 65-66), ao dizer-nos que:

Eis, porém [...] uma questão bem diferente de verdade. Não mais simplesmente: “O fato está comprovado, é delituoso?” Mas também: “O que é realmente esse fato, o que significa essa violência ou esse crime? Em que nível ou em que campo da realidade deverá ser colocado? Fantasma, reação psicótica, episódio de delírio, perversidade?” Não mais simplesmente: “Quem é o autor?” Mas: “Como citar o processo causai que o produziu? Onde estará, no próprio autor, a origem do crime? Instinto, inconsciente, meio ambiente, hereditariedade?” Não mais simplesmente: “Que lei sanciona esta infração?” Mas: “Que medida tomar que seja apropriada? Como prever a evolução do sujeito? De que modo será ele mais seguramente corrigido?”

Tal entendimento é bem explicitado no texto da recente lei nº. 12.433/11, que alterou a Lei de Execuções penais, da seguinte forma:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de Ensino Fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias (BRASIL, 2011b).

Como visto acima, a remissão pode ocorrer por meio de ensino ou trabalho, e para Foucault tais ferramentas têm enorme poder modificatório. Isto pode ser verificado ao observarmos suas palavras sobre o trabalho prisional, para quem

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

52

“ o trabalho penal deve ser concebido como sendo por si mesmo uma maquinaria que transforma o prisioneiro violento, agitado, irrefletido em uma peça que desempenha seu papel com perfeita regularidade. A prisão não é uma oficina; ela é, ela tem que ser em si mesma uma máquina de que os detentos-operários são ao mesmo tempo as engrenagens e os produtos; ela os “ocupa” (FOUCAULT, 2002, p. 314

Observou-se que, a referida lei prevê diminuição de um dia da pena do preso, para cada 12 horas de estudo, desde que divididas em três dias. Sobre esta temática, e mais particularmente sobre a importância da educação no contexto prisional, assim manifesta-se ( FOUCAULT, 2002, p. 340), ao dizer-nos que “ A educação do detento é, por parte do poder público, ao mesmo tempo uma precaução indispensável no interesse da sociedade e uma obrigação para com o detento”.

Todavia, após uma observação do texto legal acima trazido, poderia ocorrer a falsa imagem de que esta forma de remissão penal seria apenas um meio de mascarar a realidade prisional e educativa do nosso país, uma vez que apenas pelo fato de estar presente às aulas, o preso teria sua pena diminuída, ou seja, uma forma de diminuir a quantidade de presos em estabelecimentos prisionais, e ao mesmo tempo educar a população carcerária. Todavia, esta impressão é facilmente desfeita na redação do parágrafo 5º, desse mesmo artigo 126:

§ 5º O tempo a remir em função das horas de estudo será acrescido de 1/3 (um terço) no caso de conclusão do Ensino Fundamental, médio ou superior durante o cumprimento da pena, desde que certificada pelo órgão competente do sistema de educação (BRASIL, 2011b).

Assim, foi possível observar a preocupação do legislador em deixar evidenciado que o modelo educativo apresentado tem sim a função de reinserção social, de fazer o cidadão progredir através do estudo, premiando-o a cada grau concluído, facultado inclusive, o estudo em estabelecimentos de ensino fora dos presídios, e em outras modalidades de ensino. Sobre essa reinserção social, observa-se o seguinte



DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

53

entendimento: “O encarceramento deve ser acompanhado de medidas de controle e de assistência até a readaptação definitiva do antigo detento”.( FOUCAULT, 2002, p. 341),

Tais permissivos legais que manifestam a possibilidade de estudo longe do estabelecimento de detenção, decorrem da consciência estatal de que a educação prisional não está ao alcance de todos e desse modo, nenhum preso deixaria de estudar por falta de oferta do Estado, estando positiva nos dispositivos postos abaixo:

§ 2o As atividades de estudo a que se refere o § 1o deste artigo poderão ser desenvolvidas de forma presencial ou por metodologia de ensino a distância e deverão ser certificadas pelas autoridades educacionais competentes dos cursos frequentados.

“Art. 129. A autoridade administrativa encaminhará mensalmente ao juízo da execução cópia do registro de todos os condenados que estejam trabalhando ou estudando, com informação dos dias de trabalho ou das horas de frequência escolar ou de atividades de ensino de cada um deles.

§ 1o O condenado autorizado a estudar fora do estabelecimento penal deverá comprovar mensalmente, por meio de declaração da respectiva unidade de ensino, a frequência e o aproveitamento escolar. (BRASIL, 2011b)

Todas essas medidas visam garantir acesso à educação aos presos, e desse modo cumprir, mesmo que em parte, a função primordial das penas de prisão, que deveriam funcionar inegavelmente com o viés punitivo, haja vista o cometimento de um delito, mas sobremaneira deveriam alcançar a ressocialização do cidadão. Sobre essa temática, assim observa-se as palavras de Foucault:

O agente de punição deve exercer um poder total, que nenhum terceiro pode vir perturbar; o indivíduo a corrigir deve estar inteiramente envolvido no poder que se exerce sobre ele; essa técnica de punição deverá ter seu funcionamento, suas técnicas, seu saber; deverá fixar normas, decidir seus resultados: descontinuidade, ou em todo caso, especificidade em relação ao poder judiciário, que declara a culpa e fixa os limites da punição. Um funcionamento compacto do poder de punir: ocupação meticulosa do corpo e do tempo do culpado, enquadramento de seus gestos, de suas condutas por um sistema de autoridade e de saber; uma ortopedia concertada que é aplicada aos culpados a fim de corrigi-los individualmente (FOUCAULT, 2002, p. 106).

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

54

Na esteira desse pensamento, Miotto (1992, p. 241), versa sobre o processo de ressocialização, que vai desde o início do cumprimento da pena, até a efetiva reentrada no convívio social, que efetivamente ocorrerá após o cumprimento, ao menos de parte dela:

[...] consiste em um conjunto de prescrições legais que regulam a reintegração do condenado no seu status jurídico e moral anterior à condenação [...] devolve-se a plenitude dos direitos e deveres, bem como responsabilidades, honra e boa fama de pessoa e cidadão, a quem, tendo cometido crime, foi condenado e cumpriu a pena [...]

Os entendimentos ora apresentados, de que as penas devem possuir, não obstante o caráter punitivo, relevante caráter social no concernente a ressocialização do apenado, mais particularmente no viés educacional, é também coadunado por nossa legislação específica, a lei de número 7.210/1984 (Lei de Execução penal) ao trazer-nos em seu texto a exposição exatamente dessa função supracitada, uma vez que nas palavras do legislador

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade

...

Art. 11. A assistência será:

...

IV - educacional;

...

Art. 17. A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado.

Art. 18. O ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Ao analisar os trechos da legislação exposta, observa-se a preocupação relevantemente positiva do Estado, ao prever a assistência e a ressocialização do preso e a sua reinserção no convívio social. Mas, a legislação reputa à educação essa função, corroborando as idéias acima apresentadas, de que quaisquer medidas que possuam

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

55

caráter de prevenção aos crimes, devem perpassar por políticas públicas educativas, quer direcionadas à população em geral, quer direcionadas às populações carcerárias. Ainda sobre a importância desse viés ressocializador da pena, observa-se pertinente manifestação:

A prisão deve ser concebida de maneira a que ela mesma apague as conseqüências nefastas que atrai ao reunir num mesmo local condenados muito diversos: abafar os complôs e revoltas que se possam formar, impedir que se formem cumplicidades futuras ou nasçam possibilidades de chantagem (no dia em que os detentos se encontrarem livres), criar obstáculo à imoralidade de tantas “associações misteriosas”. Enfim, que a prisão não forme, a partir dos malfeitores que reúne, uma população homogênea e solidária. (FOUCAULT, 2002, p. 308).

Todavia, sabe-se que a realidade é bastante divergente da situação atual, de modo que nossos estabelecimentos prisionais não conseguem garantir acesso à educação aos seus pacientes, tampouco proporcionar as suas reinserções no meio social. A situação dos presídios é assim demonstrada por Coelho (2004, p.1-2)

A nossa realidade penitenciária é arcaica, os estabelecimentos prisionais, na sua grande maioria, representam para os reclusos um verdadeiro inferno em vida, onde o preso se amontoa a outros em celas (seria melhor dizer jaulas de homens) sujas, úmidas, anti-higiênicas e super lotadas, de tal forma que, em não raros exemplos, o preso deve dormir sentado, enquanto outros revezam em pé [...] o que faz com que o preso, com o tempo, perca o sentido de dignidade e honra que ainda lhes resta, ou seja, em vez do Estado, através do cumprimento da pena, nortear a sua reintegração ao meio social, dotando o preso de capacidade ética, profissional e de honra, age de forma contrária [...].

(FOUCAULT, 2002, p. 177), também manifesta-se acerca da atual situação do sistema prisional, em particular ao que verifica-se na atual realidade das nossas prisões: é inútil à sociedade, até nociva: é cara, mantém os condenados na ociosidade,

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

56

multiplica-lhes os vícios [...]A prisão em seu todo é incompatível com toda essa técnica da pena-efeito [...] da pena-função geral[...]. Ela é a escuridão, a violência e a suspeita.'

Nossa realidade, não bastando a situação acima retratada, preocupa-se somente com o imediatismo das punições, não preocupando-se com a forma de punir, tampouco com o efeito que essa punição deveria produzir no indivíduo e o que efetivamente produz.

Triste a sociedade que demanda mais e mais presídios, e não escolas [...] Nunca terá futuro ou progresso a sociedade que só sabe reivindicar mais presídios, mais policiais, mais juízes. Tudo isso revela uma sociedade doente. Patologicamente mal concebida (GOMES,2003, p. 42).

Os efeitos produzidos por uma pena aplicada em um estabelecimento inadequado, refletem diretamente no sujeito que a recebem, mas também reflete no Estado, que em algum momento terá o retorno desse sujeito ao convívio.

A técnica penitenciária e o homem delinqüente são de algum modo irmãos gêmeos. Ninguém creia que foi a descoberta do delinqüente por uma racionalidade científica que trouxe para as velhas prisões o aperfeiçoamento das técnicas penitenciárias. Nem tampouco que a elaboração interna dos métodos penitenciários terminou trazendo à luz a existência "objetiva" de uma delinqüência que a abstração e a inflexibilidade judiciárias não podiam perceber. Elas apareceram as duas juntas e no prolongamento uma da outra como um conjunto tecnológico que forma e recorta o objeto a que aplica seus instrumentos. [...] A delinqüência é a vingança da prisão contra a justiça. (FOUCAULT, 2002, p. 326).

Utopicamente, imagina-se uma sociedade onde os direitos e as particularidades de cada indivíduo sejam respeitadas, as legislações não somente sejam pensadas, mas efetivamente executadas e os delinquentes sejam punidos, mas, através de ações estatais de caráter recuperador sejam reabilitados e recolocados no contexto do convívio social.

Entretanto, para que isso ocorra, urge-se necessário que realizemos uma completa modificação no atual sistema carcerário brasileiro, que atualmente pune de

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

57

forma “ genérica “ seus pacientes, sem que se efetivamente pratique ações voltadas ao retorno daqueles pacientes à sociedade.

Com uma demanda crescente de unidades prisionais que atendam os objetivos da sociedade, pesados investimentos vêm sendo feitos na construção de novos presídios em todo o país, bem como da desinstalação dos que se localizam nos grandes centros urbanos, transferindo-os para o interior dos estados. Como se pode observar, tal fato tende diretamente a confirmar a hipótese de que a execução penal não tem mais como objetivo ressocializar o delinquente, mas sim proteger a sociedade desse indivíduo e puni-lo pelo ato cometido.( JULIAO, 2010, p. 533)

Como explicitado pela passagem acima destacada, é predominante o entendimento de que nossos estabelecimentos prisionais preocupam-se com o imediatismo da situação ( aplicar a pena imposta pela justiça ), esquecendo-se da função primordial de uma pena: “A detenção penal deve então ter por função essencial a transformação do comportamento do indivíduo”. (FOUCAULT, 2002, p. 339).

Esse fato pode ser traduzido como o reflexo de uma diferenciação existente entre as concepções carcerárias possíveis, assim postas:

A criminologia [...]está efetivamente pautada em duas concepções opostas de cárcere, gerando políticas públicas de segurança carcerária também contrastantes: uma, fundamentada na criminologia clínica tradicional, de cunho positivista; outra baseada nos pressupostos da Criminologia Crítica. Assim, enquanto a tradicional se fundamenta no dilema da prioridade da segurança, paradigma estritamente coercitivo, a crítica fundamenta-se na prioridade da individualização da execução da pena, no paradigma da segurança humanista.( JULIAO, 2010, p. 532)

Com a ocorrência deste fato, temos a presença de um sistema penitenciário no qual todos são simplesmente “ amontoados “ em celas, postos juntos de forma indiscriminada, punindo-se todos os criminosos de maneira praticamente igual, diferenciando-se apenas pelo tempo de duração da pena.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

58

Além de ser humanamente cruel, esta forma primitiva culmina por contaminar aqueles detentos de menor potencial ofensivo, uma vez que são postos juntos com os demais. Imaginemos uma situação em que um detento punido por um furto, seja posto junto com um homicida, evidentemente podemos dizer que estamos punindo os dois crimes da mesma forma, sendo distinta apenas a duração da pena.

Esse modelo prisional atualmente praticado, em primeira análise pode ser adjetivado como ineficaz, uma vez que não prontifica o delinquente para novo convívio social. Tal definição também é abraçada por (FOUCAULT, 2002, p. 342), ao dizer-nos que: 'Vamos admitir que a lei se destine a definir infrações, que o aparelho penal tenha como função reduzi-las e que a prisão seja o instrumento dessa repressão; temos então que passar um atestado de fracasso.'

A detenção provoca a reincidência; depois de sair da prisão, se têm mais chance que antes de voltar para ela, os condenados são, em proporção considerável, antigos detentos [ ...] A prisão, conseqüentemente, em vez de devolver à liberdade indivíduos corrigidos, espalha na população delinquentes perigosos[...]Fabrica-os pelo tipo de existência que faz os detentos levarem: que fiquem isolados nas celas, ou que lhes seja imposto um trabalho inútil, para o qual não encontrarão utilidade, é de qualquer maneira não "pensar no homem em sociedade; é criar uma existência contra a natureza inútil e perigosa"; queremos que a prisão eduque os detentos. (FOUCAULT, 2002, p. 336-337).

Caso proceda-se uma análise um pouco mais detalhada sobre o modelo acima descrito, podemos dizer que além de ineficaz ele é prejudicial ao apenado, pois ao tratar todos indiscriminadamente e não promover a readaptação do preso, instiga a criminalidade.

A prisão torna possível, ou melhor, favorece a organização de um meio de delinquentes, solidários entre si, hierarquizados, prontos para todas as cumplicidades futuras[...]E nesses clubes é feita a educação do jovem delinquente que está em sua primeira condenação [...] As condições dadas aos detentos libertados condenam-nos fatalmente à Reincidência [...](FOUCAULT, 2002, p. 337-338).

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

59

Para que modifique-se o atual panorama carcerário, possibilitando-o atingir seus verdadeiros objetivos, urge-se necessária uma mudança em toda a condição estruturante do sistema, fazendo mudar a atual concepção, tornando-a capaz de punir, função primordial do sistema, mas também capaz de ressocializar, função igualmente primordial. Vejamos essa mudança nas seguintes palavras:

Nos últimos anos, houve revoltas em prisões em muitos lugares do mundo. Os objetivos que tinham, suas palavras de ordem, seu desenrolar tinham certamente qualquer coisa de paradoxal. Eram revoltas contra toda uma miséria física que dura há mais de um século: contra o frio, contra a sufocação e o excesso de população, contra as paredes velhas, contra a fome, contra os golpes. Mas eram também revoltas contra as prisões-modelos, contra os tranqüilizantes, contra o isolamento, contra o serviço médico ou educativo. Revoltas cujos objetivos eram só materiais? Revoltas contraditórias contra a decadência, e ao mesmo tempo contra o conforto; contra os guardas, e ao mesmo tempo contra os psiquiatras? [...] O que provocou esses discursos e essas revoltas, essas lembranças e invectivas foram realmente essas pequenas, essas ínfimas coisas materiais. Quem quiser tem toda liberdade de ver nisso apenas reivindicações cegas ou suspeitar que haja aí estratégias estranhas. Tratava-se bem de uma revolta, ao nível dos corpos, contra o próprio corpo da prisão. O que estava em jogo não era o quadro rude demais ou ascético demais, rudimentar demais ou aperfeiçoado demais da prisão, era sua materialidade na medida em que ele é instrumento e vetor de poder; era toda essa tecnologia do poder sobre o corpo, que a tecnologia da “alma” — a dos educadores [...] não consegue mascarar nem compensar[...]. (FOUCAULT, 2002, p. 76-77).

Durante a pena, um processo efetivamente eficaz no tocante à ressocialização deveria acompanhar a evolução gradativa do preso, estimulando-o constantemente com programas educativos, que além de diminuir sua pena através da remissão penal, possibilitem sua reentrada na sociedade.

A prisão, local de execução da pena, é ao mesmo tempo local de observação dos indivíduos punidos. Em dois sentidos. Vigilância, é claro. Mas também conhecimento de cada detento, de seu comportamento, de suas disposições profundas, de sua progressiva melhora; as prisões devem ser concebidas como um local de formação para um saber clínico sobre os condenados. (FOUCAULT, 2002, p. 320).

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

60

E para este efetivo acompanhamento e sucesso do modelo prisional n  
concernente reentrada do preso na sociedade, temos a educação como mola propulsora  
para tanto. Isto é bem explicitado ao observarmos o seguinte entendimento versante  
sobre o tema:

Com essa nova concepção, compreende-se o sistema penitenciário  
com uma instituição social como tantas outras, reconhecendo a sua  
incompletude (tanto institucional, quanto profissional), cria-se uma  
nova dinâmica política e ideológica que prima pela não segregação  
total do indivíduo, pela concepção de que o ser humano vive em um  
constante processo de socialização e reconhece-se que o papel do  
sistema de privação de liberdade, em suma, é de "socioeducar": do  
compromisso com a segurança da sociedade e de promover a  
educação do delinquente para o convívio social.( JULIÃO, 2010, p.  
537)

Como bem explicitado pelo autor, o modelo prisional deve adotar postura a  
tratar cada detento de modo a respeitar sua individualidade. O que encontramos  
atualmente é um sistema que trata o preso por um número. Preso 847. Um sistema  
ressocializador deverá ter:

[...]uma nova estratégia para o exercício do poder de castigar. E a  
“reforma” propriamente dita, tal como ela se formula nas teorias de  
direito ou que se esquematiza nos projetos, é a retomada política ou  
filosófica dessa estratégia, com seus objetivos primeiros: fazer da  
punição e da repressão das ilegalidades uma função regular,  
coextensiva à sociedade; não punir menos, mas punir melhor; punir  
talvez com uma severidade atenuada, mas para punir com mais  
universalidade e necessidade; inserir mais profundamente no corpo  
social o poder de punir. (FOUCAULT, 2002, p. 145).

Além de punir diferente, um sistema prisional eficaz deve ter a educação como  
ferramenta que possibilitará a mudança almejada. Qualquer mudança que seja  
implementada deverá obrigatoriamente passar por uma mudança interna de consciência  
do detendo, que será adquirida através da educação.” Quanto à escolha do interno[...], a  
maioria prefere e opta pelo estudo; [...] percebe-se que a opção pelo estudo está



DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

61

relacionada a uma perspectiva de futuro, principalmente quanto à reinserção social.” (JULIÃO, 2010, P. 538).

Além do aspecto de recolocação do preso na sociedade, que como dito deve perpassar por procedimentos educativos, tais procedimentos adquirem reconhecido valor quando ministrados com intuito de prevenção à reincidência criminal.

[...] deve-se investir na criação de uma escola para os sistemas de privação de liberdade com uma política de educação que privilegie, a qualquer custo, a busca pela formação de um cidadão consciente da sua realidade social.( JULIÃO, 2010, p. 541).

Em alinhamento com a aquisição de consciência trazida acima, pode-se traduzir que a inserção de programas educativos prisionais têm o condão de minimizar a reincidência criminal, ao passo que produz presos reinseridos e conscientes na sociedade. Tal afirmação é de plano confirmada quando posta em comparação com as palavras supra invocadas:

[...] pode-se constatar que realmente é diferente o perfil social dos reincidentes em comparação aos não reincidentes [...] os internos que participam dos projetos educacionais [...] apresentam predisposição à ressocialização, assim como também apresentam características distintivas daqueles que não estudam[...] (JULIÃO, 2010, p. 538).

Como visto, a raiz do problema está na forma através da qual o Estado pune os delitos, na estrutura punitiva. Ao colocar um delituoso em cárcere, o Estado está exercendo seu regular direito de tirar do convívio social aquele indivíduo tido como inapto, segundo normas morais e legais. Todavia, tal punição deve ser vista sob dois aspectos: O primeiro deles, como forma de reparação do mal causado pelo delinquente. E o segundo, e mais importante, como forma de conscientizar o infrator do seu erro, mostrando-o que aquele não seria o caminho a seguir e sobretudo, como o meio através do qual o Estado capacitaria aquele indivíduo, até então tido como incapaz de conviver em sociedade em apto para tal convívio.

[...] pode-se afirmar [...] que o [...] estudo representam papel significativo na reinserção social dos apenados, diminuindo consideravelmente sua reincidência; quem tem disposição para se reinserir tem mais predisposição a estudar[...] (JULIÃO, 2010, p. 539).

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

62

Como demonstrado, o Estado têm maximizado o primeiro dos aspectos, punindo a todos os indivíduos indiscriminadamente em um sistema meramente tecnicista, onde todos os detentos são jogados em estabelecimentos, e após o cumprimento da pena que lhe fora imposta, simplesmente saem daquele estabelecimento, como se tal período pudesse magicamente ser apagado da memória e simplesmente o preso voltaria a sua vida cotidiana.

O segundo aspecto encontra-se completamente esquecido e inoperado pelo Estado. Nossas cadeias não ressocializam; Mais que isso, induzem o criminoso à reincidência e a impossibilidade completa de ressocialização. Toda e qualquer anseio de mudança no contexto apresentado deve ser pensado não com ações isoladas, mas com atitudes conjuntas; No tocante à Educação, não simplesmente com

“ a criação de novas escolas, principalmente associadas ao ensino profissional, que resolveremos o problema da educação para jovens e adultos privados de liberdade. É necessária uma concepção educacional que valorize e ajude a desenvolver potencialidades e competências; que favoreça a mobilidade social dos internos; que não os deixem sentir-se paralisados diante dos obstáculos que serão encontrados na relação social. [...].( JULIÃO, 2010, p. 540).

Já no tocante ao Sistema Penitenciário atual, são necessárias mudanças na Estrutura Punitiva. Foi defendido ao longo desse texto que são necessárias mudanças na consciência do preso e que tais mudanças adviriam da Educação. De igual forma, para que sejam implementadas as mudanças necessárias no Sistema Prisional, é preciso eu haja uma mudança de consciência: Não mais segregando o preso “ incompatível “ com a sociedade, atirando-o por anos em um Presídio sem condições de higiene, saúde e harmonia; pois desta forma estaremos apenas esquecendo o problema pelo prazo em que durar a pena, recebendo-o de volta muito piorado após esse tempo dentro do Presídio; Mas sim mas curando-o, transformando-o e recuperando-o durante o tempo em que permanecer sob a custódia do Estado; enfim, humanamente dando a esse indivíduo a chance e a oportunidade de conviver em sociedade, ressocializado e agora capaz de manter-se afastado da criminalidade.

## 4. INVESTIGAÇÃO METODOLÓGICA

### 4.1 Estratégia Metodológica

A pesquisa realizada utilizou-se da abordagem metodológica Quantitativa, aplicada mediante a retirada de dados anteriormente registrados em documentos. Essa abordagem permite que seja feita uma conversão dos dados primariamente coletados, em dados estatísticos, permitindo com isso, uma demonstração detalhada desses dados em gráficos e tabelas.

A pesquisa caracteriza-se como um Estudo de Caso com abordagem retrospectiva. “ no que se refere ao conceito de estudo de caso: é uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto”.

( Yin apud Roesch, 1999, p. 155).

Tal pesquisa tem como principal característica a sua natureza empírica, utilizando-se de análise documental ou trabalhos de campo para estudar determinado indivíduo ou grupo de indivíduos em sua realidade e contexto particular, podendo utilizar-se para tanto de entrevistas, análise documental, anotações, observações.

[...] a confiabilidade de um Estudo de Caso poderá ser garantida pela utilização de várias fontes de evidências, sendo que a significância dos achados terá mais qualidade ainda se as técnicas forem distintas. A convergência de resultados advindos de fontes distintas oferece um excelente grau de confiabilidade ao estudo, muito além de pesquisas orientadas por outras estratégias. O processo de triangulação garantirá que descobertas em um Estudo de Caso serão convincentes e acuradas, possibilitando um estilo corroborativo de pesquisa. (MARTINS, 2008, p. 80).

### 4.2 Delineamento Metodológico

Serão resgatadas a questão central e norteadora desse estudo, bem como os seus objetivos geral e específicos de modo a dar um prosseguimento lógico ao estudo, e que

ao fim, possam ser satisfatoriamente investigados os fenômenos, atingidos os objetivos e observada a verificação ou não da questão problema do estudo.

#### 4.3 Fontes e Recolha de Dados

Para a realização do estudo, foram coletados dados referentes à prática criminosa nos processos julgados no ano de 2011. Foi consultada a Denúncia oferecida pelo Promotor de Justiça em cada um dos Processos, bem como documentos de registros de presas pertencentes ao estabelecimento prisional alvo do estudo.

#### 4.4 Contextualização do Estudo

No que concerne à pesquisa efetuada nos processos, a cidade de João Pessoa possui duas varas específicas para julgamento dos delitos que foram alvo deste estudo: 1ª e 2ª varas do Tribunal do Júri, ambas localizadas no Fórum Criminal de João Pessoa/PB. O estudo fora realizado em ambas as varas, consultando-se dados de todos os processos julgados no ano de 2011. Anteriormente ao início do estudo, foi solicitada formalmente ao Tribunal de Justiça da Paraíba, a relação de todos os processos julgados naquele ano. A solicitação efetuada, bem como a relação aludida encontra-se na sessão de anexos ao presente estudo. Além da relação acima aludida, foi solicitada autorização formal ao Magistrado do 2º Tribunal do Júri, que de igual forma encontra-se disposta.

A reincidência criminal foi estudada na penitenciária de recuperação feminina igualmente localizada em João Pessoa/PB. Similarmente ao ocorrido no estudo realizado nas varas do tribunal do Júri, de maneira anterior foi solicitado à Gerência Executiva de ressocialização do Governo do Estado da Paraíba, órgão responsável pelos estabelecimentos prisionais, permissão/acesso para a realização da pesquisa. Uma vez deferido o pedido através de parecer, foi celebrado termo institucional autorizando o ingresso naquele estabelecimento. Tanto o requerimento, quanto o parecer que o deferiu e o termo institucional celebrado, encontram-se acostados aos apêndices para melhor demonstração.

A coleta dos dados da pesquisa realizada nas Varas, foi realizada mediante visita aos cartórios das próprias varas do tribunal do júri, utilizando como instrumento para

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

65

esse fim, formulário que permitiu a otimização do tempo, bem como o registro dos dados coletados. Foram retirados dos processos e registrados no formulário específico dados sobre o sexo do réu, o crime que lhe é imputado e o seu grau de instrução.

Para melhor exemplificar essa visualização dos dados *in loco*, consta nos anexos deste estudo, a cópia de uma denúncia efetuada pelo promotor de justiça, parte fundamental e indispensável para qualquer processo, na qual os dados mencionados podem ser visualizados. Na pesquisa realizada no presídio, foram levantados dados como o tipo de educação ministrada às presas e sua estrutura curricular; a quantidade total de apenadas naquele estabelecimento e a quantidade de estudantes; dentre as estudantes foi verificada a quantidade de réis primárias e reincidentes; também dentre as estudantes foi verificada a tipificação penal que ensejou a prisão de cada uma delas; e por fim, também dentre as reincidentes foi verificada a quantidade de réis que haviam estudado na passagem anterior pelo sistema prisional. Os instrumentos de coleta utilizados nas Varas do Tribunal do Júri e na penitenciária encontram-se no anexo deste estudo.

#### 4.5 População e Amostra do Estudo

Como anteriormente mencionado, foram coletados dados referentes a processos julgados no ano de 2011. Naquele ano, foram julgados pelas duas varas um total de 98 processos, tendo havido coletas desse exato número, o que indica que não houve qualquer seleção de amostra, sendo consultada a própria totalidade do universo populacional dos processos julgados no ano.

O universo da presente pesquisa consistiu inicialmente em consulta processual de réus maiores, de ambos os sexos, que tiveram processos julgados em 1º grau nos quais figuraram como acusados do cometimento de crimes de homicídio; instigação, induzimento, auxílio ao suicídio; Infanticídio e Aborto, no ano de 2011. Entretanto, foi verificado que os 98 réus houveram acusados pelo crime de homicídio, sendo a ocorrência dos demais delitos inexistente.

Já em relação ao estudo acerca da reincidência criminal, no dia em que realizou-se a pesquisa, o Estabelecimento de Detenção Feminina continha 450 apenadas, sendo

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

66

esse universo, de igual forma ao procedido na investigação anteriormente mencionada totalmente utilizado, o que mais uma vez descaracteriza qualquer seleção amostral.

É importante mencionar ainda, que todos os dados obtidos e retratados na pesquisa, são de domínio público, podendo ser livremente acessados por qualquer cidadão. Sobre esse tema assim preconiza a Constituição Federal em seu inciso IX do parágrafo 93: "todos os julgamentos do Poder Judiciário serão públicos e fundamentados todas as decisões, sob pena de nulidade (...)". A convenção Americana sobre direitos humanos também se posiciona sobre o tema, ao dizer que o processo penal deve ser público. Tal finalidade visa primordialmente evitar possíveis abusos dos julgadores.

## **5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Os resultados doravante apresentados dizem respeito às pesquisas de campo realizadas nas duas Varas do Tribunal do Júri da Comarca de João Pessoa/PB e no Presídio Feminino Estadual. A apresentação dos dados será estruturada em duas partes, visto que nas Varas Criminais foram pesquisados fenômenos relacionados ao cometimento de crimes dolosos contra a vida e sua correlação com o nível de formação educacional, enquanto no Presídio foi procedida uma abordagem mais relacionada à reincidência criminal, além de um estudo acerca do modelo de educação prisional ministrado naquele local àquelas apenas.

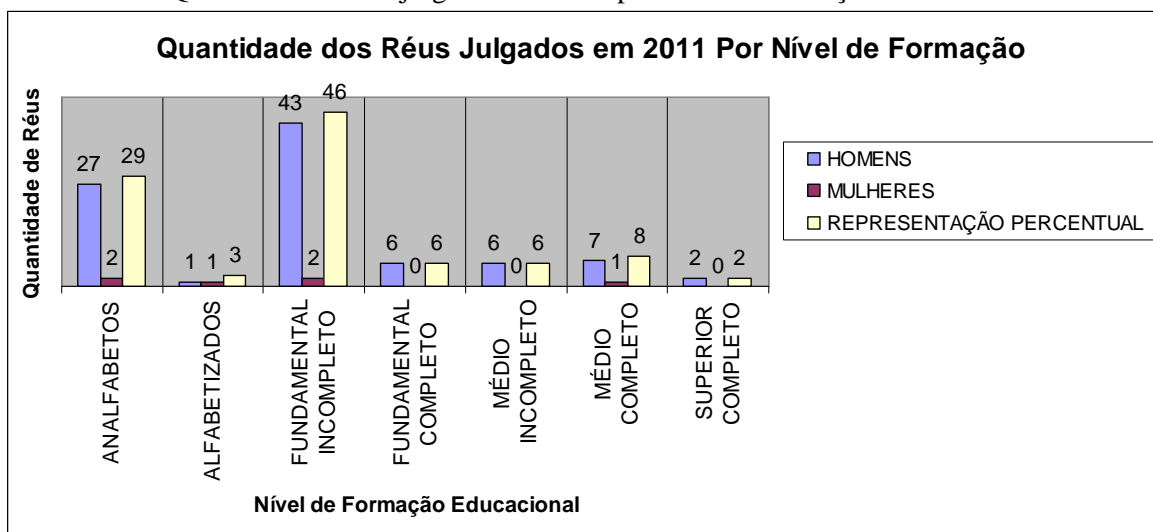
As varas do Tribunal do Júri processam os crimes dolosos contra a vida. A comarca de João Pessoa possui duas varas para o processamento destes tipos penais. O estudo ora apresentado habilitou-se a pesquisar todos os crimes processados e julgados nessas duas varas no ano de 2011, de modo que, tem-se, por conseguinte estudados todos os crimes julgados no ano de 2011, em toda a jurisdição da Comarca de João Pessoa, que compreende além do município que nomeia a comarca, aqueles integrantes da Grande João Pessoa, a saber: Bayeux, Santa Rita e Cabedelo. A quantificação exata do estudo está demonstrada no relatório anexo, fornecido pelo Tribunal de Justiça da Paraíba, que aponta um total de 98 processos, sendo 47 no 1º Tribunal do Júri e 51 no 2º Tribunal do Júri.

Embora tenha competência para processamento e julgamento de outros delitos, como por exemplo, o aborto, a totalidade dos casos processados e julgados no ano estudado foi de homicídio, o que demonstra inicialmente que, essa prática criminosa embora repugnável, ainda predomina em nosso contexto social. Foram obtidos, mediante anotação no modelo anexo, dados acerca do sexo e da escolarização de cada um dos réus. No gráfico a seguir, tem-se uma idéia do nível de formação educacional dos réus que efetivamente tiveram seus processos julgados em 2011.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

68

**Gráfico 5** – Quantidade de réus julgados em 2011 por nível de formação



**Fonte:** Dados coletados nos processos julgados pelas varas do Tribunal do Júri da Comarca de João Pessoa no ano de 2011.

Registra-se que não houve demonstração dos dados referentes ao tipo penal pelo qual foi procedido o julgamento, uma vez que, consoante dito anteriormente, todos os réus dos 98 processos julgados nas Varas do Tribunal do Júri em 2011, foram denunciados pelo crime de homicídio. Essas denúncias provenientes do órgão acusatório, o Ministério Público, continham todas as informações alvo da pesquisa. Assim, a título de exemplificação e ilustração de como eram observados e coletados os dados junto às denúncias, seguem nos apêndices deste estudo, dois modelos de denúncia ofertadas pelo Promotor de Justiça, onde é possível observar essas informações.

De acordo como gráfico acima, a prevalência do cometimento de crimes dolosos contra a vida mostra-se com bastante supremacia em populações que possuem nenhum ou baixo nível de formação educacional. Em uma análise mais minuciosa, observou-se que no ano de 2011, foram julgados 29 réus analfabetos, destes sendo 27 homens e 2 mulheres. Sob este número, destacou-se inicialmente grande diferença entre os sexos: Dentre os Analfabetos, 27 são homens. Além desse fato, quando se lança o olhar sobre a representação percentual, observa-se que 29% de todos os réus julgados nesse ano são analfabetos, o que demonstra claramente que a ausência do estudo torna o cidadão mais propício ao cometimento de homicídios. O mesmo fato também ocorreu com aqueles



DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

69

cidadãos que somente conseguem ler e escrever, os alfabetizados, que de igual forma a ausência de uma formação educacional mais pontual impulsiona-os aos delitos.

Na população detentora de Ensino Fundamental incompleto, ou seja, aqueles que apenas iniciaram o estudo nesse ensino, mas não o concluíram, é que se observou mais nitidamente essa inversão proporcional: Foram julgados 45 indivíduos detentores desse grau de escolarização, destes sendo 43 homens e 2 mulheres, representando quase a metade do total de réus julgados no ano pesquisado, o que corrobora mais uma vez para a tese de que baixos níveis educacionais tendem o cidadão para a vida delituosa e mais particularmente a prática homicida, visto que essa foi a única tipificação penal que levou réus a julgamento em sessões do Tribunal do Júri no ano de 2011.

Nas situações seguintes: Os que detêm Ensino Fundamental completo ou Ensino Médio incompleto observa-se uma repetição numérica: 6 indivíduos, ambos homens, em cada um dos grupos. Se for realizada uma comparação entre esses dois grupos com seu antecessor, por exemplo, ter-se-á a possibilidade de notar imensa discrepância entre os grupos. Juntos, os dois últimos totalizam 12 réus julgados, ou 12% do total de julgamentos. Sozinho, o grupo antecessor, daqueles indivíduos que nem sequer concluíram o Ensino Fundamental representa 46% do total de julgamentos, o que representa quase quatro vezes mais. Mais uma vez apresenta-se o entendimento de quão maior o nível de formação educacional, menor a incidência da prática delituosa.

No grupo dos que possuem Ensino Médio completo, observou-se um discreto incremento em relação aos anteriores, o que pode ser entendido apenas como particularidade da pesquisa e da situação dos réus. Antes dispúnhamos de 6 réus, agora no presente grupo, dispomos de 8 réus, sendo 7 homens e 1 mulher, julgados por homicídio em 2011. Para efeito de compreensão, entende-se que o índice de cometimento de delitos permaneceu inalterado nos últimos três grupos aqui demonstrados.

No último grupo de formação educacional, aqueles que possuem Ensino Superior completo, nota-se perfeitamente essa inversão proporcional, visto que apenas 2 indivíduos desse nível cometeram delitos e foram a julgamento, ambos do sexo

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

70

masculino. Na tabela a seguir são apresentados todos os resultados obtidos no levantamento realizado nos 98 processos, cujos dados coletados refletem o grau de escolarização dos réus, e a incidência de cada um dos sexos nessa escolarização.

**Tabela 3** - Perfil educacional dos réus julgados em 2011

	ANALFABETOS	ALFABETIZADOS	ENS. FUND. INC.	ENS. FUND. COMP.	ENS. MÉDIO INC.	ENS. MÉDIO COM.	ENS. SUP. COMP.
<b>HOMENS</b>	27	1	43	6	6	7	2
<b>MULHERES</b>	2	1	5	-	-	1	-
<b>TOTAL</b>	29	2	45	6	6	8	0

Fonte: Dados Coletados nos Processos julgados pelas varas do Tribunal do Júri da Comarca de João Pessoa no ano de 2011.

Caso proceda-se uma divisão por níveis de ensino, como normalmente é feito, separando todos os réus em apenas 3 níveis, para tanto considerando-se inserido em determinado nível o indivíduo que efetivamente o tenha concluído, teríamos os seguintes níveis de formação educacional:

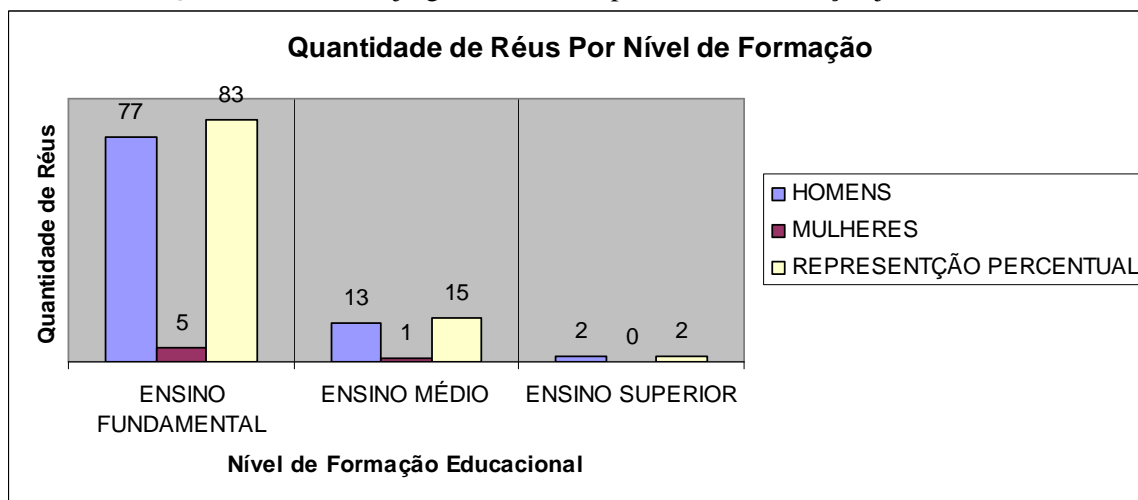
- Os que possuem Ensino Fundamental;
- Os que possuem Ensino Médio;
- Os que possuem Ensino Superior;

Dentro desses níveis, a inversão proporcional entre o nível de formação educacional e o cometimento de crimes dolosos contra a vida mostra-se ainda mais latente e cristalina, o que refuta qualquer possibilidade de que a inversão tenha sido apenas mero acontecimento casual. Para que se perceba essa ocorrência, basta que se observe o gráfico a seguir que, demonstra a enorme diferenciação:

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

71

**Gráfico 6** - Quantidade de réus julgados em 2011 por nível de formação já concluída



fonte: Dados Coletados nos processos julgados pelas Varas do Tribunal do Júri da Comarca de João Pessoa no Ano de 2011.

Em uma observação e interpretação simples, depreende-se que quanto menor o nível de formação educacional maior o cometimento de crimes dolosos contra a vida, no caso em particular, crime de homicídio. Contrário *sensu*, obviamente se pode afirmar que, quanto maior o nível de formação educacional menor o índice de cometimento deste delito, o que por si só já justificaria maciços investimentos estatais nesta área.

Colossal é a diferença, a exemplo da quantidade percentual de réus que possuem o Ensino Fundamental e de réus que possuem curso superior. Enquanto aqueles representam 83% de todo o conjunto de homicídios julgados em 2011, estes são responsabilizados por apenas 2% desses crimes. Não obstante o aspecto demonstrado, observou-se também uma imensa prevalência de réus do sexo masculino, 92, contra apenas 6 mulheres, o que representa 94 % de réus varões, contra 6% de réus viragos.

Pode-se entender essa prevalência do gênero masculino sob dois aspectos: O primeiro é natural; a própria estrutura física e psíquica do homem o coloca em uma posição de luta contra seus semelhantes, quer seja uma luta intelectual, por melhores posições sociais/profissionais, quer seja um embate efetivamente físico. Esta luta física, o faz mais agressivo, agressividade essa que em alguns casos mais extremados culmina com o cometimento de homicídios. A segunda, que nos diz respeito, está correlacionada com o número de estudantes de cada gênero e consequentemente com o número de

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

72

homicidas desses gêneros. Como já visto, a maior quantidade de homicidas está presente no gênero masculino, e esta prática delituosa está intrinsecamente relacionada com o baixo ou ausente nível de formação educacional, ou seja, quanto mais estiver presente o estudo no indivíduo, menor a chance de que este se torne homicida.

Entretanto, observa-se na situação escolar do Brasil um maior número de estudantes do sexo feminino. Esta maioria feminina em sala de aula decorre do fenômeno conhecido como evasão escolar, definido por Camargo (2012, p. 1):

A evasão escolar constitui-se, em todos os níveis de ensino, um dos graves problemas educacionais brasileiros. Sua gênese e efeitos maléficos para o desenvolvimento do país tem sido constante objeto de estudo, tanto no Ensino Superior quanto por parte de pesquisadores independentes, mas parecemos distantes de uma solução.

A evasão escolar, contudo, ocorre mais acentuadamente no sexo masculino, o que torna nossas escolas predominantemente femininas, e por consequência os jovens do sexo masculino predominantemente fora delas, explicando assim a prevalência do gênero no cometimento de delitos, conforme demonstrado na pesquisa, em que viu-se apenas 6% de homicidas do sexo feminino, em detrimento de 94% de homens. A maior evasão de alunos é assim dita: [...] Os [...] estudos [...] tendem a constatar índices de evasão escolar mais altos entre o sexo masculino (YÉPEZ; PINHEIRO, 2005, p. 157).

Todavia, contentar-se apenas com a maior evasão masculina não é suficiente. Deve-se ao menos buscar explicações para esse fenômeno. Camargo (2012, p.1) justifica essa supremacia, ao dizer que,

Esta [...] é forte ainda quando pais se veem obrigados a tirar seus filhos da escola – a exclusão pode acontecer em função da obrigação do trabalho para sustento próprio e muitas vezes da família, o que rapidamente coloca o jovem em situação de exaustão, desmotivando-o com a escola. Este é um aspecto que tem sido observado mais na população masculina, em várias faixas etárias.

Como visto, o simples fato de diminuir a chance de que determinado indivíduo volte-se a prática delituosa por si só justifica investimentos estatais em educação. Uma vez procedidos esses investimentos, elevar-se-ia o nível de formação daquele indivíduo,

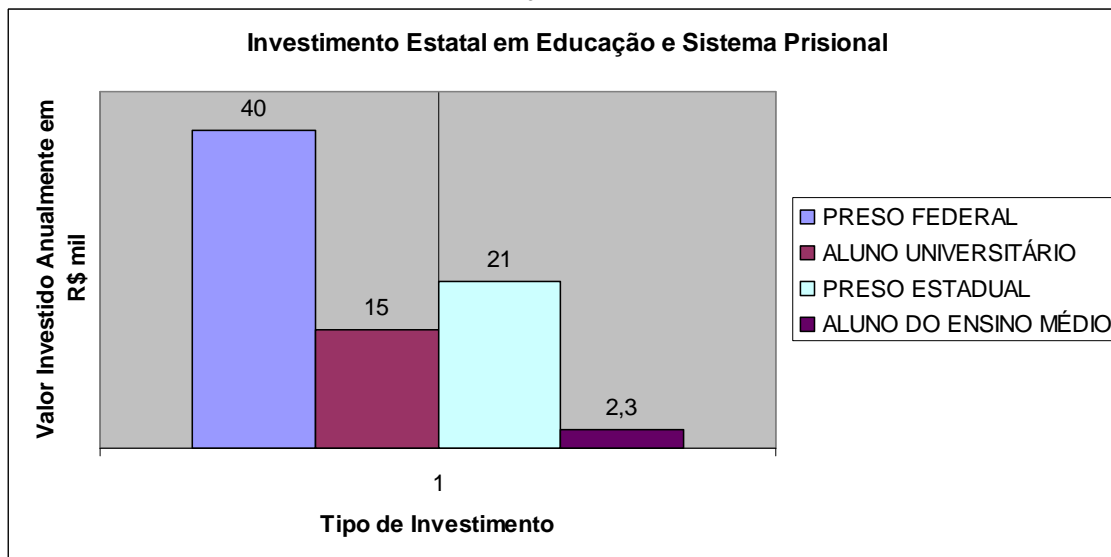
DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

73

diminuindo proporcionalmente a possibilidade de que nossa sociedade o tivesse como criminoso. Pode-se elencar outro aspecto que também justifica a contento a necessidade de políticas públicas com vistas à educação: um comparativo financeiro entre o custo de investimentos estatais em educação e em segurança pública. Passa-se agora a contemplar esse aspecto.

Dados do Conselho Nacional de Secretaria de Justiça, Direitos Humanos Administração Penitenciária, Consej, mostram que o Estado investiu em 2011 cerca de 2,6 vezes mais em apenados federais que em estudantes de Universidades. Tal diferença é ainda maior quando utilizamos dados Estaduais, procedendo uma comparação entre apenados detidos em presídios Estaduais e estudantes do Ensino Médio, que na nossa atual formação, estão sob responsabilidade dos Estados. O gráfico a seguir demonstra a relação entre os investimentos efetuados pelo Estado.

**Gráfico 7 - Investimentos estatais em Educação e Sistema Prisional**



Fonte: Consej

Há que se mencionar ainda, nesta enorme diferença entre os tipos de investimentos, o investimento em Auxílio Reclusão. Este auxílio é um benefício concedido pelo INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social aos dependentes dos apenados em cumprimento de pena. Tal benefício foi instituído pela lei nº 8.213 de

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

74

24/06/1991, tendo previsão legal no Art.201 IV da nossa Carta Magna e atualmente, pode chegar ao teto de R\$ 915,05. Em 2011, tínhamos um total de 514.582 presos, segundo dados do Infopen.

Em uma rápida conta hipotética, imagina-se que em 2011, somente metade dos presos tenham feito jus ao benefício. Esse número importaria em uma despesa extra de quase R\$ 236 milhões no orçamento despendido com a segurança pública. Esse valor é suficiente para manter por 1 ano inteiro, 102.363 alunos no Ensino Médio. Além do benefício imediato de proporcionar uma formação educacional a essa grande quantidade de jovens, se faz imprescindível trazer à tona a economia futura, visto que não precisaríamos mantê-los em presídios.

Como se pode observar, o Estado tem investido montas destacadamente superiores em Segurança Pública, em detrimento de Investimentos Educacionais, que conforme evidenciado pelo estudo ora apresentado, são indubitavelmente eficazes no tocante à prevenção antecipada do cometimento de crimes. Dessa forma, abstraí-se que um investimento estatal em educação, seria efetivo também na esfera concernente à segurança pública, não como investimento repressivo, mas, como investimento preventivo, uma vez que, demonstrados estão, seus resultados como ferramenta inibidora de futuros delitos.

Por seu turno, no que concerne à pesquisa realizada no Sistema Prisional, mais precisamente no Presídio feminino, é preciso que se registre inicialmente, que este é o único estabelecimento de João Pessoa que conta atualmente com educação prisional. Os demais estabelecimentos tiveram seus espaços destinados a este fim destruídos, pela maior rebelião da história do sistema penitenciário paraibano, iniciada em 29 de Maio deste ano. Essa é a classificação dada pelo Coronel Arnaldo Sobrinho, gerente executivo do sistema penitenciário da Paraíba: “Tivemos rebeliões em 2011, em anos anteriores, mas não com esse poder, inclusive de fogo. Essa é a maior rebelião em presídios da história da Paraíba” (SILVEIRA, 2012).

A rebelião ocorreu simultaneamente nos presídios Dr. Romeu Gonçalves de Abrantes, Conhecido como Complexo PB1 e PB2 e Desembargador Flósculo da Nóbrega, conhecido como Róger, que continham em sua estrutura programas

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

75

educacionais. Essa notícia foi amplamente divulgada pela imprensa nacional. O portal virtual Diário do Grande ABC (30 de maio de 2012) do estado de São Paulo relatou a notícia:

Após cerca de 20 horas, a Polícia Militar da Paraíba conseguiu restabelecer na tarde desta quarta-feira a normalidade em três presídios de João Pessoa, onde cerca de 1700 presos se rebelaram na noite de terça-feira. Pelo menos 300 policiais foram acionados pelas secretarias de Segurança Pública e Administração Penitenciária para controlar a situação no Complexo Penitenciário de Segurança Máxima Romeu Gonçalves de Abrantes (PB 1 e PB 2), na praia de Jacarapé, zona sul, e na Penitenciária Flóscolo da Nóbrega, no bairro do Róger, na zona central da capital paraibana.

[...] No Complexo Penitenciário PB 1 e PB 2, os presos detonaram duas bananas de dinamite que destruíram grades e paredes das celas e pavilhões. Eles também colocaram fogo em colchões. A PM encontrou uma banana de dinamite que não explodiu, um revólver, uma pistola e aparelhos de telefonia celular, usados pelos presos para se comunicarem com parentes e com jornalistas e radialistas.

Os danos aos estabelecimentos prisionais foram inicialmente mensurados:

As rebeliões [...] deixaram um grande saldo de destruição, avaliou a Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) [...]. De acordo com o órgão, no Complexo Penitenciário de Segurança Máxima Romeu Gonçalves de Abrantes, mais conhecido como PB1 e PB2, os detentos destruíram três dos quatro pavilhões (SILVA, 2012).

Após a rebelião, tanto o espaço destinado às aulas quanto o espaço em que funcionava a biblioteca ficaram completamente destruídos. A foto a seguir foi tirada no Presídio PB1 após a rebelião, e mostra a situação em que os rebelados deixaram um dos pavilhões:

**Figura 1** - Presídio PB1 Após Rebelião de Maio/2012



Fonte: Seap/divulgação, 2012

Mesmo assim, o Estado, através do modelo educativo existente no presídio feminino, oferta um ensino que está sincronicamente harmonioso com o juízo das execuções penais, de modo a obedecer fielmente o que preconiza a lei nº. 12.433/2011, que alterou a Lei de Execuções penais, que entre outros previstos, apresenta:

Art. 126. O condenado que cumpre a pena em regime fechado ou semiaberto poderá remir, por trabalho ou por estudo, parte do tempo de execução da pena.

§ 1º A contagem de tempo referida no caput será feita à razão de:

I - 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar - atividade de Ensino Fundamental, médio, inclusive profissionalizante, ou superior, ou ainda de requalificação profissional - divididas, no mínimo, em 3 (três) dias (BRASIL, 2011b).

Tal harmonia é perfeitamente notada quando percebemos o tipo de ensino, a estrutura curricular e a carga horária ministrada às presas. Atualmente, é ministrado Ensino Fundamental II às estudantes, em alinhamento com a lei 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, de forma a cumprir a estrutura curricular, composta por disciplinas da base Nacional comum, como Língua Portuguesa, Matemática e Artes, por exemplo, além da parte específica, com conteúdos regionalizados.



DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

77

Em relação a carga horária, como demonstrado acima, são necessários no mínimo 3 dias para o efetivo aceite do modelo educativo prisional como vistas à remissão penal. Em estrita obediência ao texto legal, são ministradas aulas as segundas, terças e quintas-feiras às apenadas. A sexta-feira fora excluída do calendário por convenção estatal, exclusão que também ocorre semanalmente às quartas-feiras, quando é concedido o direito de visita íntima às presas. A tabela seguir mostra os dados coletados no presídio em questão.

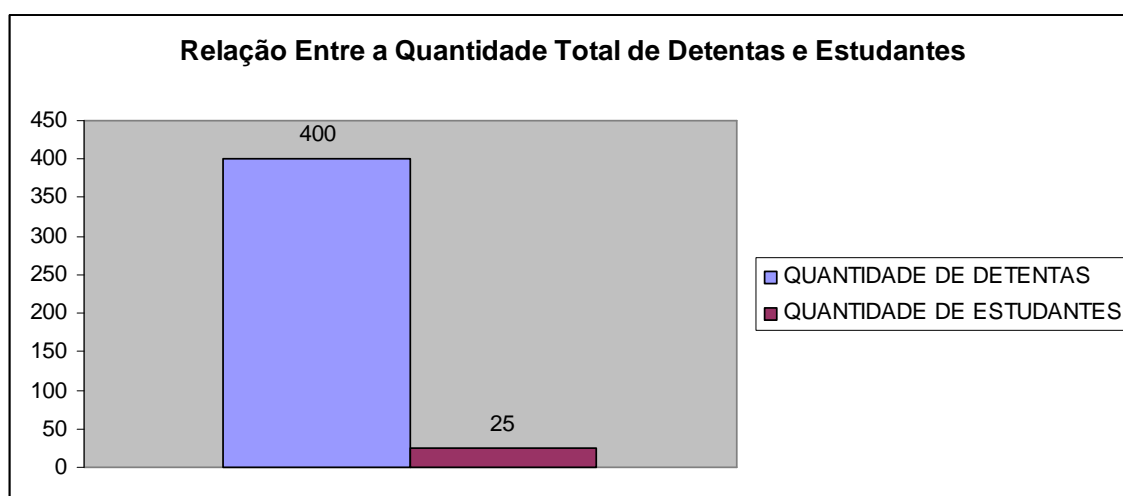
**Tabela 4** - Resultados coletados no Presídio Feminino

Nº DE DETENTAS	Nº DE ESTUDANTES	Nº DE ESTUDANTES RÉS PRIMÁRIAS	Nº DE RÉS ESTUDANTES REINCIDENTES
400	25	22	3

Fonte: Dados Coletados no Estabelecimento Prisional.

A pesquisa foi realizada no estabelecimento entre os dias 09 e 12 de Julho de 2012. Na primeira visita, dia do início da pesquisa, apresentava o número de 400 apenadas recolhidas. Destas 400, encontrou-se o percentual de pouco mais de 6% estudando, correspondendo a um número de 25 alunas detentas. O gráfico a seguir demonstra visualmente a relação ‘população estudante, em face da população carcerária total:

**Gráfico 8** - Relação entre a quantidade total de detentas e estudantes



Fonte: Dados Coletados no Presídio Feminino

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

78

Observa-se que, embora advenham muitos benefícios da participação em programas educativos, sendo a principal delas a remissão da pena; o número de apenadas que atualmente se submetem aos programas desta natureza, infelizmente ainda é muito baixo. O processo de inserção em programas educativos naquele presídio se dá mediante atendimento às seguintes etapas:

- No início do Ano, é realizada pesquisa entre as presas, com vistas a quantificar o número de interessadas em participar do programa e o nível educacional que deverá ser ministrado a essas presas;
- São observadas as estruturas físicas da Unidade Prisional, no tocante à disponibilidade de locais para que tenham funcionamento como salas de aula;
- Em seguida e de posse desses dados, são montadas turmas e disponibilizados professores entre os pertencentes ao quadro regular do Estado para o ministério dessas aulas.
- São efetivamente iniciadas as aulas.

Neste ponto deve-se fazer um importante registro: quando procedido o primeiro passo da verificação acima descrita, foi verificada a existência de uma apenada inscrita para o Programa Educativo que detinha Ensino Fundamental completo, precisando assim, de aulas de Ensino Médio. Entretanto, por ser a única nessa situação, e pela falta de espaço físico para duas turmas, o Estado não ministra atualmente aulas a essa apenada. Como solução para tal deficiência, há prevista em nossa legislação a possibilidade de que apenados estudem fora do ambiente prisional. . Tal possibilidade encontra permissivo legal no parágrafo primeiro do Art.109 da Lei 12.433/2011:

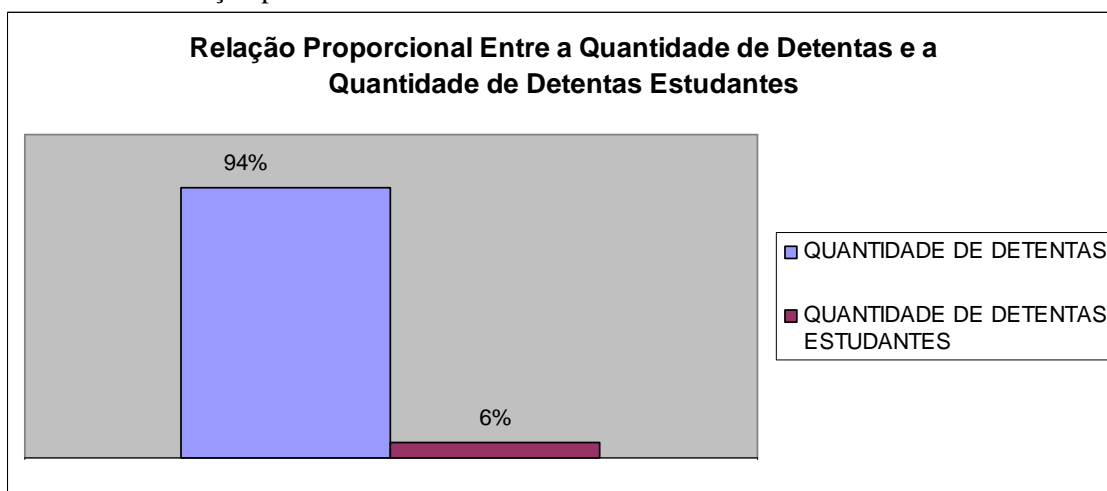
§ 1º O condenado autorizado a estudar fora do estabelecimento penal deverá comprovar mensalmente, por meio de declaração da respectiva unidade de ensino, a frequência e o aproveitamento escolar (BRASIL, 2011b).

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

79

Procedendo uma análise percentual entre a quantidade de detentas existentes no estabelecimento e a quantidade delas que frequenta salas de aula, têm-se o seguinte gráfico:

**Gráfico 9** - Relação percentual entre o número total de detentas e estudantes

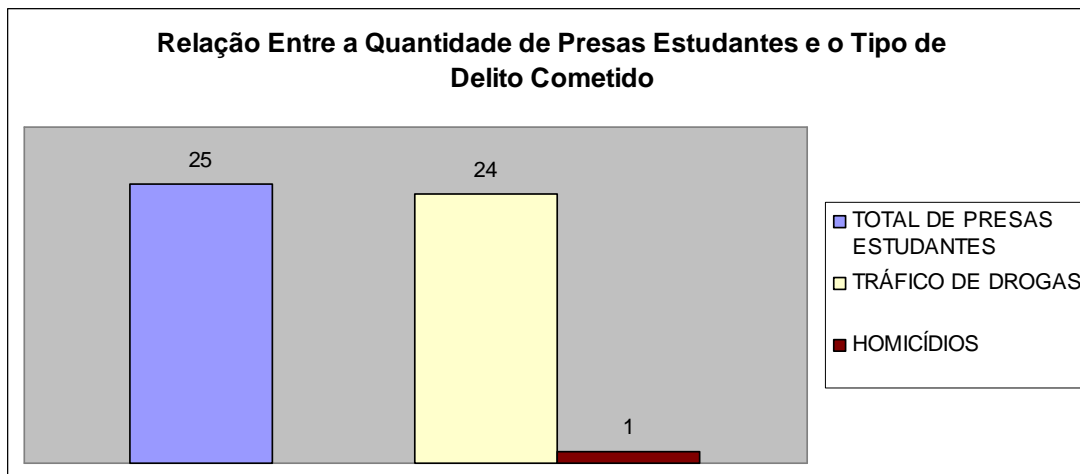


Fonte: Dados Coletados no Presídio Feminino.

Percentualmente, fora notada ainda de forma mais nítida que, embora pensado como uma solução para a ressocialização das apenadas, a baixíssima adesão ao Programa Educativo ministrado no Presídio, é um dos problemas que certamente comprometerão o processo ressocializador idealizado para àquelas cidadãs.

Outro fato verificado na pesquisa que possui extrema relevância no cotidiano daquela casa de detenção foi a tipificação criminal das apenadas que se submetem aos programas educativos. Como se imagina e comenta-se hodiernamente, o consumo e tráfico de drogas são males que assolam a humanidade. No entanto, qual o embasamento para essas afirmações? A pesquisa embasou esta tese, uma vez que o fato foi verificado e constatado através dela, cujos dados apresentam-se abaixo:

**Gráfico 10** - Relação entre a quantidade total de presas estudantes e o tipo de delito cometido



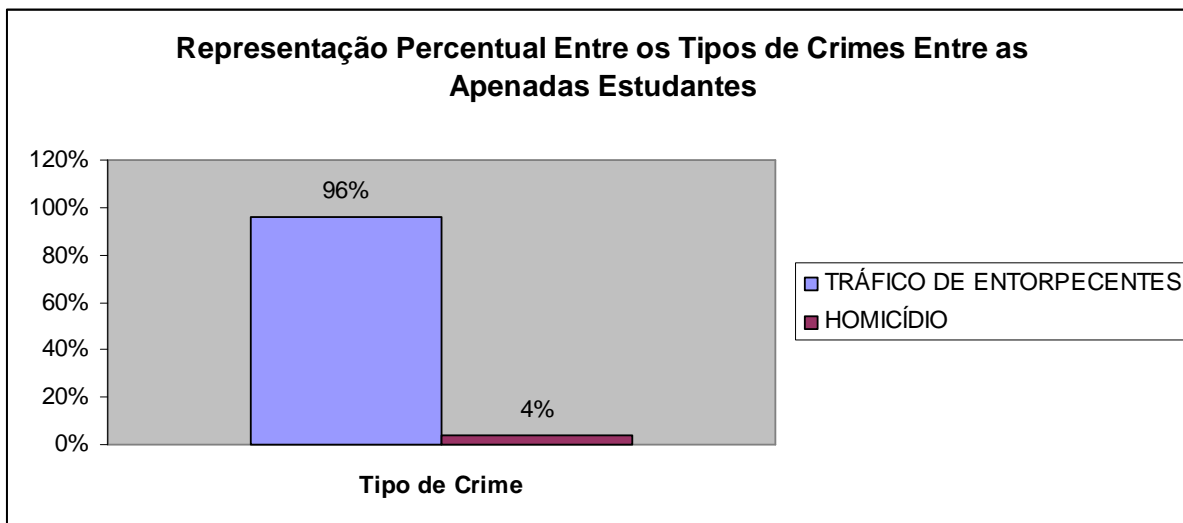
Fonte: Dados Coletados no Presídio Feminino

Consoante depreendido pela observação do gráfico representativo acima, das 25 presas que estudam, apenas uma cometeu crime de homicídio, tendo as outras 24 restantes, sido sentenciadas por crimes relacionados às drogas.

É preciso que correlacionar esses dados com àqueles anteriormente demonstrados: como visto anteriormente, todas as detentas frequentam salas de aula de Ensino Fundamental II, o que significa traduzir que são alfabetizadas e já frequentaram o Ensino Fundamental I. Isto posto, pode-se afirmar que todas tiveram contato com a Educação, o que difere bastante da situação apresentada para alguns réus processuais, cujo analfabetismo completo demonstra que nunca tiveram quaisquer contatos com a Educação Formal.

Procedeu-se então uma análise sobre a tipificação penal que ensejou a sentença condenatória dessas rés estudantes, verificando outro ponto de extrema importância na relação binomial ‘Educação versus Crimes’: Mesmo que por quaisquer infortúnio declinados à prática delituosa, àqueles indivíduos que tiveram experiências educacionais em algum momento de suas vidas, tendem a cometer crimes de menor potencial ofensivo.

**Gráfico 11** - Relação entre a tipificação criminal entre as presas estudantes



Fonte: Dados Coletados no Presídio Feminino

Este é o entendimento obtido com a leitura do gráfico anterior: 96% das apenadas que tiveram experiências passadas com a Educação, cometeram crimes relacionados ao tráfico de entorpecentes, que possuem menor potencial gravoso que aqueles de homicídio. Esta diferenciação em relação à gravosidade do crime é a interpretação da nossa legislação penal, cuja Lei 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos) preconiza em seu Artigo 1º:

Art. 1º São considerados hediondos os seguintes crimes, todos tipificados no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, consumados ou tentados: (Redação dada pela Lei nº 8.930, de 1994)

I - homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV e V); (Inciso incluído pela Lei nº 8.930, de 1994)

Como colocado pelo texto legal, excetuando-se os homicídios privilegiados, todos os outros homicídios são considerados crimes hediondos, o que os coloca em um grau de periculosidade superior quando comparados aos crimes que envolvem entorpecentes. Assim, é possível entender que, inicialmente a educação possui destacado valor como ferramenta através da qual o Estado pode minimizar a prática

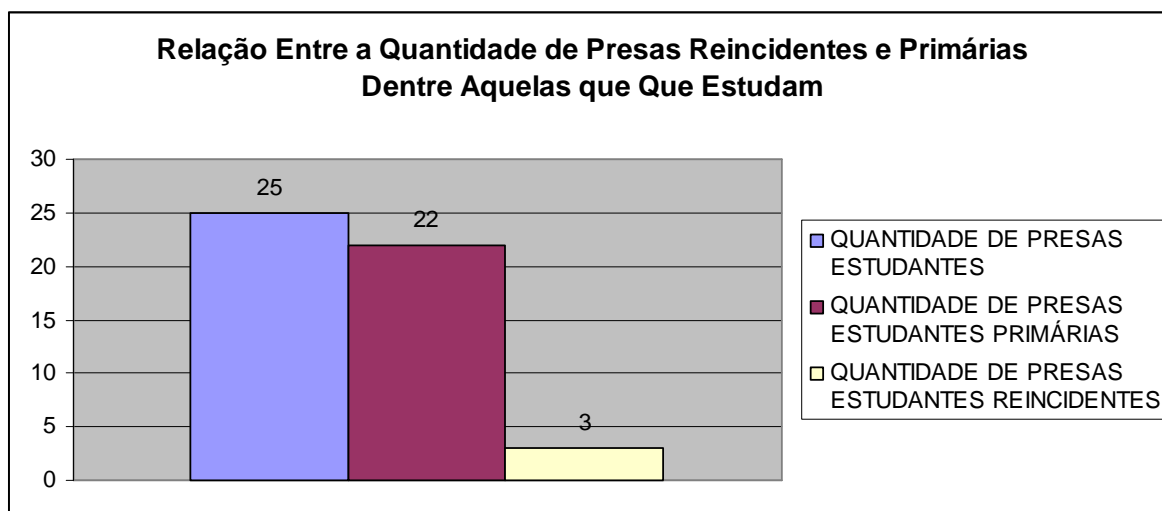
DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

82

delitiva, desde que implemente-a como política pública. Nos poucos casos em que este objetivo almejado não é atingido, a educação consegue ainda outros resultados que embora secundários são também importantes para o contexto social; quando os indivíduos cometem delitos, estes serão visualmente de menor expressividade ofensiva. Desta feita, a educação quando ministrada aos indivíduos desde cedo exerce dois papéis sociais no combate à violência: Inicialmente, diminui sensivelmente a possibilidade de que esse indivíduo venha a delinquir, e caso mesmo assim isso ocorra, minimiza bastante o potencial ofensivo desse delito.

Outro importante dado que deve ser mencionado mediante esta análise é a reincidência criminal. Como demonstrado anteriormente, a educação indubitavelmente produz satisfatórios resultados no que tange à diminuição/prevenção do cometimento de crimes. Sendo assim, afirma-se ‘a educação’ como excelente ferramenta quando/se usada como política pública preventiva e inibidora da criminalidade. Ponto pacífico. Resta a dúvida: A educação também produziria similares efeitos sendo capaz de prevenir a reincidência criminal? Os dados pesquisados e a seguir demonstrados apontam que sim. O gráfico a seguir mostra a relação entre a quantidade de presas reincidentes e primárias dentre aquelas que estudam:

**Gráfico 12** - Relação entre a quantidade de presas primárias e reincidentes dentre aquelas que estudam

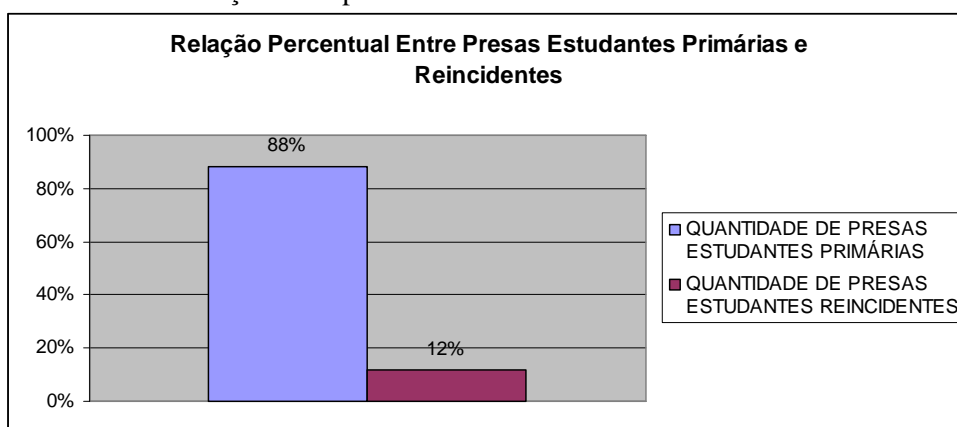


Fonte: Dados Coletados no Presídio Feminino

Observa-se que, a quantidade de presas primárias, dentre aquelas que estudam é significativamente superior quando comparamos esse número com a quantidade de presas reincidentes, o que mostra que a reincidência criminal é bastante menor nos indivíduos que se submeteram a programas educativos. Essa afirmação decorre da verificação de que dentro da população das presas que atualmente estudam no presídio, todas já foram alunas anteriormente, visto que hoje frequentam o programa de educação fundamental II.

Isto posto, elenca-se neste momento mais um grande viés que a educação alcança, não obstante os anteriores, ela obtém excelentes resultados quando pensada como política pública de prevenção à reincidência criminal, uma vez que, como deferido pelos números apresentados acima, este índice é bem inferior naquelas cidadãs que já estudaram anteriormente. Para entender esta afirmação tem-se o gráfico a seguir:

**Gráfico 13** - Relação entre presas estudantes Primárias e Reincidentes



Fonte: Dados Coletados no Presídio Feminino

Com esta visão, observa-se da melhor forma que, entre as apenas estudantes, o elevado percentual de 88% são primárias, o que traduz obviamente que estão sendo punidas por delitos pela primeira vez em suas vidas e, como mostrado e defendido aqui, esta pequena incidência delituosa adveio da educação, fato também corroborado pela contínua busca do acesso à educação, uma vez que frequentam o programa penitenciário. Outro dado que comprova fortemente esse entendimento, provém de uma observação que procede sob as rés estudantes, mais precisamente sobre aquelas que são reincidentes.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

84

Em caso de dúvidas sobre a eficácia da educação e dos programas a ela relacionados no que diz respeito à prevenção criminal e reparação daqueles que neste mundo adentraram, um questionamento muito razoável seria: Como pode a educação ressocializar, se temos entre aquelas apenas aquelas que estudam um número, que embora baixo, da ordem de 12%, reflete a reincidência criminal? Como a educação ressocializou, se elas voltaram a delinquir? Para responder a estes pertinentes questionamentos, foi procedida dentre as presas estudantes e reincidentes, um levantamento com vistas a apurar quantas delas haviam estudado nas passagens anteriores no presídio, mensurando assim os possíveis casos em que efetivamente a educação não surtira efeito mesmo quando submetidas a esses programas educativos prisionais.

Foi obtido então o congruente resultado de que nenhuma das presas reincidentes havia sido alvo de programas educativos nas passagens detentivas anteriores, ou seja, todas as presas que reincidiram em delitos, não tiveram qualquer contato com programas educativos ressocializadores durante todo o lapso temporal em que estiveram recolhidas em estabelecimentos prisionais sob a tutela do Estado. Esse resultado alcançado com o levantamento é perfeitamente coerente com todos os dados até agora apresentados e com o entendimento defendido aqui, uma vez constatado esse índice inexistente de Educação nas presas reincidentes, é possível interpretar que, quando ausentes dos programas educativos prisionais, os indivíduos voltam a delinquir, no entanto, quando presentes a reincidência é cessada.

Temos assim, a educação mais uma vez como ferramenta de inestimável valor e imensurável eficácia quando/se adotada como política pública Estatal em presídios, uma vez que torna alcançado o objetivo inicial da imposição de uma pena ao cidadão: Punir-lo por seu erro, mas ao mesmo tempo prepará-lo e dar-lhe condições do seu retorno ao convívio dos seus semelhantes, de maneira ressocializada e melhorada, individualmente e coletivamente.



## 6 CONCLUSÃO

Como observado através deste estudo, desde os primórdios da existência humana, nossos antepassados já compreendiam com clareza a necessidade de educarmos uns aos outros, de modo que a ferramenta ‘conhecimento’ seja perpetuada através do tempo. Só assim, a raça humana pode desenvolver-se aprimorar-se e continuar o processo contínuo de evolução. O conhecimento referido aqui, não pode ser meramente tecnicista, mas sim todo e qualquer registro, documento, escrito ou experiência que tenhamos contato.

Em dado momento do processo evolutivo humano, foi sobrepujada a essa necessidade o desejo de alguns de se sobressaírem em relação aos demais. Nesse momento histórico, o homem passou a não mais legitimizar essa necessidade natural de transmissão de conhecimento, julgando-a incompatível com seu interesse maior: O de dominar seus semelhantes. Assim, o ato de não educar seus semelhantes transformou-se em uma das formas através das quais essa sobreposição seria alcançada. O homem menos instruído não brada seus direitos tendendo a acomodar-se com qualquer situação a ele imposta, tomando qualquer ato de seu dominador com gratidão. Reconhecem-se essas manifestações desde a idade medieval invadindo os tempos atuais, passando também pelo período da escravidão.

O que faz ainda hoje as classes políticas dominantes senão cercear o direito à instrução dos seus eleitores, sempre visando à manutenção das dinastias familiares que se alternam no domínio de pequenas localidades sempre ao custo de favores políticos? Pode-se dizer que embora aparentemente rude e irracional, era o homem primitivo que, mesmo que inconsciente e instintivamente conseguia compreender a verdadeira importância do processo educativo no desenvolvimento de uma raça, compreensão esta que, não é percebida atualmente por alguns, propositalmente, quem sabe.

Pretendeu-se e foi conseguido com este estudo, resgatar esta importância, demonstrando que mesmo um dos maiores problemas da sociedade contemporânea: A violência pode sim ser fortemente minimizada através do processo educativo, e que quaisquer mudanças sociais, perpassarão necessariamente pelo entendimento de que somente se consegue algo, através da conscientização. Especificamente no caso da

violência, não adianta que o Estado imponha a mais severa das penas a um criminoso, sem que o conscientize do seu erro e da necessidade de mudança. Este indivíduo somente não voltará a incorrer em práticas criminosas caso entenda realmente que a mudança urge necessária, e que esta mudança ocorra de forma endógena. Igualmente, mesmo o mais jovem e inexperiente dos homens somente não delinquirá caso entenda que este não é o caminho a ser seguido.

Tais entendimentos, como visto, não são simplesmente introjetados na personalidade do indivíduo, mas são formados através de um processo educativo que deve se dar ao longo de toda a vida, de maneira sempre presente e constante. Sob este prisma, restou demonstrada essa importância, uma vez que o estudo conseguiu provar através da comparação entre a prática de homicídios e o nível de formação educacional, que quanto maior o nível desta formação educacional, proporcionalmente menor é o índice de cometimento de delitos. Mostrou-se também, através da análise da tipificação penal das presas reincidentes, que caso ocorram tais delitos, em populações onde o nível de formação educacional eleva-se, a prática criminosa obtém caráter menos violento e gravoso, uma vez que o tipo de crime cometido por essas populações mostra-se menos agressivo que o tipo apresentado por populações que não tiveram contato com processos educativos.

Foi demonstrada ainda, a imprescindibilidade da educação prisional como política pública de combate a reincidência criminal, uma vez que se apresentaram nulos e inexistentes os números de apenadas reincidentes que haviam estudado anteriormente durante suas passagens prisionais. O que se verifica na prática é uma inversão de valores, entre o ser e o dever ser. É comum que quando nos propomos a elogiar determinado indivíduo ponhamos entre suas qualidades a honestidade. Estamos diante de um desses paradigmas: Honestidade, moral e ética não são qualidades, são obrigações. O fato de determinado indivíduo ser honesto não aumenta suas qualidades, apenas cumpre suas obrigações.

Assim o Estado tem se portado diante do problema da violência: Enfrentando os problemas pelos resultados que estes produzem e não por suas causas. No caso dissecado neste estudo, este combate é feito através de maciços investimentos em segurança pública, em detrimento de investimentos em educação. O estudo apresentou a

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

87

enorme diferença monetária entre os dois tipos de investimento, comprovando que investimentos educacionais contemplariam menores recursos e trariam maiores resultados, mesmo que aplicados tardiamente, como a educação prisional.

Diante de tudo que foi apresentado, não há como obtermos outro entendimento senão reportarmos a indubitável importância da educação. Não obstante a “obrigação moral” do Estado e do ser humano na transmissão dos conhecimentos a seus semelhantes, os resultados aqui apresentados podem e devem nortear investimentos estatais em educação, uma vez que restou demonstrado que todos os investimentos dessa natureza são benéficamente superiores quando comparados aos investimentos em segurança pública, quer seja essa comparação meramente financeira, quer seja ela moral, quer seja ela ética.

Assim, conclui-se que a educação é sem dúvida alguma, a chave e o portal para toda e qualquer mudança social que se deseje implementar, sem a qual nenhuma mudança se processará. A chave, uma vez que somente através dela o Estado conseguirá abrir o caminho para que possamos trilhá-lo; caminho esse que leva a um mundo mais justo e perfeito, em que os valores éticos e humanos predominam; o portal, ao passo que somente ao ultrapassá-lo é que o homem que até então trafega na escuridão poderá ser guiado à luz e à liberdade, sendo dono de si mesmo, podendo então conviver harmonicamente, de modo individual consigo mesmo e de modo coletivo com aquele mundo justo e perfeito que o espera.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

88

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

AGÊNCIA ESTADO. Rebeliões em presídios na PB acabam com um morto. **Diário do Grande ABC**. 30/05/2012. Disponível em: <<http://www.dgabc.com.br/News/5960629/rebelioes-em-presidios-na-pb-acabam-com-um-morto.aspx>>. Acesso em 21 ago. 2012.

AHLERT, Alveri. Políticas educacionais para a democratização do acesso à ciência e tecnologia. **Athenea Digital** 12. 2007. Disponível em: <<http://psicologiasocial.uab.es/athenea/index.php/atheneadigital/article/view/367>>. Acesso em: 01 out 2011.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. São Paulo: Moderna, 1993.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de Filosofia**. São Paulo: Moderna, 1986.

BOMBASSARO, Luiz Carlos. **As fronteiras da epistemologia: uma introdução ao problema da racionalidade e da historicidade do conhecimento**. São Paulo: Vozes, 1992.

BRASIL, Indicador. 12% dos brasileiros de 25 a 34 anos têm Ensino Superior completo. **Indicador Brasil**. 2011. Disponível em: <<http://www.indicadorbrasil.com.br/2011/09/12-dos-brasileiros-de-25-a-34-anos-tem-ensino-superior-completo/>>. Acesso em: 01 out 2011.

BRASIL. Ministério da Justiça. Execução Penal. **Infopen Estatística**. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJD574E9CEITEMIDC37B2AE94C6840068B1624D28407509CPTBRIE.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

BRASIL. Código Penal. **Decreto Nº 847**. Brasil, 1890.

\_\_\_\_\_. Código Penal. **Decreto Nº 2.848**. Brasil, 1940.

\_\_\_\_\_. Consej - Conselho Nacional de Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Administração Penitenciária. Brasil, 2011.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.072 de 25 de julho de 1990**. Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8072compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8072compilada.htm)>. Acesso em: 21 ago. 2012.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

89

\_\_\_\_\_. **Senado Federal**. 2011. Disponível em: < [http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/infos/info\\_orca2011/2010.12.21\\_info\\_orca2011.html](http://www.senado.gov.br/noticias/agencia/infos/info_orca2011/2010.12.21_info_orca2011.html)> Acesso em: 11 fev 2011.

\_\_\_\_\_. Altera a Lei no 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), para dispor sobre a remição de parte do tempo de execução da pena por estudo ou por trabalho. **Lei. 12.433**. Brasil. 2011.

CAMARGO, Wanda. Evasão escolar: impactos no desenvolvimento brasileiro. **Abmeseduca.com**. 29 mar 2012. Disponível em: <<http://abmeseduca.com/?p=3521>>. Acesso em: 21 ago 2012.

CARRETERO, Mário. **Construir e ensinar as ciências sociais**. São Paulo: Artmed, 1997.

CERUTI, Mauro. **A Dança que cria: evolução e cognição na Epistemologia Genética**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

COELHO, Daniel Vasconcelos. A crise no sistema penitenciário brasileiro. **Apriori.com.br**. 21 Fev 2004. Disponível em: <<http://www.apriori.com.br/cgi/for/crise-no-sistema-penitenciario-brasileiro-daniel-v-coelho-t355.html>> Acesso em: 15 out 2011.

CORDÓN, Juan; MARTINES, Tomas. **História da Filosofia**. Lisboa: Edições 70, 1995.

COURA, Kalleo. Cabeça de Assassino. **Veja**. Brasil. 2191 ed. São Paulo: Abril, 2010.

CUNHA, Edite de Penha; CUNHA, Eleonora Schettini. Políticas Públicas e Sociais. In: CARVALHO, Alysson; SALES, Fátima ( Orgs.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

CUNHA, Luiz Antonio. **Educação e Desenvolvimento Social no Brasil**. Rio de Janeiro: F.Alves, 1975.

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Básico de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FONTANA, Dino. F. **História da Filosofia, Psicologia e Lógica**. São Paulo: Saraiva, 1969.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 2002.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

90

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

FREITAG, Bárbara. **Piaget: 100 anos**. São Paulo: Cortez, 1997.

GOMES, Luis Flávio. Política Criminal e alternativas. **Revista Jurídica Consulex**. Brasília, Ano VII - n. 154. 2003.

GRAYLING, A. C. Episteologia. In: BUNIN, Nicholas; TSUI-JAMES, E.P. **Compêndio de Filosofia**. São Paulo: Loyola, 2002.

HESSEN, J. **Teoria do Conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HOUAISS, A. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva LTDA, 2009.

JAEGER, W. **Paidéia**: a formação do homem grego. Brasília: Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília, 1967.

JULIÃO, E.F. O Impacto da Educação e do Trabalho Como Programas de Reinserção Social na Política de Execução Penal do Rio de Janeiro. **Rev. bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, Set/Dez./2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782010000300010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782010000300010&script=sci_arttext)>. Acesso em: 17 Mar 2013.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

LINHARES, M. J. **Legítima Defesa**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1980.

LOCKE, J. **Ensaio Acerca do Entendimento Humano**. São Paulo: Nova Cultural LTDA, 1997.

LUPION, Bruno; CHAPOLA, Ricardo. Somente 8% dos presos no Brasil vão à escola, revela pesquisa. **Estadão.com.br**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae%2csomente-8-dos-presos-no-brasil-vao-a-escola-revela-pesquisa%2c765486%2c0.htm>>. Acesso em: 10 out 2011.

MARTINS, G.A. **Estudo de caso**: uma estratégia de pesquisa. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008

MIOTTO, A. B. **A violência nas prisões**. Goiânia: Editora UFG, 1992.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

91

MOLL, J. **Alfabetização Possível**: reinventando o ensinar e o aprender. Porto Alegre: Mediação, 1996.

MONROE, P. **História da Educação**. São Paulo: Ed. Companhia/Ed. Nacional, 1972.

PIAGET, Jean. **Psicologia e pedagogia**. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1970.

\_\_\_\_\_. **Biologia e Conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1973.

\_\_\_\_\_. **Seis estudos de psicologia**. São Paulo: Ed. Forense Universitária, 2003.

\_\_\_\_\_. **Epistemologia Genética**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

PIAGET, Jean; INHELDER, B. **A psicologia da criança**. São Paulo: Difusão, 1986.

PILETTI, C; PILETTI, N. **Filosofia e História da Educação**. São Paulo: Ática, 1988.

PINKER, S. **O Instituto da Linguagem**: Como a Mente Cria a Linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

POPPER, K. R. **Conhecimento Objetivo**. São Paulo: EDUSP, 1975.

PUSTER, R. W. John Locke – A ideia do Empirismo. In.: KREIMENDAHL, Lothar (Org.) **Filósofos do século XVII**. São Leopoldo: UNISINOS, 2003.

REGO, T. C. **Vygotsky - Uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Petrópolis: Vozes, 1994.

ROESCH, S.M.A. **Projetos de estágios e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de casos. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSA, S. S. d. **Construtivismo e Mudança**. São Paulo: Cortez, 1998.

ROUSSEAU, J. J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SANTOS, T. M. **Noções de História da Educação**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.

SAVIANI, Demerval. "História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário". **Eccos Revista Científica**. 2008.

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

92

SILVA, Vanessa. Rebeliões na Paraíba deixaram grande saldo de destruição, diz Seap. Publicado em 31.05.2012. **NE10**. Disponível em: <<http://ne10.uol.com.br/canal/cotidiano/nordeste/noticia/2012/05/31/rebelioes-na-paraiba-deixaram-grande-saldo-de-destruicao-diz-seap-345989.php>>. Acesso em: 21 ago 2012.

SILVEIRA, Felipe. A maior rebelião em presídios da história da Paraíba já dura mais de 16 horas. **Portal Correio**. 30/05/2012. Disponível em: <<http://sites.portalcorreio.com.br/noticias/matler.asp?newsId=210269>>. Acesso em: 21 ago. 2012.

TEIXEIRA, E. F. B. **A Educação do Homem Segundo Platão**. São Paulo: Paulus, 1999.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

YÉPEZ, Martha A. Traverso; PINHEIRO, Verônica de Souza. Socialização de gênero e adolescência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a10v13n1.pdf>>. Acesso em: 21 ago 2012

YIN, R.K. **Estudo de Caso**. Planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005

ZALUAR, Alba. Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 12, n. 35, out. 1997. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010269091997000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269091997000300003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 01 out 2011.



DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

93

**APÊNDICE**

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

94

**APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DO 1º E 2º TRIBUNAIS DO JÚRI**

**1º TRIBUNAL DO JÚRI**

PROCESSO NÚMERO	SEXO	CRIME COMETIDO	GRAU DE INSTRUÇÃO	OBSERVAÇÕES:
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
32				
33				
34				
35				
36				
37				

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

95

2º TRIBUNAL DO JÚRI

PROCESSO NÚMERO	SEXO	CRIME COMETIDO	GRAU DE INSTRUÇÃO	OBSERVAÇÕES:
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				
26				
27				
28				
29				
30				
31				
32				
33				
34				
35				
36				
37				

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

96

**APÊNDICE B – INSTRUMENTO DE COLETA DA PENITENCIÁRIA DE  
RECUPERAÇÃO FEMININA**

QUANTIDADE DE ESTUDANTES	TIPO DE EDUCAÇÃO	REINCIDENTE OU PRIMÁRIA	TIPO DE CRIME COMETIDO	CASO REINCIDENTE, ESTUDOU ANTERIORMENTE NO PRESÍDIO?
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
25				

QUANTIDADE TOTAL DE APENADAS: \_\_\_\_\_

DATA: \_\_\_\_\_

ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO MINISTRADO:

---

---

---

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS  
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

97

**ANEXOS**

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

98

**ANEXO A – REQUERIMENTO PARA O TJ – RELAÇÃO DE PROCESSOS**

Ao Tribunal de Justiça da Paraíba

Gerência de Atendimento

**DANIEL DINIZ DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, portador do R.G nº 2.193.514 expedido pela SSP/PB e inscrito no CPF sob o nº. 030.614.714-99, vem mui respeitosamente à presença dos senhores , expor e requerer o que se segue.

O requerente é aluno regular do curso de Mestrado em Ciências da Educação, promovido pela ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, de Lisboa – Portugal, e realiza pesquisa para dissertação final, cuja linha de pesquisa abrange a proporção entre o nível de formação educacional do indivíduo e o índice de cometimento de crimes dolosos contra a vida.

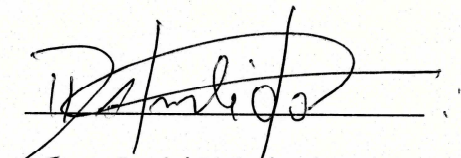
Para que possa concluir sua tese, o requerente necessita coletar dados junto ao 1º e 2º Tribunal do Júri, nos processos que tenham ido a sessão de julgamento pelos respectivos tribunais do júri, no ano de 2011.

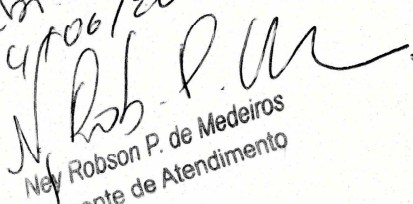
Cumprе esclarecer, que o requerente já manteve contato com ambos os juizes presidentes das referidas varas, sendo solicitada uma movimentação através do SISCON, para que possa ser efetivamente realizada a coleta de dados, com a prévia localização dos processos.

Isto posto, requer um relatório / listagem em que constem os números dos processos que tenham ido a julgamento por cada um dos tribunais no ano de 2011.

Certo da compreensão, agradece desde já.

João Pessoa, 04 de Junho de 2012.

  
Daniel Diniz de Almeida

Recebido em 1º via em  
04/06/2012  
  
Ney Robson P. de Medeiros  
Gerente de Atendimento

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

100

**ANEXO B - RELAÇÃO DE PROCESSOS 1º TRIBUNAL DO JÚRI**



PROCESSO	CLASSE	COMPLEMENTO	OBS.
2002008032608-1	TENTATIVA HOMICIDIO	08062011	
2002008040217-1	HOMICIDIO DOLOSO	08112011	ARQUIVADO
2002005016665-7	HOMICIDIO DOLOSO	01062011	ARQUIVADO
2002007741618-4	HOMICIDIO DOLOSO	10022011	ARQUIVADO
2002008017492-9	HOMICIDIO DOLOSO	06042011	ARQUIVADO
2002005048864-8	HOMICIDIO DOLOSO	21022011	ARQUIVADO
2002004024522-3	HOMICIDIO DOLOSO	11042011	ARQUIVADO
2001997222166-3	HOMICIDIO DOLOSO	21092011	ARQUIVADO
2001994000272-4	HOMICIDIO DOLOSO	20092011	ARQUIVADO
2002005015653-4	HOMICIDIO DOLOSO	23022011	ARQUIVADO
2002005046058-9	HOMICIDIO DOLOSO	24022011	
2002007000227-0	HOMICIDIO DOLOSO	05092011	
2002008007223-0	HOMICIDIO DOLOSO	14062011	ARQUIVADO
2002009035914-8	HOMICIDIO DOLOSO	14112011	ARQUIVADO
2002006007768-8	HOMICIDIO DOLOSO	14022011	ARQUIVADO
2002006062831-6	TENTATIVA HOMICIDIO	26042011	ARQUIVADO
2002005043136-6	HOMICIDIO QUALIFICAD	26092011	ARQUIVADO
2002004025211-2	HOMICIDIO SIMPLES	22112011	ARQUIVADO
2002003801084-5	HOMICIDIO DOLOSO	17022011	ARQUIVADO
2002009006489-6	HOMICIDIO DOLOSO	18042011	ARQUIVADO
2002002003575-0	HOMICIDIO DOLOSO	14092011	ARQUIVADO
2002000027036-9	HOMICIDIO SIMPLES	01092011	ARQUIVADO
2001992004635-2	HOMICIDIO DOLOSO	15062011	
2002007771621-1	HOMICIDIO DOLOSO	22092011	
2002006041654-8	HOMICIDIO DOLOSO	22022011	ARQUIVADO
2002006059667-9	HOMICIDIO DOLOSO	09022011	ARQUIVADO
2002004003390-0	HOMICIDIO DOLOSO	03112011	
2002008007062-2	HOMICIDIO DOLOSO	09112011	ARQUIVADO
2002003001472-0	HOMICIDIO DOLOSO	24112011	
2002003801679-2	HOMICIDIO DOLOSO	28042011	ARQUIVADO
2002004025370-6	HOMICIDIO DOLOSO	05042011	ARQUIVADO
2002006062955-3	HOMICIDIO QUALIFICAD	28092011	ARQUIVADO
2002006017255-4	TENTATIVA HOMICIDIO	02022011	ARQUIVADO
2002006062889-4	TENTATIVA HOMICIDIO	12042011	ARQUIVADO
2002008032810-3	TENTATIVA HOMICIDIO	09062011	ARQUIVADO
2002010038223-9	CRIME C/PESSOA	16112011	ARQUIVADO
2002008058869-8	HOMICIDIO DOLOSO	21112011	
2002011001629-8	HOMICIDIO DOLOSO	17112011	ARQUIVADO
2002006007543-5	HOMICIDIO DOLOSO	16022011	ARQUIVADO
2002007741918-8	HOMICIDIO QUALIFICAD	13042011	
2002003014721-5	HOMICIDIO DOLOSO	13062011	ARQUIVADO
2002007729231-2	HOMICIDIO DOLOSO	15092011	ARQUIVADO
2002007744597-7	HOMICIDIO DOLOSO	19042011	ARQUIVADO
2002010044541-6	HOMICIDIO DOLOSO	10112011	ARQUIVADO
2002006059529-1	HOMICIDIO DOLOSO	15022011	
2002007744169-5	TENTATIVA HOMICIDIO	28022011	ARQUIVADO
2002004023782-4	TENTATIVA HOMICIDIO	29092011	ARQUIVADO

TOTAL DE PROCESSOS ATIVOS ==> 10  
 TOTAL DE PROCESSOS ARQUIVADOS ==> 37  
 TOTAL GERAL ==> 47

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

102

**ANEXO C - RELAÇÃO DE PROCESSOS 2º TRIBUNAL DO JÚRI**



PROCESSO	CLASSE	COMPLEMENTO	OBS.
2002009035728-2	HOMICIDIO DOLOSO	12052011	ARQUIVADO
2002009006320-3	HOMICIDIO DOLOSO	13122011	
2002009006521-6	HOMICIDIO DOLOSO	22082011	
2002005048491-0	HOMICIDIO DOLOSO	24082011	ARQUIVADO
2002008005432-9	HOMICIDIO DOLOSO	18102011	
2002008026627-9	HOMICIDIO DOLOSO	29032011	ARQUIVADO
2002008026313-6	HOMICIDIO DOLOSO	26052011	
2002009024976-0	HOMICIDIO DOLOSO	17082011	
2002007744475-6	HOMICIDIO DOLOSO	04052011	ARQUIVADO
2002007742223-2	TENTATIVA HOMICIDIO	15032011	ARQUIVADO
2002008026342-5	TENTATIVA HOMICIDIO	19102011	
2002007742232-3	HOMICIDIO DOLOSO	28032011	
2002008006941-8	TENTATIVA HOMICIDIO	01122011	ARQUIVADO
2002008006919-4	HOMICIDIO DOLOSO	21032011	
2002008006927-7	HOMICIDIO DOLOSO	22032011	
2002005015216-0	HOMICIDIO DOLOSO	09052011	
2002007741701-8	HOMICIDIO DOLOSO	06122011	
2001999036245-7	TENTATIVA HOMICIDIO	01032011	ARQUIVADO
2002005046165-2	HOMICIDIO DOLOSO	29082011	
2002007729423-5	HOMICIDIO DOLOSO	23032011	
2002009024164-3	HOMICIDIO DOLOSO	11052011	
2002007771746-6	HOMICIDIO DOLOSO	25102011	
2002010016576-6	HOMICIDIO DOLOSO	16122011	
2002007729594-3	HOMICIDIO DOLOSO	03082011	
2002008026203-9	HOMICIDIO DOLOSO	18082011	
2002004025683-2	HOMICIDIO DOLOSO	14122011	ARQUIVADO
2002008006969-9	HOMICIDIO DOLOSO	11102011	
2002008007102-6	TENTATIVA HOMICIDIO	23082011	ARQUIVADO
2002008007113-3	TENTATIVA HOMICIDIO	02032011	
2002008032807-9	HOMICIDIO DOLOSO	23052011	
2002008006944-2	HOMICIDIO DOLOSO	15122011	ARQUIVADO
2002007742488-1	HOMICIDIO DOLOSO	16032011	ARQUIVADO
2002007744937-5	HOMICIDIO DOLOSO	05102011	
2002007741844-6	TENTATIVA HOMICIDIO	02052011	
2002009023236-0	HOMICIDIO DOLOSO	10082011	
2002007742336-2	HOMICIDIO DOLOSO	27102011	ARQUIVADO
2002007741728-1	HOMICIDIO DOLOSO	05052011	ARQUIVADO
2002009035631-8	HOMICIDIO DOLOSO	06102011	
2002007000469-8	HOMICIDIO DOLOSO	04082011	ARQUIVADO
2002004023766-7	HOMICIDIO DOLOSO	28102011	ARQUIVADO
2002007771659-1	HOMICIDIO DOLOSO	10052011	ARQUIVADO
2002008006974-9	HOMICIDIO DOLOSO	31032011	ARQUIVADO
2002010007597-3	HOMICIDIO DOLOSO	02122011	
2002009015134-7	HOMICIDIO QUALIFICAD	31052011	ARQUIVADO
2002006007519-5	HOMICIDIO DOLOSO	24102011	
2002009006046-4	TENTATIVA HOMICIDIO	12122011	ARQUIVADO
2002004520626-1	HOMICIDIO DOLOSO	17052011	ARQUIVADO
2002005038887-1	HOMICIDIO DOLOSO	07122011	
2002009015947-2	HOMICIDIO DOLOSO	30082011	
2002010005892-0	TENTATIVA HOMICIDIO	09082011	ARQUIVADO
2002007778444-1	HOMICIDIO DOLOSO	26102011	

TOTAL DE PROCESSOS ATIVOS ===> 30  
 TOTAL DE PROCESSOS ARQUIVADOS ===> 21  
 TOTAL GERAL ===> 51

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

104

**ANEXO D - REQUERIMENTO PARA O JUIZ DO 2º TRIBUNAL - REALIZAR  
PESQUISA**



EXMO SR. DR. JUIZ DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

**DANIEL DINIZ DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, portador do R.G nº 2.193.514 expedido pela SSP/PB e inscrito no CPF sob o nº. 030.614.714-99, vem mui respeitosamente à presença de V.Excia, expor e requerer o que se segue.

O requerente é aluno regular do curso de Mestrado em Ciências da Educação, promovido pela ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, de Lisboa – Portugal, e conforme contato anterior mantido com V.Excia, realiza pesquisa para dissertação final, cuja linha de pesquisa abrange a proporção entre o nível de formação educacional do indivíduo e o índice de cometimento de crimes dolosos contra a vida.

Para que possa concluir sua tese, o requerente necessita coletar dados junto a este M.M juízo, nos processos que tenham ido a sessão de julgamento pelo tribunal do júri, no ano de 2011.

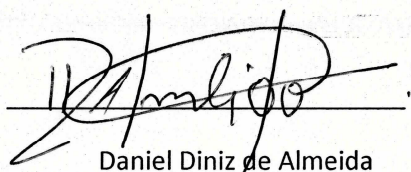
Cumpre esclarecer, que os dados tratarão os processos de forma genérica e quantitativa, não sendo revelado nenhum dado particularmente, uma vez que serão apenas mencionadas informações como o sexo e o grau de escolaridade do réu, sendo deixadas de lado outras informações como por exemplo o nome do réu.

Por fim, esclarece o requerente, que o estudo já está em andamento no 1º Tribunal do Júri, onde serão coletados dados de igual forma.

Isto posto, requer seja autorizado o ingresso do requerente bem como a coleta dos referidos dados, em horários e dias que julgue conveniente.

Certo da compreensão de Vossa Excelência, agradece desde já.

João Pessoa, 04 de Junho de 2012.

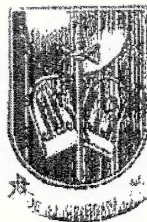
  
Daniel Diniz de Almeida

*Recebi o original  
em: 04/06/2012  
@autalig  
469.550-0*

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

106

**ANEXO E - DENÚNCIA MINISTÉRIO PÚBLICO**



*Ministério Público da Paraíba  
Promotoria de Justiça Criminal  
2º Tribunal do Júri da Capital*

EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL  
DO JÚRI DA COMARCA DA CAPITAL

O Ministério Público do Estado da Paraíba, por intermédio do 3º Promotor de Justiça Substituto da Capital, que esta subscreve, em substituição nesta Promotoria de Justiça Criminal, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, notadamente as conferidas *ex vi* dos arts. 129, inc. I da Constituição Federal, e 24 c/c 41, do Código de Processo Penal, com base no Inquérito Policial anexo, vem, à presença de Vossa Excelência, oferecer a presente:

---

**D e n ú n c i a**

---

Em desfavor de:

EWERTON LEANDRO, conhecido por TOM,  
brasileiro, natural de Bayeux/PB, filho de René  
Alves da Silva e Gilvandro Leandro da Silva,

Márcio Gondim do Nascimento  
Promotor de Justiça

A assinatura manuscrita de Márcio Gondim do Nascimento, sobreposta ao nome e cargo.



solteiro, nascido em 12/05/1980, com 30 anos, sem profissão, não alfabetizado, ora recolhido no Presídio PB-01, Pav. Nº 01.

Pela conduta delitiva a seguir narrada:

Consta do inquérito policial anexo que no dia primeiro de março deste ano (2010), em durante a noite, no interior da cela nº 01 do Pavilhão nº 01 da Penitenciária Romeu Gonçalves Abrantes - PB-01, o acusado acima qualificado matou seu companheiro de cela DANIEL JOÃO DE OLVEIRA, conhecido como DANIEL CARA DE MAU, isso por motivo fútil e de forma que dificultou a defesa da vítima.

Depreende-se que na noite do fato criminoso o acusado e vítima estavam usando drogas no interior do estabelecimento carcerário, momento em que iniciaram uma discussão em consequência das drogas, fato que motivou o crime.

Por fim, constatou-se que o inculcado logo após a discussão desferiu golpe de espeto artesanal contra a vítima, a qual não pode esboçar qualquer reação, falecendo decorrente dos ferimentos, fato confessado pelo indigitado.

Em face do exposto, encontra-se o acusado acima qualificado, incursos nas reprimendas penais do art. 121, § 2º, incs. II e IV do Código Penal.

Requer o Ministério Público do Estado da Paraíba seja recebida a presente denúncia, instaurando-se o devido processo legal, citando-se o denunciado para defesa escrita nos moldes do art. 406 do CPP, com redação dada pela Lei nº 11.689, de 2008, seguindo

Márcio Gondim do Nascimento  
Promotor de Justiça



o rito dos crimes dolosos contra a vida intimando-se e ouvindo-se as declarantes/testemunhas ao final arroladas e, por derradeiro, seja pronunciado e submetido ao julgamento do Conselho de Sentença.

---

Dos requerimentos específicos

---

Requer-se:

- a) A juntada do laudo cadavérico da vítima;
- b) A juntada da perícia em local de morte violenta, se realizada;
- c) A requisição à autoridade policial dos nomes dos companheiros de cela do acusado a fim de serem ouvidos em juízo.

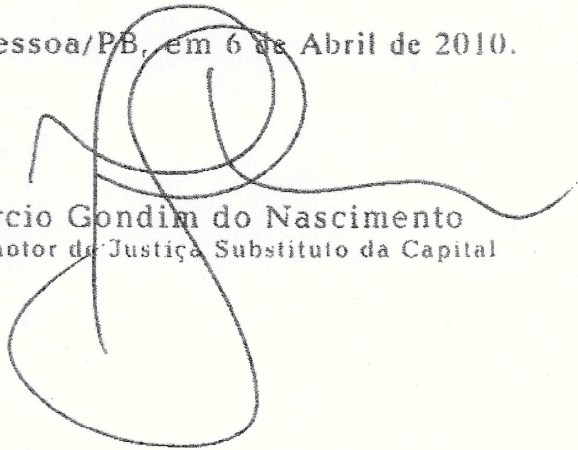
---


Rol de testemunhas/declarantes

---

- 1. MANOEL VITOR DA SILVA, 02;
- 2. WAGNER FERNANDO CSOTA, 03.

João Pessoa/PB, em 6 de Abril de 2010.

  
Márcio Gondim do Nascimento  
3º Promotor de Justiça Substituto da Capital

  
Márcio Gondim do Nascimento  
Promotor de Justiça

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

110

**ANEXO F - REQUERIMENTO AO GOVERNO DA PB - INGRESSO NO PRESÍDIO**



À Gerência Executiva de Ressocialização da Paraíba  
Att: Zioelma Maia - Gerente Executiva

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA, Brasileiro, Advogado, Casado, portador do R.G 2.193.514 expedido pela SSP/PB, e inscrito no CPF sob o nº. 030.614.714-99, vem mui respeitosamente a presença de V.S<sup>a</sup>, expor e requerer o que se segue.

O requerente é aluno regular do curso de Mestrado em Ciências da Educação, ministrado pela ULHT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa – Portugal, em parceria com o CINTEP – Centro Integrado de Tecnologia e Pesquisa da Paraíba, estando atualmente em fase final de redação da dissertação, para defesa naquele país e conseqüente obtenção do título de Mestre. A referida tese, entre outros temas, discorre sobre duas temáticas básicas: A primeira, mostra a relação entre a educação e o cometimento de crimes, demonstrando que quanto maior o nível de formação educacional, menor o índice de cometimento de delitos. A segunda, mostra que detentos que se submetem a programas de educação enquanto encontram-se em estabelecimentos prisionais, têm índices de reincidência criminal menores.

Para a realização da segunda parte da pesquisa, o autor necessita visitar o local no qual se desenvolve o ensino regular ministrado no presídio feminino Júlia Maranhão, registrando quantas apenas estudam e quantas são reincidentes. Além disso, há a necessidade de coletar junto a Sra. Cynthia, diretora daquele estabelecimento, (já contactada ) quantas apenas encontram-se encarceradas.

Mister se faz mencionar que os dados coletados serão tratados de forma quantitativa, mostrando apenas quantas apenas existem, quantas estudam e quantas são reincidentes, sem no entanto, registrar quaisquer dados pessoais das apenas, como nome, idade, etc.

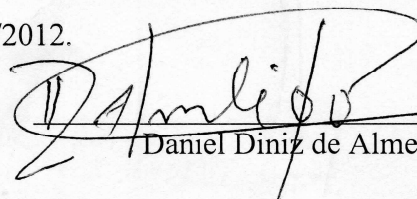
Cumpre ressaltar ainda, que a primeira parte da pesquisa encontra-se em fase final de elaboração. Está ocorrendo simultaneamente nas duas varas do tribunal do júri da capital, tendo o estudo, contado com a autorização dos respectivos juízes daquelas varas.

Por fim, registra-se que o Mestrando conta com a Orientação do Prof<sup>o</sup>. Dr. João Batista Pereira, professor da Universidade Federal da Paraíba, e cujos contatos seguem abaixo, juntamente com os contatos do requerente.

Diante do exposto, requer a V.S<sup>a</sup> autorização para que possa visitar o estabelecimento citado, coletando os dados indispensáveis para a conclusão do seu curso de Mestrado.

Certo da Colaboração e Préstimos de V.S<sup>a</sup>, agradece antecipadamente.

João Pessoa, 27/06/2012.

  
Daniel Diniz de Almeida

Daniel Diniz – 83 – 8856-0046

Dr. João Batista Pereira – 83 – 8811-0285

*Recibido em 27/06/2012*  
*Mayara Brandão de Albuquerque.*

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

112

**ANEXO G - PARECER DO GOVERNO DA PB PARA INGRESSO NO PRESÍDIO**



**Processo nº 201200004280**

**João Pessoa, 09 de julho de 2012.**

**PARECER**

Versa o processo acerca do pedido do mestrando Daniel Diniz de Almeida, discente da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, o qual requer autorização para realização de pesquisa nas dependências do Centro de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão, com objetivo de concluir sua dissertação de mestrado.

Como tem sido favorável nesse tipo de requerimento, a Gerência Executiva de Ressocialização pugna de maneira favorável à realização das atividades de investigação, uma vez que é de interesse da administração pública o levantamento de dados quantitativos e qualitativos sobre a oferta de seus serviços e avaliação de suas competências. Nesse sentido, os dados levantados serão úteis à gestão pública, de maneira a contribuir para o aperfeiçoamento da política prisional.

Porém, é imperioso reconhecer que as atividades de pesquisa devem ser realizadas de maneira a não por em risco a integridade e segurança das pessoas e da unidade prisional. Diante do exposto, ficou pré-agendada visita ao estabelecimento prisional a ser investigado a partir do dia 09 de julho do corrente ano, oportunidade em que serão definidos os procedimentos para fornecimento dos dados.



Nataly de Sousa Pinheiro  
Assistente Social GER/SEAP  
Matrícula 172.131-3

DANIEL DINIZ DE ALMEIDA  
A EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA SOCIAL DE PREVENÇÃO AO  
COMETIMENTO DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA E REINCIDÊNCIA  
CRIMINAL

114

**ANEXO H - TERMO INSTITUCIONAL PARA INGRESSO NO PRESÍDIO**



**TERMO INSTITUCIONAL**

João Pessoa, 09 de julho de 2012.

Tendo lido e estando de acordo com a proposta apresentada, a Gerência Executiva de Ressocialização da Secretaria de Estado da Administração Penitenciária autoriza visita ao Centro de Reeducação Feminina Maria Júlia Maranhão do mestrando Daniel Diniz de Almeida, portador do CPF 030.614.714-99 e RG 2.193.514 SSP/PB, discente da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa, com objetivo de analisar a relação entre a educação e o cometimento de crimes; e a diminuição da reincidência criminal junto aqueles que estão submetidos a programas de educação.

Destaco que é de responsabilidade do pesquisador a realização de todo e qualquer procedimento metodológico, sendo necessário após o término da pesquisa o encaminhamento de uma cópia para a referida Secretaria.



Nataly de Sousa Pinheiro  
Assistente Social GER/SEAP  
Matrícula 172.131-3